

Paulo Andrade Vitória

**McDowell e o Conteúdo da Experiência:
entre o proposicional e o intuitivo**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2015

Paulo Andrade Vitória

**McDowell e o Conteúdo da Experiência:
entre o proposicional e o intuicional**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
como requisito para a obtenção do Título de Mestre em
Filosofia

Linha de Pesquisa: Lógica e Filosofia da Ciência

Orientador: André Joffily Abath

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2015

Resumo

O trabalho apresenta a mudança de posição efetuada por John McDowell em seu texto “Avoiding the Myth of the Given” (2009c). No primeiro capítulo é apresentada a tese da proposicionalidade desenvolvida por McDowell em seu livro *Mente e Mundo* (2005). Veremos que com a tese do conteúdo proposicional McDowell procura engatar a mente de forma racional ao mundo, assim como superar a oscilação coerentismo/Mito do Dado. No segundo capítulo, apresento as principais objeções feitas a McDowell. Apresento as objeções feitas por Travis, que fizeram McDowell rever sua tese da proposicionalidade. No terceiro capítulo, apresento a posição desenvolvida em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), como uma resposta a Travis. A dissertação procura mostrar que McDowell defende, neste artigo, uma posição segundo a qual a experiência perceptiva possui um conteúdo conceitual, porém não-proposicional, aqui chamado de “conteúdo intuicional”. O trabalho se encerra com uma avaliação deste conteúdo frente a problemas epistemológicos.

Abstract

This dissertation presents John McDowell's change of position regarding the content of perceptual experience in his paper “Avoiding the Myth of the Given” (2009). In the first chapter I present the thesis of propositionality developed by McDowell in his book *Mind and World* (2005). With the theory of propositional content McDowell seeks to engage the mind to the world in a rational way, as well as overcome the oscillation between coherentism/Myth of the Given. In the second chapter, I present the main objections made against McDowell's position. I present the objections made by Travis, who led McDowell to revise his propositionality thesis. In the third chapter, I present the position developed in “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) as a response to Travis. The dissertation tries to show that, in this paper, McDowell defends a view according to which perceptual experience has a conceptual but nonpropositional content, here named “intuitional content”. I conclude with an evaluation of this content in respect to epistemological problems.

Agradecimentos

À Clara, minha filha,

Aos meus pais, Alfredo Ferreira da Silva e Maria José Vitória.

A meu irmão Marcos Vinicius Vitória, que não se encontra mais em nosso meio

A minha irmã Tânia Regina Vitória

A Carina pela amizade e companhia durante esse período

Ao André, pela orientação exemplar e pela confiança

Aos amigos e colegas Erinaldo Borges, Wesley Leonel, Mauricio Tavares, Neimar Oliveira, Josiane Killesse, Bruno Oliveira, Geisa Espechit, Vitor Vasques, Filipe Bravin, Adelino Ferreira, Fernando Ruiz Rosário, Elba Oliveira, Aluizio Couto, Ana Rita Nicoliello, Luizinho Marques, Fernando Furtado, Daniel De Luca, Marco Aurélio Alves, Márcia Eutrópio e todos os demais, por fazerem da filosofia algo vivo, estimulante, e prazeroso

Aos professores, em especial a João Mac Dowell, Paulo Margutti e Ricardo Fenati

Aos funcionários, em especial à Andréa

A UFMG

“A filosofia, apesar de não poder dizer-nos com certeza qual é a resposta verdadeira às dúvidas que levanta, é capaz de sugerir muitas possibilidades que alargam os nossos pensamentos e os libertam da tirania do costume.”

(Bertrand Russell, *Problemas de Filosofia*)

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Experiência e conteúdo proposicional	6
1.1. Mente e Mundo: uma relação incômoda	7
1.2. O Mito do Dado	10
1.3. Coerentismo	14
1.4. A oscilação	19
1.5. A saída kantiana	22
1.6. A ideia mesma de experiência	27
1.7. Empirismo Mínimo	29
1.8. Notas Finais	32
Capítulo 2 – Críticas à tese da proposicionalidade	35
2.1. Fenomenologia da experiência perceptiva: problema da fineza de granulação	36
2.2. Resposta de McDowell ao argumento da granulação fina da experiência	39
2.3. O problema das razões	43
2.4. Confiabilismo de Peacocke	45
2.5. Resposta de McDowell a Peacocke	51
2.6. Reason’s Reach de Travis	59
2.7. Notas Finais	66
Capítulo 3 – Experiência perceptiva e conteúdo intuicional	68
3.1. Entre a velha e a nova suposição	68
3.2. Experiência e intuição	75
3.3. Avaliando “Avoiding the Myth of the Given”	81
3.4. O Mito do Dado reconsiderado	81
3.5. Intuição e Fineza de granulação da experiência perceptiva	83
3.6. Experiência intuicional, inferencialismo e razões	85

3.7. Conteúdo intuicional e não-conceitualismo	93
3.8. Notas Finais	97
Conclusão	99
Referência bibliográfica	104

Introdução

O enfrentamento de certos problemas filosóficos exige reflexão cuidadosa, assim como escrita paciente. Ao investigarmos o pensamento de John McDowell nos deparamos necessariamente com o problema de como o nosso pensamento pode ser direcionado ao mundo, ou seja, sobre a possibilidade mesmo de se pensar o mundo. Problema que não é de todo novo na tradição filosófica. Na história da filosofia muitos se debruçaram sobre a possibilidade de como a mente pode se relacionar com o mundo. Não somente estabelecer de que forma a mente pode se relacionar com o mundo, mas investigar de que forma o mundo fornece garantias para acreditarmos em algo.

Entender de que forma pode a nossa mente, os nossos pensamentos se dirigirem ao mundo, nos coloca frente a certo dualismo. De um lado temos a mente humana com suas categorias, por outro temos o mundo com suas estruturas. É neste hiato entre a mente e o mundo que o cético parece se sentir em casa. Como as crenças podem ser justificadas, se o que podemos pensar acerca do mundo se restringe a aspectos mentais? Descartes forneceu a base na história do pensamento ocidental para tal posição. Descartes buscou estabelecer à certeza do *cogito*, do *eu penso*, da *consciência*, contudo, perdeu o mundo para o *gênio maligno*. Parece ser o caso, na medida em que Descartes considera a mente como um domínio autônomo transparente à introspecção consciente. Não é o mundo que garante a justificação das nossas crenças, mas sim o exame introspectivo dos eventos presentes à mente. O mundo tem apenas a função de causar as crenças. Nisso parece residir a angústia marcante da modernidade.

Formas contemporâneas de abordar a relação entre a mente e o mundo parecem ter deixado o problema acerca da relação entre a mente e o mundo sem solução. McDowell buscou realizar um diagnóstico, a fim de prescrever uma terapia para o problema

mente/mundo. O diagnóstico é feito em seu livro *Mente e Mundo* (2005). Essa obra gerou intensos debates nos círculos filosóficos. McDowell defende neste livro a necessidade de se sustentar um *empirismo* que seja *mínimo*. A ideia é que se quisermos dar sentido à noção de episódio mental como orientado para o mundo, precisamos por esse episódio num contexto racional e normativo. A normatividade decorre da noção de *tribunal da experiência* como pensado por Quine, ou seja, a forma como nossos pensamentos devem satisfazer à experiência perceptiva. O problema só pode ser resolvido na medida em que solapamos o dualismo existente entre a mente e o mundo. Parece que essa dicotomia entre a mente e o mundo só pode ser superada pressupondo a tese de que não é possível a existência de pensamentos sem a presença do mundo constringendo a nossa sensibilidade de forma racional.

De forma polêmica, McDowell defende em *Mente e Mundo* (2005) que a experiência apresenta conteúdo proposicional, em que as coisas aparecem ao sujeito como *sendo de tal e tal modo*. Conteúdo que é gerado pelo constringimento do mundo sobre a nossa receptividade, que já é encharcada de conceitos, por conta do envolvimento da espontaneidade. Por ser dessa forma, o conteúdo da nossa experiência perceptiva é conceitual. Este conteúdo permite a McDowell estabelecer uma relação racional entre a mente e o mundo, ou seja, direcionar os nossos pensamentos para o mundo, assim como fugir da oscilação entre coerentismo e Mito do Dado. McDowell defende uma tese transcendental, segundo a qual nossos pensamentos se direcionam ao mundo de forma objetiva, porque o conteúdo da experiência apresenta forma proposicional, as coisas *como sendo de tal e tal modo*. Caso não estejamos iludidos, as coisas *sendo como de tal e tal modo*, também é um aspecto da disposição geral do mundo.

A questão é que a tese da proposicionalidade sofreu fortes objeções. Não obstante, foram as objeções de Charles Travis, desenvolvidas no texto “Reason’s Reach” (2007), que

levaram McDowell a revisar a tese desenvolvida em *Mente e Mundo* (2005). Como resposta, McDowell escreveu “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), onde defendeu o conteúdo intuicional. Conteúdo este que McDowell considera apresentar estrutura conceitual, porém não proposicional.

Veremos como McDowell desenvolveu sua tese em *Mente e Mundo* (2005), realizando o diagnóstico acerca da angústia característica da filosofia moderna: a relação entre a mente e o mundo. Observaremos que McDowell toma certos filósofos como aliados: Sellars, Wittgenstein e Kant. Podemos considerar que Davidson mesmo identificado com um lado da oscilação por McDowell, se apresenta como aliado em muitos aspectos. Na verdade parece que existem mais concordâncias do que discordâncias. O outro lado da oscilação abordado por McDowell é o do Mito do Dado, que tenta estabelecer uma relação justificadora entre o conceitual e o extraconceitual. McDowell considera que relações racionais existem somente entre conceitos. O ponto é que Travis em suas objeções parece ter mostrado que é possível sustentar pensamentos racionais em aspectos não-conceituais.

McDowell escreveu o artigo intitulado “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), onde passou a defender o conteúdo intuicional, se aliando de forma mais estreita ao pensamento kantiano. McDowell defende que o conteúdo intuicional é conceitual na sua forma, por isso capaz de ocupar o espaço das razões. O conteúdo intuicional é de tal forma, que pode ser articulado em atividades discursivas ou julgamentos. O conteúdo é tal que pode ser conceitualizável. Por isso, investigaremos em nosso trabalho (i) em que consiste o conteúdo intuicional; (ii) se este conteúdo permite a McDowell enfrentar problemas enfrentados pela tese da proposicionalidade.

O primeiro capítulo faz uma exposição sobre a tese da proposicionalidade desenvolvida no livro *Mente e Mundo* (2005). Apresentaremos o diagnóstico feito por McDowell da angústia que marca a filosofia moderna. Mostraremos como McDowell

terapeuticamente propõe a cura da angústia. Para tanto, abordaremos a oscilação entre coerentismo e Mito do Dado. McDowell sugere, como forma de superar a oscilação, a defesa de um *empirismo mínimo*. O *empirismo mínimo* é a ideia de que nossos pensamentos devem satisfação à experiência. Veremos que para formular sua noção de experiência como direcionada ao mundo de forma objetiva, McDowell recorre às noções kantianas de *receptividade* e *espontaneidade* do *entendimento*. Veremos como a *espontaneidade* está operante nas entregas da *receptividade*, tornando o conteúdo da experiência de todo conceitual. Assim, observar como essa estruturação conceitual da experiência nos abre para a disposição geral da realidade.

O segundo capítulo será uma apresentação das objeções feitas à tese da proposicionalidade defendida por McDowell no livro *Mente e Mundo* (2005). Neste capítulo, abordaremos o problema da fineza de granulação, assim como a resposta oferecida por McDowell a tal problema. Investigaremos a defesa de Peacocke do conteúdo não-conceitual como um conteúdo capaz de fornecer razões externas para as nossas crenças. Veremos que McDowell recusa tanto o conteúdo não-conceitual, como a ideia de razões externas. Para McDowell razões devem ser internas, fornecidas do ponto de vista do sujeito; o conteúdo que o sujeito pode tomar internamente como justificando crenças empíricas é o conteúdo conceitual.

Em seguida observaremos as objeções de Charles Travis desenvolvidas em seu texto “Reason’s Reach” (2007). Mostraremos como tais objeções forçaram a McDowell revisar sua tese da proposicionalidade, cedendo alguns pontos. Será importante salientar que Travis aponta na direção de que pensamentos racionais podem ser baseados em aspectos não-conceituais da experiência perceptiva. Esses aspectos seriam os instanciadores dos nossos conceitos, aquilo que nos daria a oportunidade de afirmar certas coisas acerca do mundo. Travis acredita que na experiência não estão envolvidos conteúdos. A experiência nos coloca

em contato com o ambiente e deste afirmamos certos tipos de coisas. Veremos que a ideia central de Travis com tal posição é refutar a ideia de mundo estabelecida por McDowell, enquanto constituído por fatos.

O terceiro e último capítulo apresenta as ideias desenvolvidas por McDowell em seu texto “Avoiding the Myth of the Given” (2009c). Neste, McDowell defende a noção de conteúdo intuicional. Veremos que para McDowell o conteúdo intuicional é conceitual em certo sentido. Só que este conteúdo não é estruturado proposicionalmente como em *Mente e Mundo* (2005). O conteúdo intuicional é conceitual no sentido de que já é disponível para figurar em atividades discursivas, ou seja, ele é conceitualizável. McDowell se mantém fiel a ideia de que o conteúdo da experiência é conceitual, dessa forma ocupando o espaço das razões.

Depois de abordar o conteúdo intuicional da experiência, investigaremos como este conteúdo possibilitou a McDowell enfrentar certos problemas epistemológicos, tais como o do Mito do Dado, o da fineza de granulação, o das razões. Checaremos se o conteúdo intuicional da experiência pode ser considerado consistente com uma posição não-conceitualista, como pensa Connolly. Veremos que McDowell considera o conteúdo intuicional de todo conceitual.

Experiência e conteúdo proposicional

Ao que parece McDowell enfrentou o problema acerca do conteúdo da experiência perceptiva interessado em questões epistemológicas. Sua preocupação era fornecer elementos para pensar a relação mente/mundo como uma relação racional-normativa. Para defender essa relação como racional e normativa McDowell sustentou um conjunto de teses:

- (i) O conteúdo da nossa experiência perceptiva do mundo deve ser proposicional;
- (ii) Não basta que o conteúdo da experiência perceptiva seja conceitual, é necessário que essa experiência seja imediata do mundo;
- (iii) O mundo deve constranger o nosso pensamento, para que sejamos direcionados a ele.

A tese (ii) e (iii) apresenta um cunho empírico-transcendental, na medida em que aborda a forma como o nosso pensamento se dirige ao mundo, de que forma podemos falar dele e como o mundo se configura. McDowell procurou com essas teses fornecer justificativas para as nossas crenças e juízos empíricos.

Em um artigo intitulado “Avoiding the Myth of the Given”¹ (2009c) McDowell procurou rever sua tese segundo a qual a experiência perceptiva apresentaria conteúdo proposicional, a ideia de que o conteúdo da minha experiência seria uma proposição em que *as coisas são de tal e tal modo*. Para observarmos mais de perto essa mudança, precisamos primeiro investigar a tese da proposicionalidade como desenvolvida principalmente em *Mente e Mundo*.² Claro que outros textos vão ser usados para nos ajudar a esclarecer o ponto, tais como *Sellars on Perceptual Experience*³ (1998), *Conceptual Capacities in Perception*⁴ (2006)

¹ McDowell, John. “Avoiding the Myth of the Given”. In. *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, (2009c), pp. 256-275.

² McDowell, John. *Mente e Mundo*; tradução de João Vergílio Gallerani Cuter; ensaio introdutório Hilan Bensusan. – Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

³ McDowell, John. (1998). “Sellars on Perceptual Experience”. In. *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 3-22.

e *Experiencing the world*⁵ (2000). Contudo, neste primeiro capítulo abordaremos mais de perto a tese conceitualista como desenvolvida em *Mente e Mundo* (2005). No segundo buscarei apresentar as objeções levantadas contra a tese da proposicionalidade e no terceiro buscarei explicitar as principais ideias desenvolvidas em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) procurando entender as principais mudanças efetuadas por McDowell em relação à tese desenvolvida em *Mente e Mundo* (2005).

1.1. Mente e Mundo: uma relação incômoda

A relação mente/mundo sempre esteve no centro das preocupações filosóficas de John McDowell. Em “Singular Thought and the Extent of Inner Space”⁶ (1986) tratou diretamente o problema da relação mente/mundo na filosofia cartesiana. Segundo McDowell, a imagem cartesiana da mente como um domínio autônomo transparente a introspecção consciente é problemática, pois nos faz perder contato com o mundo. Mais problemático é o fato dessa posição ser influente na epistemologia contemporânea. Vejamos em suas próprias palavras:⁷

Em uma imagem cartesiana completa, a vida interna toma lugar em um domínio autônomo, transparente à consciência introspectiva do sujeito; o acesso da subjetividade ao resto do mundo torna-se correspondentemente problemático, em um modo que tem familiar manifestação em correntes epistemológicas pós-cartesianas (McDowell, 1998b, pp. 236-237).

Na imagem cartesiana não é o mundo que garante a justificação das nossas crenças, mas sim o exame introspectivo dos eventos presentes à mente. O mundo tem apenas a função de causar as crenças. Podemos considerar que essa imagem desemboca na perda do mundo objetivo,

⁴ McDowell, John. (2006). “Conceptual Capacities in Perception”. In. *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 127-144.

⁵ McDowell, John. (2000). “Experiencing the World”. In: Marcus Willaschek (ed.). *John McDowell: Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster 1999*. Münster: LIT - Verlag, 2000, p. 3-18.

⁶ McDowell, John. “Singular Thought and the Extent of Inner Space” (1986). In. *Meaning, Knowledge, and Reality*. Harvard University Press, 1998, pp. 228-259.

⁷ As traduções são de minha responsabilidade.

pois nela, o mundo não constrange as crenças.⁸ Para que não possamos perder o mundo, a nossa mente precisa manter contato normativo com o ambiente externo. McDowell pensa que uma ideia promissora na tentativa de colocar a mente em contato com o mundo é a de familiaridade (*acquaintance*) desenvolvida por Russell. Isto porque Russell considera que o modo por excelência de familiaridade com o mundo é a percepção. Livre dos aspectos epistemológicos dos dados dos sentidos, McDowell concorda que o “modo paradigmático de a nossa mente estar em contato com o mundo externo é a percepção” (McDowell, 1998c, p. 231).⁹ Só que esse contato perceptivo com o mundo precisa ser normativo e racional.

Outras duas formas de abordar a relação mente/mundo que McDowell considera insuficientes na recuperação do mundo são o Mito do Dado e o coerentismo, o último desenvolvido por Davidson (2001).¹⁰ Estas duas posições serão avaliadas mais adiante em nosso trabalho. Veremos que McDowell as considera insuficientes no que diz respeito ao nosso contato com o mundo, por tentarem estabelecer a relação da mente com o mundo de forma não racional. Ao abordar esta relação de forma não racional enclausuram a experiência humana ao domínio do mental.

Será que podemos ficar satisfeitos com a perda do mundo externo e consolados somente com o domínio interno? Subjacente a esta pergunta se encontra a raiz da angústia filosófica de McDowell: confinamento estrito ao domínio mental e a perda do mundo. O que gera um resultado extremamente insatisfatório, na medida em que se cria uma dicotomia entre o domínio interno e o domínio externo, entre nossa mente e o mundo, comprometendo nossa

⁸ Stroud formula o princípio sobre a perda do mundo na imagem cartesiana da seguinte forma: “Um sujeito pode adquirir conhecimento do mundo pelos sentidos somente se pode saber, ao mesmo tempo em que adquire o conhecimento, que não está sonhando”. Stroud, Barry. “The Problem of the External World”; In. *The Significance of Philosophical Scepticism*. Oxford University Press, 1984, pp. 1-38.

⁹ Bertrand Russell considera duas formas de conhecimento: conhecimento por contato e conhecimento por descrição. Ele defende que o conhecimento por contato é um conhecimento direto do mundo sem nenhuma espécie de intermediário. Cf. “Conhecimento por contato e conhecimento por descrição” no livro *Problemas de Filosofia*.

¹⁰ Davidson, Donald. “A Coherence Theory of Truth and Knowledge”; *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press. 2001.

intencionalidade, nosso direcionamento ao mundo, tornando nossas crenças vulneráveis às objeções céticas.

Como recuperar a relação direta entre a mente e o mundo? McDowell se propõe a enfrentar esse problema em seu livro *Mente e Mundo*. Ele afirma na introdução que o livro é uma forma de abordar angústias características da filosofia moderna, angústia que teria como centro a relação mente/mundo. Vejamos:

Meu objetivo é propor uma abordagem, à maneira de um diagnóstico, de algumas das angústias características da filosofia moderna – angústias cujo centro estaria, como sugere o título, na relação entre a mente e o mundo (McDowell, 2005, p. 23).

Observamos que uma das principais preocupações de McDowell é realizar um diagnóstico com o objetivo de promover uma cura. A cura consiste em superar a tensão entre posições filosóficas insatisfatórias, que obscurecem a forma como nossa mente se dirige ao mundo. A forma como a mente se dirige ao mundo depende do nosso entendimento de experiência perceptiva, pensa McDowell. Por isso, se desejamos resolver o problema da intencionalidade precisamos de uma noção de experiência perceptiva que escape ao Mito do Dado e ao mesmo tempo estabeleça uma relação imediata com o mundo externo. McDowell acredita que a experiência perceptiva humana apresentando conteúdo conceitual é capaz de satisfazer a essas duas exigências.

Antes de investigarmos a posição desenvolvida por McDowell em seu livro *Mente e Mundo* (2005), que defende ser o conteúdo da experiência perceptiva proposicional, precisamos observar como McDowell aborda o Mito do Dado, assim como o coerentismo desenvolvido por Davidson.

1.2. O Mito do Dado

Os empiristas tradicionais pensam que as sensações, impressões, dados brutos ou aparências podem produzir um nível fundacional de conhecimento. Vejamos um empirista tradicional como Russell. Ele coloca que dados dos sentidos são as coisas imediatamente conhecidas pela sensação. Diz Russell:

Dados dos sentidos são as coisas que são imediatamente conhecidas pela sensação: coisas como cores, sons, cheiros, dureza, rugosidade, e assim por diante. Daremos o nome de sensação à experiência de estar imediatamente ciente destas coisas (Russell, 2008, p. 73).

As sensações funcionam como intermediários entre nossa mente e o mundo, e trabalham para fornecer os conteúdos fundamentais dos nossos pensamentos. É esse tipo de dado que Davidson, McDowell e Sellars querem expurgar do cenário filosófico. Davidson e McDowell parecem ter como *background* a crítica de Sellars.

O termo “Dado” entendido como Mito foi cunhado por Wilfrid Sellars no texto

Empirismo e Filosofia da Mente:

O Mito do Dado é a ideia de que há, de fato tem de haver, uma estrutura de questões de fato particulares tais que (a) cada fato pode não somente ser conhecido não-inferencialmente como sendo o caso, porém não pressupõe nenhum outro conhecimento, seja de questões de fato particulares ou de verdades gerais; e (b) tal que o conhecimento não-inferencial de fatos pertencentes a esta estrutura constitui a corte última de apelação para todas as afirmações fatuais – particulares e gerais – sobre o mundo (Sellars, 2008, p. 74).

Sellars pensa o dado como um elemento na experiência, um tipo de conteúdo não-conceitual, conhecido imediatamente, que funcionaria como fundamento último de todas as nossas crenças empíricas. Ideia que torna o Dado problemático, pois suporia um conteúdo perceptivo fora da esfera conceitual. Dessa forma, o Dado como um impacto extraconceitual sobre a sensibilidade não serviria como uma corte da qual possamos apelar para justificar as nossas crenças e nossos juízos.

Sellars argumenta que o mais básico conhecimento perceptivo é adquirido por meio de atualizações de capacidades conceituais. Capacidades conceituais que fazem parte do nosso repertório, quando somos iniciados na linguagem. Ele diz que para “reconhecemos algum objeto como sendo verde, precisamos ter o conceito do que é parecer verde em determinadas circunstâncias” (Sellars, 2008, pp. 50-1). Ou seja, para experienciar um objeto x possuindo alguma propriedade F , preciso ter os conceitos de x e F . Sellars está jogando com uma posição filosófica em que ter uma experiência, estar consciente, é uma questão linguística. McDowell afirma que Sellars não deseja desfazer-se do empirismo, “contudo busca oferecer a possibilidade de pensarmos um empirismo que esteja livre do Mito do Dado” (McDowell, 2009b, p. 91). Essa parece ser a McDowell uma posição mais razoável para resolver o problema posto pelo Dado, do que a desenvolvida por Donald Davidson. Este último nos aconselha a abandonar o empirismo. A crítica de Davidson tem como objetivo mostrar que os dados sensoriais não podem desempenhar papel epistêmico significativo, e alertar que a experiência interpretada dessa forma pode ser alvo de argumentos céticos.

Davidson afirma que uma opção viável ao Mito do Dado é o coerentismo, e o coerentismo decorre diretamente de sua crítica ao empirismo tradicional. Afirma Davidson sobre o empirismo:

Empirismo, como outros ismos, podemos definir, tal como nos for conveniente, mas eu tomo que ele não envolve somente a afirmação pálida que todo conhecimento do mundo vem por meio da agência dos sentidos, mas também a convicção de que este fato é de valor epistemológico fundamental. A ideia pálida meramente reconhece o óbvio papel causal dos sentidos em mediar objetos e eventos no mundo e nossos pensamentos e fala sobre eles; empirismo localiza a evidência última para esses pensamentos nesse passo intermediário (Davidson, 2005, p. 48).

Davidson pensa que devemos abandonar a ideia de empirismo e conseqüentemente o conceito de evidência última, porque problemas que envolvem a natureza das sensações e como são ligadas a julgamentos perceptivos, não podem ser tomados como centrais pela teoria do conhecimento. O único papel que as sensações podem desempenhar é um papel causal que

conecta crenças ao mundo. Davidson afirma que “é um engano pensar que as sensações desempenhem algum papel epistemológico em determinar o conteúdo da crença” (Davidson, 2001c, p. 46). Isso nos leva a crer que o conhecimento empírico não tem nenhuma fundação epistemológica como desejam os empiristas. Outro ponto a considerar é que Davidson liga o empirismo ao dualismo “esquema-conteúdo” (Davidson, 2001b, p. 189). Ele entende esquema como um conjunto de conceitos ajustados à tarefa de organizar a experiência em objetos, eventos, estados, etc. “O conteúdo pode ser definido como objetos de um tipo especial, tais como: os dados dos sentidos (*sense data*), impressões, sensações, ou aparências, que podemos recorrer como fonte última de justificação de nossas crenças” (Davidson, 2001c, p. 41).

Davidson pensa que dados dos sentidos, sensações, impressões ou como estabelece Quine, estimulações dos nossos órgãos sensoriais, não podem justificar as nossas crenças epistêmicas. “Dualismos como esquema-conteúdo, objetivo/subjetivo, interno/externo tem em comum o fato de conceber os estados e objetos mentais como privados” (Davidson, 2005, p. 43). Se nosso conhecimento do mundo depende de estados mentais privados, resta-nos a esperança de acreditar que eles são reais, já que corremos sérios riscos de estarmos sistematicamente iludidos a respeito das nossas crenças, desejos e intenções. O cético está em casa em suas refutações.

McDowell acredita que a motivação de Davidson em relação ao Mito do Dado é apenas de um ceticismo superficial. Para ele existe uma motivação mais profunda que é “a necessidade de as nossas capacidades conceituais sofrerem coerções racionais vindas de fora, para que possamos representar o mundo” (McDowell, 2005, p. 54). McDowell considera que a discussão sobre o Mito do Dado é familiar quando tratamos da experiência externa. Quando se trata da experiência interna são necessários mais esclarecimentos. Os nossos pensamentos “incluem juízos acerca de dores e comichões” (McDowell, 2005, p. 55). Isso nos leva a crer que desfrutamos de dois tipos de experiência. Uma experiência externa, que diz respeito ao

mundo externo, o mundo ao nosso redor, e outra interna, que diz respeito a dores, comichões e todo o tipo de experiências que não possui nenhuma ligação com o mundo externo. McDowell identifica um perigo subjacente às experiências internas, pois elas “dariam a impressão de estarem racionalmente fundamentadas em algo extraconceitual, simples presenças, que serviriam como justificações” (McDowell, 2005, p. 55).

Claro que a ideia de experiências internas justificadas em sensações, simples presenças é bastante plausível, pois poderíamos afirmar que estados de dor, comichão, e outras da mesma espécie poderiam ser partilhados por animais não racionais e crianças recém-nascidas.¹¹ Porém, estar consciente é uma questão conceitual como pensam Sellars e McDowell. É preciso a posse dos conceitos relevantes para expressar sensações de dor e estados correlatos. Podemos perguntar: animais e recém-nascidos não tem consciência de dor? A resposta é não. Animais e bebês sentem dor, mas não tem consciência de dor, na medida em que não participam da esfera conceitual. Temos consciência de nossos estados internos por nossa participação na esfera conceitual, pensa McDowell. As sensações quando recebidas na experiência são estruturadas conceitualmente. Por isso, podemos afirmar que criaturas que carecem de capacidades conceituais não desfrutam de autoconsciência, da experiência da realidade objetiva, e nem tem consciência de seus estados internos.

McDowell acredita que se um conceito é constituído por uma articulação justificadora com uma simples presença, a nossa capacidade conceitual não chega até ela. Ele afirma que chamar algo “que escapa ao espaço lógico das razões de um conceito, e chamar essa articulação de racional é uma denominação fraudulenta” (McDowell, 2005, p. 285). Parece que um conceito constituído por uma relação justificadora com uma simples presença seria um conceito privado. McDowell afirma que isso seria o mesmo que dar uma definição ostensiva privada a si mesmo. Afirma ele “a ideia de que os conceitos são formados por uma

¹¹ Conferir discussão sobre os aspectos da dor nos livros *Azul e Castanho* de Wittgenstein, Lisboa: Edições 70, 1992, assim como nas *Investigações Filosóficas*, §§ 243-315 a discussão acerca da linguagem privada.

abstração do Dado, é a ideia de uma definição ostensiva privada” (McDowell, 2005, p. 57). É justamente essa posição que McDowell considera enganosa e fraudulenta. A tese defendida por McDowell é a de que para servir como justificção das nossas crenças e juízos, as experiências, seja ela interna ou externa, devem ter conteúdo conceitual.

Parece que com as críticas direcionadas ao Dado o caráter central do empirismo se torna problemático. Já não podemos justificar as nossas crenças tomando como evidências sensações, dados brutos, impressões ou estimulações sensoriais. Não temos mais como confundir o conceitual e o não-conceitual, o epistêmico e o natural. O caminho viável seria abandonar a ideia de experiência e conseqüentemente o empirismo.

1.3. Coerentismo

A experiência entendida como dados, sensações, estimulações sensoriais, funcionando como uma espécie de intermediário epistêmico entre a mente e o mundo se torna inútil com as críticas ao Mito do Dado. Davidson pensa que mesmo Quine não escapa de suas críticas. Pois Quine deixa a experiência, o Dado externo, em seu lugar sem removê-lo. Por um lado Quine defende uma posição que sugere uma relação causal entre mente/mundo, mas, por outro lado, a retórica do tribunal não possui uma função decorativa, implica uma relação racional entre experiência e as nossas crenças. Para McDowell o pensamento de Quine gera uma combinação estranha, que é: “tentar rejeitar o Dado endógeno, sem rejeitar definitivamente um Dado exógeno” (McDowell, 2005, p. 177).

Podemos afirmar que Quine considera a experiência de duas formas, primeiro como um tribunal que põe nossas crenças em julgamento. Diz Quine: “as nossas irritações de superfície exaurem os indícios de um mundo exterior” (Quine, 2010, p. 46), depois concebe a experiência fora das ordens das justificções. O problema é que Quine cai na armadilha de

conceber a experiência tendo uma ligação racional com o mundo externo e ao mesmo tempo tendo uma relação causal. Davidson pensa que a dualidade dos fatores endógenos e exógenos, tal como persiste no empirismo de Quine não se sustenta e deve ser abandonado. O objetivo de Davidson com a crítica ao empirismo é “reestabelecer o contato imediato da nossa mente com os objetos, sem tornar o mundo externo fonte de ilusão sistemática” (Davidson, 2001b, p. 198).

Davidson pensa que uma forma de resgatar o contato da nossa mente com o mundo é estabelecer uma “correspondência sem confrontação”. O que difere a posição de Davidson do Mito do Dado? Davidson defende uma posição coerentista do conhecimento que afirma que “nada pode contar como uma razão para uma crença a não ser outra crença” (Davidson, 2001a, p. 141). O resultado de uma posição como a de Davidson é o abandono de justificações tais como: sensações, impressões e estimulações sensoriais. Teorias que defendem os Dados devem responder a perguntas tais como: qual é a relação entre sensação e crenças, e depois, porque devemos confiar em nossos sentidos? A intuição básica dessas teorias é identificar o conteúdo das nossas crenças com o das nossas sensações. Sabemos que esse tipo de identificação tende a confundir o domínio conceitual com o domínio natural, coloca um elemento extraconceitual em um domínio conceitual, racional.

Davidson afirma que a relação entre as sensações e as nossas crenças não podem ser lógicas, nem de correspondência. Que tipo de relação pode existir entre sensações e crenças? Segundo Davidson, “a relação entre sensações e crenças é uma relação meramente causal” (Davidson, 2001a, p. 143). Sensações não justificam as nossas crenças, elas causam crenças. Uma explicação causal não pretende mostrar como a crença é justificada, e nem pretende estabelecer sensações, dados dos sentidos ou estimulações sensoriais como intermediários epistêmicos. Coloca Davidson:

Pois se os intermediários são meramente causas, eles não justificam as crenças que eles causam, já que as informações que entregam podem ser falsas (Davidson, 2001a, p.144).

A moral desta afirmação é que não podemos confiar em intermediários epistêmicos entre nossas crenças e os objetos do mundo, pois podemos estar enganados acerca do que os nossos sentidos nos informam, acerca de nossas representações do mundo exterior.

A tese de que uma crença só pode ser justificada por outra crença é uma forma de Davidson colocar as relações de justificação no espaço da racionalidade. Com a impossibilidade de justificar nossas crenças recorrendo a sensações e dados brutos, a saída é postular uma relação de justificação entre crenças, e “essas crenças são causadas pelo mundo externo” (Davidson, 2001a, p. 143). Podemos depreender que Davidson estabelece uma relação de coerência entre nossas crenças, mas que tal relação depende da conexão com o mundo. As nossas crenças são causadas por sensações, e as sensações não justificam nossas crenças, mas o fato de nossas crenças serem causadas não acarreta que estejam fora da esfera racional. Davidson¹² enfatiza que em seu texto “Actions, Reasons, and Causes” (1963), estabeleceu de forma essencial como a causalidade é construída em conceitos e explicações mentais. Vejamos como Davidson coloca a questão: “Percepção, memória e ações intencionais são casos em que eventos descritos em termos mentais interagem com eventos descritos em termos físicos, e a explicação do raciocínio deve depender do fato de algumas crenças causarem outras crenças” (Davidson, 1999, p. 106). Podemos notar que para Davidson não é possível traçar uma divisão clara entre o reino mental e o reino natural. Tratar do natural é tratar do mental, assim como tratar do mental é tratar do natural.

A causalidade desempenha um papel indispensável no fornecimento do conteúdo das nossas crenças, e essas são justificadas tomando por base outras crenças. É importante pressupor que a maior parte das coisas que acreditamos são verdadeiras, para tanto, Davidson

¹² Davidson, Donald. (1999). “Reply to John McDowell”; In. L. E. Hanh (ed.), *The Philosophy of Donald Davidson*, Chicago, Open Court, 1999. Muitas discussões contempladas em nosso trabalho sobre Donald Davidson podem ser encontradas neste mesmo livro *The Philosophy of Donald Davidson* (1999).

considera que “precisamos reconhecer que as crenças em sua natureza são verídicas” (Davidson, 2001a, p. 146). As crenças podem ser consideradas verídicas considerando o que determina a sua existência e o seu conteúdo. A sugestão de Davidson é observarmos a interdependência entre crença e significado. Vejamos:

O que as sentenças significam dependem em parte das circunstâncias externas que as causam fornecendo algum grau de convicção; e em parte em relações, gramaticais ou lógicas, que as sentenças têm para outras sentenças tomando como verdadeiras com graus variados de convicção. Desde que essas relações são traduzidas diretamente em crenças. É fácil ver como o significado depende de crenças. Crenças, contudo, dependem igualmente de significado, pois, o único acesso a estrutura fina e a individuação das crenças são as sentenças dos falantes e a interpretação das sentenças que os falantes usam para expressar e descrever crenças (Davidson, 2001a, p. 147)

A tese de que as crenças são verídicas é defendida com base na ideia de que as noções de crença e interpretação devem estar conectadas. É a interpretação que nos possibilita observar se o sujeito que estamos interpretando está correto a respeito do mundo com o qual interage causalmente. Davidson afirma que “é impossível para um intérprete entender um falante e ao mesmo tempo descobrir que o falante está errado sobre o mundo” (Davidson, 2001a, p. 150). Pois a interpretação é feita de acordo com os eventos e objetos externos, que causam as crenças; estas podem ser tomadas como verdadeiras ou falsas. Parece que o conteúdo de uma crença perceptual é determinado pela interação entre duas ou mais pessoas com o mundo externo.

Davidson se preocupa em apontar a diferença entre a noção de causa advogada por ele e a noção defendida por Quine. Afirma Davidson: “Quine faz interpretação depender de estimulação sensorial, enquanto tomo que interpretação depende de eventos e objetos externos” (Davidson, 2001a, p. 151). Davidson acredita que a tese de que o significado tem como critério a estimulação sensorial recorre à noção de evidência. Voltamos ao problema do ceticismo, pois a tese quineana não nos coloca em contato com o mundo externo. O que temos são estimulações nervosas causadas por impactos externos. Essas estimulações seriam as causas das nossas representações do mundo. Surge o problema cartesiano no que diz respeito

ao mundo externo, como podemos saber que estamos em contato com algo lá fora, e não com meras ilusões, se as únicas coisas a que temos acesso são estimulações sensoriais privadas? Para Davidson a resposta está no fato de que as nossas crenças são causadas por nosso contato com o mundo externo, e não por estimulações sensoriais.¹³

Davidson defende a tese de que “as declarações para possuírem significados, mais ou menos semelhantes devem ser causadas pelos mesmos eventos e objetos” (Davidson, 2001a, p. 151). Este método se aplica de forma mais particular a sentenças de ocasião. Sentenças de ocasião são aquelas que são causadas por mudanças circunstanciais no mundo. A sentença “está chovendo” é causada por um evento particular, ‘o fato de estar chovendo’ e dois falantes podem assentir à sentença “está chovendo”, conforme seja o caso. O fator que contribui para que um intérprete acredite que está no caminho certo em sua interpretação da relação causal entre o mundo real e sua crença é que o agente tenha conhecimento do que é uma crença. Davidson afirma que “crenças podem ser identificadas, diretamente ou indiretamente, com suas causas” (Davidson, 2001a, p. 153). Mas, a causa não é uma justificação da crença, a crença só pode ser justificada com base em outras crenças. Davidson afirma que:

O agente tem somente que refletir sobre o que é uma crença, por avaliar as suas mais básicas crenças que são verdadeiras, e entre suas crenças, as que são mais seguras e as que são mais coerentes com o corpo principal de crenças são as mais aptas a serem verdadeiras (Davidson, 2001a, p. 153).

Pode ser levantado o problema epistêmico das crenças. O que garante a verdade do maior número de crenças do agente? Davidson acredita que as crenças são justificadas por manter relação de coerência umas com as outras, não podendo ser tomadas isoladamente. Essa suposição holística das crenças parece afastar o perigo do ceticismo, pois não é possível que todas as nossas crenças sejam falsas.

¹³ Podemos dizer que Davidson defende uma espécie de realismo, como ele mesmo coloca, uma espécie de realismo não-relativizado, não-interno, um realismo que afirma ser o nosso conhecimento de um mundo objetivo independente da linguagem e pensamento.

Davidson oferece o coerentismo como uma alternativa plausível em relação ao Mito do Dado. O coerentismo é a tese de que uma crença só pode ser justificada com base em outras crenças. As sensações são responsáveis em causar as crenças, mas não em justificá-las. O que determina o conteúdo de uma crença perceptiva é a interação entre as pessoas e o ambiente, mas o que justifica uma crença é outra crença.

Podemos considerar o coerentismo de Davidson como uma saída para o problema do Mito do Dado? Será que ele consegue estabelecer a relação mente/mundo de forma a recuperar o mundo perdido por Descartes? Ou estamos diante de uma posição que coloca em risco a relação da nossa mente com o mundo, já que estamos confinados no interior de nossas crenças? É possível uma solução que renuncie ao Mito do Dado, sem renunciar à tese de que a experiência exerça coerção racional imposta ao pensamento? Estamos diante de um problema em que as soluções nos levam de um lado a outro. Ou aceitamos o conceito de experiência oferecida pelo Mito do Dado, ou abrimos mão da noção de experiência e ficamos com o coerentismo de Davidson.

1.4. A oscilação

Para McDowell estamos diante de duas posições insatisfatórias para resolver o problema da relação entre a mente e o mundo. De um lado, “o coerentismo coloca em risco a conexão da mente com o mundo, por estabelecer que a espontaneidade do pensamento conceitual não está sujeita a uma coerção racional vinda de fora, sugerindo uma imagem de clausura no âmbito do pensamento sem contato com algo exterior; por outro lado, um apelo inútil ao Dado” (McDowell, 2005, p. 44). McDowell considera que nenhum dos dois lados estabelece a segurança necessária dos nossos juízos empíricos, para que “nossa liberdade seja estrangida

por algo externo de forma que possamos apelar para justificar nossos juízos” (McDowell, 2005, p. 44).

A tese do Mito do Dado amplia o campo das justificações para além do conceitual. Pressupõe que a justificativa dos juízos empíricos consiste em apontar para uma porção do Dado, uma espécie de elemento não-conceitual. O Dado partilha a ideia de que o espaço das razões, e das garantias ultrapassa o domínio conceitual. Entender a esfera das razões como mais ampla que a esfera conceitual leva-nos a incorporar impactos extraconceituais vindos do mundo. Esta imagem nos deixa reféns do mundo, sem responsabilidade por aquilo que acontece na fronteira externa. A nossa imagem do mundo seria resultado de “forças estranhas” (McDowell, 2005, p. 44). Mesmo a ideia de experiência como estimulação sensorial, como deseja Quine, não resolve o problema, porque não podemos apelar a estimulações sensoriais para justificar nossos juízos. Estimulações sensoriais são eventos físicos, que ocorrem independentemente da consciência deles. Com a ideia do Dado, McDowell afirma: “temos exculpações, no lugar das justificações” (McDowell, 2005, p. 44).

O coerentismo de Davidson rechaça a ideia de Dados, sensações, impressões e estimulações sensoriais. Considera que a experiência não pode ser concebida como um intermediário epistêmico entre a mente e o mundo. O único papel que a experiência desempenha é um papel causal na formação das nossas crenças, mas não pode servir como uma corte, um tribunal do qual possamos recorrer para justificar crenças e juízos empíricos. O que conta como “razão para uma crença é outra crença”. McDowell considera o ponto de partida do raciocínio interessante, mas classifica a conclusão insuficiente. Diz ele:

Davidson rechaça o Mito do Dado, a ponto de negar à experiência qualquer papel justificador, mas no desfecho coerentista encontramos nada mais nada menos que uma variante daquela concepção da espontaneidade sem atrito que tornava a ideia do Dado tão atraente (McDowell, 2005, p. 51).

O coerentismo de Davidson apresenta resultados, pelo menos em parte, semelhantes aos do Mito do Dado. A semelhança repousa no fato de não existir nenhuma coerção racional a que

possamos recorrer para justificar nossas crenças e juízos. Para Davidson o que existem são impactos causais vindos de fora sem nenhuma vinculação racional com o nosso pensamento. Já no Mito do Dado, o que existem são dados brutos, sensações e estimulações sensoriais, que extrapolam a esfera conceitual.

McDowell acredita que o coerentismo de Davidson não representa uma cura satisfatória ao problema mente/mundo, na medida em que não consegue colocar nosso pensamento em contato com o mundo externo.¹⁴ O que gera certo desejo de retorno ao Mito do Dado, à ideia de que existe um elemento extraconceitual, ao qual podemos apontar para justificar crenças e juízos empíricos. Isso parece derivar da cegueira de Davidson em perceber que o pensamento conceitual pode estar sujeito a uma coerção racional vindo de fora.

Vejamos:

A retórica coerentista sugere imagens de uma clausura na esfera do pensamento, por oposição à ideia de um contato com algo exterior a essa esfera. Para aquele que acha tais imagens a um só tempo apropriadas e preocupantes, a ideia do Dado pode dar a impressão de estar restituindo uma referência do pensamento à realidade (McDowell, 2005, p. 52).

Estamos diante de uma situação extremamente insatisfatória. Nenhuma das duas posições nos oferece uma tese consistente, que possa tornar nossos pensamentos responsáveis perante o modo como as coisas lá fora estão dispostas. Davidson afirma que “não podemos sair de nossas peles para descobrir o que está causando os eventos internos de que temos consciência” (Davidson, 2001a, p. 144). A expressão “sair da pele” parece determinar o confinamento a esfera das crenças.

McDowell pensa que a imagem do confinamento não bloqueia, por exemplo, o argumento do cérebro numa cuba. Este argumento sugere que as nossas crenças podem ser todas produzidas por um supercomputador com base em impulsos elétricos, sem contato com o mundo exterior. Não temos como refutar tal argumento com a tese coerentista, pois esta

¹⁴ McDowell afirma que o coerentismo de Davidson é uma forma de *atrito no vazio/frictionless spinning in the void*. Cf. *Mente e Mundo* (2005), p. 55.

afirma que os nossos pensamentos não são constrangidos racionalmente pelo mundo. As nossas crenças são resultados de impactos causais. Estes impactos poderiam ser causados por impulsos elétricos, que formariam um conjunto de crenças desconectadas do mundo externo. Parece que Davidson experimenta do seu próprio veneno. Ele criticou o “empirismo quineano por considera-lo vulnerável às objeções céticas” (Davidson, 2001a, p. 145), porém, o próprio Davidson não conseguiu escapar das objeções céticas de forma satisfatória com o seu coerentismo. McDowell pensa que “as motivações céticas consideradas por Davidson em sua crítica ao Mito do Dado não são profundas o suficiente” (McDowell, 2005, p. 54).

A sensação é de que o engate da mente com o mundo está ameaçado por uma oscilação entre duas posições insatisfatórias. O coerentismo que estabelece um abismo entre nossa mente e o mundo, privando nosso pensamento do conteúdo empírico, e a tese do Dado que não fornece a inteligibilidade de como a experiência pode ter sustentação racional em nossos julgamentos e crenças. É necessário encontrar um caminho diante deste dilema.

McDowell sugere que para encontrar uma saída ao dilema temos que satisfazer a dois *desiderata*.¹⁵ Primeiro, reconhecer coerções racionais vindas de fora; depois, considerar que capacidades conceituais já estão operantes nessas experiências. Para que tenhamos um constrangimento racional vindo de fora da esfera do pensamento com conteúdos conceituais, é preciso pressupor que estamos em contato direto com o mundo, e não com meras causas. O que está em jogo é uma concepção de experiência perceptiva em que a relação mente/mundo é mediada por conceitos. McDowell pensa que “Kant oferece as ferramentas necessárias para se pensar a experiência perceptual como conceitual” (McDowell, 2005, p. 40).

¹⁵ *Desiderata* é uma expressão sugerida por Michael William no texto “Fatal Attraction: John McDowell’s Defence of Empiricism”. In. *Essays on John McDowell’s Mind and World*, Edited for János Boros, Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, p. 187.

1.5. A saída kantiana

McDowell partilha com Sellars a ideia de que “o melhor caminho para se entender a intencionalidade, o modo como o pensamento está ligado à realidade, é compreender Kant” (McDowell, 1998a, p. 432). Precisamos saber de que forma os nossos pensamentos podem ser responsáveis perante o modo como as coisas estão dispostas no mundo; Kant parece ser o melhor candidato para realizar tal tarefa. Essa é a convicção sustentada por McDowell, de que o vocabulário kantiano oferece as ferramentas necessárias para conectarmos nossa mente ao mundo de forma racional, assim, superarmos a oscilação entre o Mito do Dado e o coerentismo.

A leitura de Kant realizada por McDowell é influenciada pelas leituras de Wilfrid Sellars e Hegel. McDowell, na esteira de Hegel, sugere que para alcançarmos um idealismo consistente precisamos abrir mão da instancia suprassensível da filosofia kantiana. Escreve ele:

Se abstrairmos o papel do suprassensível no pensamento de Kant, o que nos resta é um quadro no qual a realidade não está localizada fora de uma fronteira que circunscreve o conceitual (McDowell, 2005, p. 82).

A ideia de abrir mão do domínio suprassensível ou coisa-em-si é oferecer um quadro onde a realidade não ultrapasse a esfera conceitual. Para que a realidade não ultrapasse a esfera conceitual temos que pressupor que os fenômenos e a coisa-em-si são duas formas de conceber a mesma coisa: a forma como os objetos aparecem na experiência.¹⁶

Expurgado o suprassensível, podemos afirmar que Kant oferece os conceitos necessários para pensar a forma como os nossos pensamentos se dirigem ao mundo. Vejamos nas próprias palavras de Kant:

Se denominarmos *sensibilidade* à receptividade de nossa mente para receber representações, na medida em que ela é afetada de algum modo, então o

¹⁶ Aqui McDowell parece sugerir uma leitura naturalista da filosofia de Kant, na medida em que sugere a retirada da coisa-em-si do cenário filosófico.

entendimento, por outro lado, é a faculdade de produzir representações por si mesma, ou a espontaneidade do conhecimento. É próprio da nossa natureza que a intuição só possa ser sensível, isto é, que só contenha o modo como somos afetados pelos objetos. Por outro lado, a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível é o entendimento. Nenhuma dessas propriedades pode ser preferida à outra. Sem a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdos são vazios, intuições sem conceitos são cegas (A51/B75).¹⁷

As faculdades kantianas nos permitem conceber o conhecimento empírico, a experiência perceptiva como direcionadas ao mundo. O conhecimento empírico pode ser pensado como o resultado de uma cooperação entre *receptividade* e *espontaneidade*.¹⁸ A tese de Kant é que “sem a *sensibilidade* da *receptividade* nenhum objeto nos seria dado, e sem a *espontaneidade* do *entendimento* nenhum seria pensado” (A51/B75). Não podemos nos mover na direção de uma leitura que interprete a *espontaneidade* exercendo seu trabalho em um dado não conceitual, pois o risco é de regressarmos à estrutura do Dado. Para evitar esse resultado, precisamos conceber a *intuição* como encharcada de conceitos, que são fornecidos pelo *entendimento*. Na interação desses dois elementos, “*conceitos e intuições*, reside todo o nosso conhecimento do mundo” (B74-5).

McDowell concorda com Kant, o conhecimento surge da interação de *conceitos* com *intuições*, e afirma que “a *sensibilidade* é modelada na *intuição* pelo *entendimento*” (McDowell, 1998b, p. 462). A interpretação de McDowell, seguindo as intuições sellarsianas, é de que o conteúdo da *intuição* em Kant já é conceitual pelo envolvimento da *espontaneidade* do *entendimento* na *sensibilidade*.¹⁹ Tanto Sellars como McDowell se baseiam na citação kantiana de que “a mesma função que fornece unidade as varias representações no julgamento fornece as síntese da intuição” (Kant, A79/B104-5). A ideia pode ser formulada da seguinte maneira. Sabendo que a *intuição* é o modo como o

¹⁷ Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*; tradução e notas de Fernando Costa Mattos. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

¹⁸ Grifos de minha responsabilidade.

¹⁹ Estamos endossando em nosso trabalho a interpretação do Kant conceitualista, a cerca da experiência perceptiva, levada a cabo por McDowell. Para uma discussão crítica sobre a leitura conceitualista ou não-conceitualista sobre o conteúdo da experiência perceptiva em Kant conferir Hanna (2005), Hopp (2010), Schulting (2010), Chadha (2011), Griffith (2012), Tolley (2013), Golob (2014).

conhecimento se relaciona imediatamente aos objetos, ou seja, como os objetos nos são fornecidos pela *sensibilidade*, e sendo a *intuição* pensada por meio da *espontaneidade* do *entendimento*, podemos inferir que o conteúdo da nossa percepção envolve a participação de representações conceituais. Isto porque o *entendimento* como faculdade conceitual está ativa nas entregas da *receptividade*. A *receptividade* da *sensibilidade*, assim como, a *espontaneidade* do *entendimento* atuam de forma conjunta para fornecer o conteúdo dos pensamentos.

Inclusive McDowell afirma que as “intuições são modeladoras da consciência sensorial por meio do *entendimento*” (McDowell, 1998, p. 24). Se não fosse assim, “nossos pensamentos seriam vazios, e nossas intuições cegas” (A51/B75). É a conexão entre os conceitos do *entendimento* e o material da *intuição* fornecido pela *sensibilidade* que garante nosso engate racional com o mundo. Por isso McDowell afirma que “em intuições visuais vemos que tal e tal é o caso” (McDowell, 2009a, pp. 33-34). Por exemplo, vemos que *o cubo é vermelho*, que *o computador está sobre a mesa*.

No Mito do Dado a experiência nos fornece dados, sensações, estimulações sensoriais, que servem como evidências últimas de nossas crenças. A crítica de Davidson ao empirismo tem como alvo essa ideia de experiência. Essa ideia de experiência levou Davidson a pensar que as nossas crenças seriam resultados de impactos causais. Essa forma de conceber a relação mente/mundo, parece não garantir o constrangimento racional necessário, para afiançarmos os nossos juízos empíricos. A alternativa kantiana, de acordo com McDowell, parece mais interessante. Em Kant a nossa mente acessa o mundo de forma direta, pois “na *intuição* o conhecimento se relaciona imediatamente com os objetos” (B33-4). Desta forma, os impactos do mundo sobre a *receptividade* não estão fora da esfera do conteúdo pensável. Não temos dados brutos que podemos apontar como supõe o Dado, nem um pensamento sem coerção racional, como pensa o coerentismo. Com a “*espontaneidade* envolvida nas entregas

da *receptividade*, podemos defender a tese de que a coerção do mundo sobre o nosso pensamento é conceitual, assim como, racional” (McDowell, 2005, p. 79).

Para McDowell, a formulação do conhecimento empírico em termos kantianos, nos permite conservar o papel justificador da experiência em nossos juízos, sem cairmos no Mito do Dado, porque, podemos pensar a experiência como manifestando os objetos à nossa percepção. Essa presença imediata dos objetos decorre da descrição que Kant oferece da *intuição*: “representação sensível imediata dos objetos” (A19/B33). Não podemos pensar *representação sensível* como pedaços da realidade presentes à consciência, pois cairíamos impreterivelmente no Mito do Dado. Imediata, na leitura do Dado, não pressupõe a participação do entendimento. Pela participação do *entendimento* nos objetos apresentados imediatamente a consciência podemos afirmar que o conteúdo da experiência são representações conceituais. McDowell acredita que Kant oferece elementos para essa leitura quando afirma: “A mesma função que dá unidade as representações no *juízo*, também dá unidade as sínteses das várias representações na *intuição*” (A79/B105).²⁰ Afirma McDowell: “esta unificação nos permite supor que o conteúdo do *juízo* é o mesmo da *intuição*” (McDowell, 1998, p. 458).²¹ Por exemplo, *vejo que existe um computador na minha mesa*. O conteúdo da experiência visual, *intuída*, teria o mesmo conteúdo do juízo *existe um computador na minha mesa*.

Pensar o computador sobre a mesa não significa que os objetos do pensamento são sensações, dados ou impulsos elétricos causados pelo ambiente. Ter um computador perante os olhos, sobre a mesa, significa ter *um computador sobre a mesa*, de forma conceitual, como conteúdo do pensamento. O conteúdo do *juízo computador sobre a mesa*, portanto, é o mesmo conteúdo da *intuição*. Existe uma ameaça de solaparmos o mundo externo ao domínio

²⁰ Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*; tradução e notas de Fernando Costa Mattos. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. A79/B104-5.

²¹ McDowell, John. “The Logical Form of an Intuition”; *The Journal of Philosophy*, Vol. 95, No. 9 (Sep., 1998), p. 458.

mental, quando igualamos o conteúdo perceptivo ao do julgamento. McDowell considera que Kant garante o nosso contato com um mundo externo, não mental, por meio da noção de *sentido externo*. Por meio deste, “representamos os objetos como fora de nós, todos eles no espaço, e o espaço é a condição de possibilidade dos fenômenos” (B37-39). O espaço, condição subjetiva da sensibilidade, como pura forma da *intuição*, seria a certeza da nossa ligação com o mundo externo. Isso garante, julga McDowell, “que a nossa relação é com o mundo lá fora, embora o conteúdo *intuído* por meio da *sensibilidade* seja conceitual” (McDowell, 1998b, 454-5).

Uma leitura possível da exigência transcendental de Kant, com a unificação fornecida pelo *entendimento*, pode ser formulada nos seguintes termos. A condição de possibilidade do pensamento empírico é que exista conteúdo. Os conteúdos são fornecidos na *intuição* espacial, pela *receptividade* da *sensibilidade*. Na *intuição* temos participação ativa da *espontaneidade* do *entendimento*. Se o *entendimento* unifica a *intuição* visual e o *julgamento*, então temos o mesmo conteúdo na *intuição* e no *julgamento*. É esse conteúdo comum, que podemos chamar de conteúdo da experiência, e que torna inteligíveis as nossas crenças e juízos, segundo a leitura de McDowell. Parece possível, nesses termos, pensar uma concepção de experiência perceptiva em que o conteúdo é inteiramente proposicional, em que o mundo aparece *como sendo de tal e tal modo*.

1.6. A ideia mesma de experiência

O vocabulário kantiano forneceu a McDowell o que ele precisava para formular a sua noção de experiência perceptiva. Parece que, por um lado, encontrou uma forma de satisfazer os dois *desiderata*: reconhecer coerções racionais vindas de fora, e considerar que capacidades conceituais já estão operantes nessas experiências; por outro lado, encontrou uma forma de

descer da gangorra posta pelo dilema Mito do Dado/coerentismo. O primeiro *desideratum* é satisfeito, de acordo com McDowell, por considerar as experiências, enquanto *receptividade* operante. Já o segundo, é satisfeito enquanto consideramos que as entregas da *receptividade* envolvem atividades conceituais. A exigência é de que a própria experiência já vem investida de conteúdo conceitual.

Podemos denominar a imagem de experiência recomendada por McDowell de conceitualista.²² A tese conceitualista afirma que:

Experiências são impressões que o mundo causa sobre nossos sentidos, são produtos da *receptividade*; mas aquelas impressões já são dotadas, elas mesmas, de conteúdo conceitual (McDowell, 2005, p. 83).

No entanto, as capacidades conceituais, capacidades que pertencem à *espontaneidade*, já se encontram em ação nas próprias experiências, e não apenas nos juízos que se baseiam nelas (McDowell, 2005, p. 61).

Capacidades conceituais relevantes são exercidas na receptividade... Elas não são exercidas sobre uma entrega extraconceitual da receptividade. Devemos entender aquilo que Kant chama de “intuição” – o ingresso de experiências – não como a mera obtenção de um Dado extraconceitual, mas como um tipo de ocorrência ou estado que já possui conteúdo conceitual. Na experiência percebemos *que as coisas são de tal e tal modo* (McDowell, 2005, p. 45).

A ideia presente na (TC) é a de que capacidades conceituais estão envolvidas na experiência perceptiva, e os conceitos são os constituintes do conteúdo de tal experiência. As experiências perceptivas apresentam essa configuração, porque nas entregas da *receptividade*, capacidades conceituais, capacidades que pertencem à espontaneidade, se encontram em atividade. Por ser resultado do trabalho conjunto entre *receptividade* e *espontaneidade* às experiências perceptivas apresentam duas características: uma passiva e outra ativa. A passividade está ligada diretamente à faculdade da *receptividade*. Os conteúdos não são resultados de nossa organização. Quando um conteúdo está disponível, “nossas capacidades conceituais já entraram em jogo, sem que tivéssemos o direito de escolher” (McDowell, 2005, p. 48). A

²² Daqui em diante identificaremos a tese conceitualista pela nomenclatura (TC).

forma como as coisas aparecem na experiência perceptiva seria algo involuntário. McDowell toma como ilustração a ilusão de Müller-Lyer. Na ilusão, a experiência nos mostra duas linhas de comprimentos diferentes, mas se estamos familiarizados com o que se passa, não afirmaríamos que as coisas são assim. Sabemos que se trata de duas linhas com o mesmo comprimento.

O lado ativo da experiência perceptiva liga-se à *espontaneidade*, faculdade responsável por nossas capacidades conceituais. Capacidades conceituais são “atualizadas de forma paradigmática no julgamento” (McDowell, 1998b, p. 462). No julgamento, exercitamos nossa responsabilidade cognitiva, ou seja, decidimos se aceitamos ou rejeitamos as aparências impostas pelo mundo à nossa receptividade. É essa imagem que nos permite perceber o desenho de Müller-Lyer como uma ilusão. A ideia defendida por McDowell é de que embora a experiência perceptiva seja passiva, ela põe em funcionamento capacidades ativas pertencentes à espontaneidade.

1.7. Empirismo Mínimo

A ideia de que as experiências são ocorrências que envolvem capacidades conceituais é denominada por McDowell de empirismo mínimo. Por empirismo mínimo entende:

(EM) a ideia de que a experiência deve ser um tribunal mediando à maneira pela qual nosso pensamento é responsável perante o modo como as coisas são, coisa que deve acontecer se quisermos dar sentido ao pensamento enquanto tal (McDowell, 2005, p. 57).²³

McDowell considera que a intuição básica do empirismo a de que “experiência deve funcionar como um tribunal²⁴, oferecendo vereditos a respeito do mundo”, pode tornar inteligível a ideia dos nossos episódios mentais enquanto direcionados para o mundo. O que

²³ Identificaremos em nosso trabalho a noção de empirismo mínimo por (EM).

²⁴ Quine, W. V. “Dois dogmas do empirismo”; In. *De um Ponto de Vista Lógico*; tradução Antonio Ianni Segatto. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 65. Além Quine, podemos incluir Kant como filósofo que atribui papel fundamental a experiência como fonte de conhecimento.

pode ser descartado do empirismo é a experiência entendida como dados brutos ou estimulações sensoriais, já que pode nos levar tanto ao Mito do Dado, quanto nos pressionar a abandonar o empirismo. Duas consequências que McDowell deseja evitar.

Para entender o caráter conceitual da experiência e o seu papel no conhecimento empírico precisamos entender a divisão proposta por McDowell entre o espaço lógico das razões e o espaço lógico da natureza. Divisão que em seu espírito é profundamente sellarsiana. Sellars afirma que:

Ao caracterizar um episódio ou um estado como de conhecimento, não estamos dando uma descrição empírica de tal episódio ou estado; nós o estamos situando no espaço lógico das razões, do justificar e ser capaz de justificar o que se diz (Sellars, 2008, p. 81).

Nesta passagem Sellars estabelece como o domínio da normatividade o espaço lógico das razões, o espaço das justificações. Nesse espaço está situado o conceito de conhecimento. Por outro lado, descrever alguma coisa sensorialmente significa posicionar esse algo no espaço lógico da natureza. McDowell define o espaço lógico da natureza: “como o espaço lógico no qual funcionam as ciências naturais, o domínio da lei” (McDowell, 2005, p. 27). Parece correto afirmar que tanto Sellars, quanto McDowell querem marcar uma diferença entre as relações que constituem o espaço lógico da natureza e as relações que constituem o espaço lógico das razões. Posta a dicotomia, de que forma podemos tornar plausível a ideia de experiência?

Se negociarmos exclusivamente com a ideia de impressão, estaremos jogando com o domínio da natureza, e desta forma não estaremos falando de uma relação normativa, portanto, de conhecimento. Vejamos nas palavras de McDowell:

Identificar algo como uma impressão é posicionar esse algo num espaço lógico diferente daquele no qual cabe falar em conhecimento – ou, para mantermos o caso geral diante dos olhos, no qual cabe falar em direcionamento ao mundo, quer isso redunde em conhecimento ou não (McDowell, 2005, p. 27).

Experiência interpretada como impressões, dados ou sensações não pode servir como um tribunal e não pode servir como uma instância ao qual o pensamento empírico deva satisfações. Pensar que possa servir é correr o risco de cair em o que McDowell chama de *falácia naturalista*: “supor que a descrição empírica possa ser equivalente a posicionar coisas no espaço lógico das razões” (McDowell, 2005, p. 28).

Uma forma plausível de concebermos a experiência perceptiva, para que funcione como um tribunal aos quais os nossos pensamentos devem satisfações, é considerá-la como ocorrências conceituais. Significa interpretar as nossas impressões sensoriais externas como moldadas por nosso aparato conceitual. Dessa forma, as impressões podem ser acomodadas ao espaço lógico das razões. Impressões são casos em que as coisas aparecem a um sujeito sendo de determinada forma. Diz McDowell:

Numa experiência específica na qual alguém não está iludido, o que essa pessoa observa é *que as coisas são de tal e tal modo*. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo da experiência, e também pode ser o conteúdo de um juízo: torna-se o conteúdo de um juízo caso o sujeito decida tomar a experiência por seu valor de face. Nessa medida, ele é um conteúdo conceitual. Mas *que as coisas são de tal e tal modo* também é, o caso não estejamos iludidos, um aspecto da disposição geral do mundo: é o modo como as coisas são. Assim, a ideia de operações de receptividade conceitualmente estruturadas nos permite falar na experiência enquanto abertura para a disposição geral da realidade. A experiência permite que a própria disposição da realidade exerça influência racional sobre aquilo que o sujeito pensa (McDowell, 2005, p. 63).

Entender a experiência perceptiva como ocorrências conceituais traz uma exigência transcendental. Exigência de conceber nossas experiências perceptivas como abertura para a realidade. Entender as experiências desta forma nos traz duas garantias: (i) nossa intencionalidade, nosso direcionamento ao mundo; (ii) justificações de nossas crenças e juízos empíricos. O preço a pagar em conceber a experiência perceptiva como envolvendo capacidades conceituais é a necessidade de defender que este conteúdo é estruturado proposicionalmente. Por outro lado, podemos considerar que McDowell consegue recuperar o mundo. Escreve McDowell: “que o conteúdo conceitual de uma experiência, caso o sujeito

não esteja iludido, *que as coisas são de tal e tal modo* é também um fato perceptível, um aspecto do mundo perceptível” (McDowell, 2005, p. 63).

Contudo, o que se tem em vista ao afirmar que a experiência envolve capacidades conceituais é “a possibilidade de atribuir às experiências uma influência racional sobre o pensamento empírico” (McDowell, 2005, p. 89). O mundo não exerce uma coerção cega sobre a nossa sensibilidade. A experiência perceptiva não nos fornece dados ou estímulos sensoriais. A realidade imprime-se sobre nossas capacidades conceituais fornecendo crenças. O sujeito X tem uma razão para justificar uma crença empírica Y se e somente se a crença Y é resultado de um constrangimento racional vindo de fora. McDowell quer igualar o caráter intencional ao epistêmico. Epistêmico significa o envolvimento de capacidades conceituais, dessa forma, podemos afirmar que intencionalidade para McDowell é conceitual. Os conceitos seriam os responsáveis em recuperar a relação entre a mente e o mundo. Seriam os as ferramentas epistêmicas responsáveis por recuperar o mundo externo, perdido por correntes herdeiras do cartesianismo.

1.8. Notas Finais

McDowell se engajou no debate sobre o conteúdo da experiência perceptiva interessado em questões epistemológicas. Estava interessado em saber de que forma nossos pensamentos podem se dirigir ao mundo e como este mundo pode servir como uma instância de justificação das crenças. McDowell considera que uma forma de responder a estas questões é considerar a relação mente/mundo como uma relação racional/normativa.

Essa parece ser uma alternativa para tornar a relação entre a mente e o mundo inteligível em termos epistêmicos. McDowell acredita que o desenvolvimento da ciência moderna favoreceu o pensamento de que os fenômenos podem ser reduzidos a eventos físico-

naturais e como eventos físicos, os fenômenos poderiam ser explicados por mecanismos causais. O paradigma científico contaminou a filosofia. Quine, por exemplo, acreditou que a epistemologia podia ser naturalizada. Houve uma divisão entre o natural e o racional, o reino da lei, das interações causais e o reino da liberdade. A racionalidade humana foi compreendida como algo não natural. A relação entre a mente e o mundo concebida em termos causais não responde as exigências necessárias para que o mundo funcione como um tribunal ao qual os nossos pensamentos devam satisfações.

A ideia de McDowell é de que não podemos renunciar ao empirismo como fez Davidson, precisamos de um (EM), que torne os nossos pensamentos responsáveis perante a configuração do mundo. Claro que Davidson renunciou ao empirismo em decorrência do Mito do Dado. O Mito do Dado é a ideia de que podemos recorrer a dados, sensações, impressões ou estimulações sensoriais para justificar nossas crenças. Davidson insistiu que as nossas crenças não podem ser justificadas por sensações. As sensações podem causar as nossas crenças. Só uma crença pode justificar outra crença. McDowell considera o Mito do Dado e o coerentismo dois lados de uma mesma moeda. São insuficientes em dar uma boa explicação em como os nossos pensamentos podem ser direcionados ao mundo.

McDowell partilhou com Sellars a ideia de que Kant apresenta as ferramentas necessárias para se pensar a intencionalidade. Kant pensa que o nosso conhecimento é resultado de um trabalho partilhado entre a *receptividade* da *sensibilidade* e *espontaneidade* do *entendimento*. Sem a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado. Para que exista conteúdo é necessário que o mundo forneça o material a *intuição* pela sensibilidade e esse material para se tornar cognoscível tem que ser pensado pelos conceitos. McDowell foi sensível aos *insights* kantianos e não renunciou à ideia de experiência como fizera Davidson. Repensou a noção de experiência fornecendo uma nova leitura.

McDowell considerou que experiências são impressões que o mundo causa sobre nossos sentidos, resultados da receptividade, mas as impressões já são dotadas, elas mesmas, de conteúdo conceitual. As experiências perceptivas apresentam essa configuração, porque nas entregas da *receptividade*, capacidades conceituais, capacidades que pertencem à *espontaneidade*, se encontram em atividade. Essa noção de experiência possui duas características. A experiência é passiva, pois o conteúdo não é construído por nós, não escolhemos o que perceber. Por outro lado, a experiência tem um traço ativo, que é a nossa capacidade de julgar se aceitamos ou não as aparências. Essa noção de experiência nos permite pensar a relação mente e mundo como racional e nos capacita a ver o mundo como uma instância justificadora das crenças.

A experiência perceptiva de sujeitos racionais envolve a participação de capacidades conceituais e são essas capacidades que nos abre para o mundo. Na experiência temos acesso direto ao mundo. Experiências perceptivas em que não estamos iludidos nos colocam diretamente em contato com o mundo: “*que as coisas são de tal e tal modo*”. McDowell ao conceber a experiência perceptiva como ocorrências conceituais e como abertura para a realidade, paga o preço de pensar o mundo estruturado proposicionalmente.

A ideia de que a experiência perceptiva apresenta conteúdo proposicional suscitou alguns problemas angustiantes. Animais que não desfrutam de racionalidade não experienciam o mundo? Experiência perceptiva de seres humanos maduros é constitutivamente racional e conceitual? Seria o conteúdo da experiência realmente proposicional? Ao que parece McDowell procurou rever sua tese da proposicionalidade em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), depois das objeções apresentadas por Charles Travis no texto “Reason’s Reach” (2007). Contudo, essa não foi à única objeção feita a McDowell. Precisamos avaliar outras objeções, para vermos de que forma ele procurou respondê-las.

Críticas à tese da proposicionalidade

A tese da proposicionalidade sobre o conteúdo da experiência perceptiva desenvolvida por McDowell sofreu fortes objeções. Essas objeções partem da ideia de que o conteúdo da percepção pode apresentar traços não-conceituais. A discussão entre conceitualistas e não-conceitualistas envolve questões fundamentais: individuação do conteúdo conceitual, natureza da posse do conceito, racionalidade, relação entre percepção humana e animal, assim como nossa concepção de objetividade. Por isso neste capítulo apresentarei as principais objeções feitas à tese conceitualista e as respostas oferecidas por McDowell.

Veremos como Evans (1982) desenvolve sua tese não-conceitualista defendendo que nossa experiência perceptiva possui uma granulação mais fina do que os nossos conceitos. Tese que foi desenvolvida e defendida posteriormente por Peacocke.²⁵ Este defende que nossas experiências perceptivas não-conceituais podem servir como razões para crenças. Por fim, veremos a objeção de Travis à tese de que a realidade seria proposicionalmente estruturada. Procurarei observar quais aspectos dessas objeções corroboraram para que McDowell abandonasse a ideia de que a experiência apresenta conteúdo proposicional.²⁶

²⁵ A ideia de que a percepção apresenta conteúdo não-conceitual é defendida, também, por autores como José Bermúdez (1995), Tim Crane (1992), Fred Dretske (1995), Susan Hurley (2000) e Michael Tye (2005).

²⁶ Uma objeção usada contra a posição conceitualista de McDowell para defender o conteúdo não-conceitual da experiência perceptiva é o argumento dos animais não-humanos. Este argumento foi levantado por Collins no seu artigo “Beastly Experience”; *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LVIII, No. 2 (June, 1998), pp. 375-80. Collins argumenta que se experiência perceptiva envolve conceitos, animais não-humanos não passam por experiência perceptiva, já que não possuem espontaneidade, atividade conceitual. McDowell não nega aos animais sensibilidade perceptiva ao meio-ambiente, porém seu interesse é sobre a experiência humana, que envolve racionalidade e aplicação de conceitos.

2.1. Fenomenologia da experiência perceptiva: problema da fineza de granulação

Os oponentes da tese conceitualista desenvolvida por McDowell defendem o caráter não-conceitual da experiência perceptiva apelando para o conteúdo de granulação fina da nossa experiência perceptiva. Muitos recorrem ao livro *The Varieties of Reference* (1982) de Evans.²⁷ Este levanta o problema com uma pergunta retórica:

Nenhuma explicação do que é estar em um estado informacional não-conceitual pode ser dada em termos de disposição para exercitar conceitos a menos que estes conceitos sejam assumidos ser de granulação fina; isto faz sentido? Realmente entendemos a proposta de termos tanto conceitos de cores como de tons que podemos sensivelmente discriminar? (Evans, 1982, p. 227).

Ele não se dirige de forma específica as teses apresentadas por McDowell, porém oferece as bases para o desenvolvimento filosófico da tese de que a nossa experiência perceptiva apresenta uma granulação mais fina do que o nosso esquema conceitual. A tese da granulação afirma que a fenomenologia da nossa experiência perceptiva apresenta conteúdos para os quais não possuímos conceitos adequados. A ideia é que estes conteúdos de granulação fina estão integrados no conteúdo da nossa experiência perceptiva, mesmo que não tenhamos os conceitos adequados para capturá-los.

Um dos oponentes à tese conceitualista de McDowell que desenvolve as ideias de Evans é Peacocke.²⁸ Este defende que existem conteúdos representacionais na experiência perceptiva que são não-conceituais. Que tipo de conteúdo a experiência perceptiva nos apresenta que pode ser considerado não-conceitual? Vejamos o seguinte exemplo apresentado por Peacocke:

²⁷ Evans, Gareth. *The Varieties of Reference*; (published posthumously, edited by John McDowell), Oxford: Oxford University Press, 1982.

²⁸ Existem outros autores que entram no debate entre McDowell e Peacocke e desenvolve outro tipo de argumentos, vejamos “The Non-conceptual Content of Perceptual Experience: Situation Dependence and Fineness of Grain de Sean D. Kelly, In. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXII, N. 3, May 2001, pp. 601-608.

Quando você olha o Museu em Bilbao, ou vê uma escultura abstrata, ou a face de uma pessoa, você enxerga cada um desses objetos como possuindo certa forma e tamanho. Similarmente, você os vê como tendo certas tonalidades de cor, certas texturas e contornos. Igualmente quando você ouve um tom musical há um sentido em que você percebe o seu compasso. Você pode não reconhecê-lo, mas você pode discriminar este compasso de outros, se for forçado a comparar com outros. Esta discriminação é baseada no modo que o tom soa a você. Em toda parte esta discussão tem reconhecido o caráter de granulação fina deste conteúdo representacional (Peacocke, 2001, p. 240).²⁹

Neste exemplo são apresentadas formas, contornos, cores, tons e texturas que não podem ser apreendidos conceitualmente. A experiência perceptiva nos coloca diante de conteúdos de granulação fina, que não podem ser capturados adequadamente por conceitos. A tese é de que o caráter do conteúdo representacional que figura na experiência perceptiva não depende da posse de conceitos. Imaginemos um cenário de uma região campesina onde experienciamos diversas tonalidades de verde:

Verde1	Verde2	Verde3	Verde4	Verde5
--------	--------	--------	--------	--------

De acordo com os conceitualistas todas as tonalidades de verde do cenário devem figurar em nossa experiência com conteúdo conceitual. Uma experiência perceptiva consciente depende dessas condições. Para um sujeito perceber um objeto x com propriedade Q , tem de possuir o conceito de x e Q . O conteúdo representacional que aparece na experiência perceptiva depende da posse de conceitos adequados.

Já não-conceitualistas como Peacocke defendem a tese de que “percebemos todas as tonalidades de verde mesmo não possuindo os conceitos adequados” (Peacocke, 2001a, p. 242). Não precisamos de conceitos para articular propriedades de granulação fina presentes na experiência perceptiva. Para que nossa experiência perceptiva seja bem sucedida é

²⁹ Peacocke, Christopher. “Does Perception Have a Nonconceptual Content?”; *The Journal of Philosophy*, Vol. 98, No. 5 (May, 2001), p. 240. Outros artigos de Peacocke que tratam do tema: “Nonconceptual Content Defended”; In. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LVIII, N. 2, June 1998, pp. 381-88 e “Phenomenology and Nonconceptual Content”; In. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXII, N. 3, May 2001, pp. 609-615.

“necessário apenas que o nosso sistema perceptivo funcione adequadamente” (Peacocke, 1992, p. 80).³⁰ Além do bom funcionamento do nosso aparato perceptivo, o conteúdo perceptivo de granulação fina, precisa se relacionar com a noção de “representar coisas ou eventos, lugares, tempos e propriedades como correto ou incorreto” (Peacocke, 2001a, p. 241). Funcionamento adequado do nosso aparato perceptivo e condições de correção colaboram no conteúdo representacional da experiência. Peacocke afirma que existem três níveis na descrição de uma experiência perceptiva:

(i) a forma em-si do objeto, (ii) o modo de como essa forma é dada na experiência perceptiva (*conteúdo protoproposicional*).³¹ A mesma forma pode ser percebida como quadrado, ou como losango e (iii) conceitos demonstrativos, adquiridos na percepção de acordo com as formas dadas, que são usados pelo sujeito no julgamento (Peacocke, 1998, p. 381).

É plausível pensarmos que o conteúdo da experiência descrito em (ii) não dependa da posse de conceitos. O nível (ii) trata do modo como às coisas são percebidas fenomenologicamente com suas propriedades. O objeto pode ser percebido como *quadrado*, *losango* ou *retângulo*, desde que as condições da experiência sejam adequadas. Parece que os objetos do nível (ii) não dependem da posse de conceitos para serem percebidos. Para que os objetos desse nível sejam percebidos, precisamos apenas da capacidade de discriminar os objetos por suas características externas. Se o nível (ii) não depende da posse de conceitos é possível inferir que a experiência perceptiva apresenta conteúdo não-conceitual.

Se a tese de que nossa experiência apresenta uma granulação mais fina do que nossa rede conceitual se segue, podemos dizer que existe na experiência perceptiva de seres humanos maduros aspectos com conteúdo não-conceitual. O argumento da granulação pode ser formulado da seguinte forma:

(P1) Experiências visuais nos colocam em contato com cenários ricos em detalhes.

(P2) Esta riqueza deve ser refletida no conteúdo representacional da experiência.

³⁰ Autores que defendem posições semelhantes à de Peacocke é Brandom no seu texto “Perception and Rational Constraint: McDowell’s *Mind and World*” (1995) e “Perception and Rational Constraint” (1998).

³¹ Peacocke, Christopher. *A Study of Concepts*, MIT, 1992, p. 77.

(P3) Para capturar essa riqueza, precisamos especificar este conteúdo usando conceitos de propriedades com granulação fina.

(P4) Estas propriedades ultrapassam nosso esquema conceitual.

(C5) Por isso existem propriedades da nossa experiência visual que são não-conceituais.

Oponentes de McDowell em geral endossam este argumento como justificativa para afirmar que existem conteúdos da nossa experiência perceptiva que são não-conceituais.³² De fato, se tomarmos (P4) e o que se segue (C5) como verdadeiro o conceitualismo é falso. E assim existem conteúdos não-conceituais na experiência. A questão é: podemos considerar o argumento da granulação como suficiente para sustentar a tese de que nossa experiência perceptiva apresenta aspectos não-conceituais? O argumento da granulação parece funcionar se entendermos que o nível (ii) não pode ser articulado conceitualmente pelo nível (iii). Se defendermos tal posição, podemos afirmar que a experiência perceptiva apresenta propriedades que não podem ser instanciadas por conceitos. Se defendermos que os conceitos estão envolvidos no conteúdo da experiência, quando exercemos nossa *capacidade de reconhecimento*, onde os termos demonstrativos são aplicados na presença da amostra original, então podemos articular conceitualmente conteúdos com fineza de granulação.

O ponto é investigarmos se o argumento da granulação fina é uma objeção que barra a tese do conteúdo proposicional de McDowell. Em nossa leitura McDowell não considera a tese da granulação como capaz de barrar o conteúdo proposicional. Vejamos.

2.2. Resposta de McDowell ao argumento da granulação fina da experiência

McDowell apresenta uma resposta à objeção da fineza de granulação. Ele parte da ideia de que a habilidade de abarcar cores no pensamento conceitual “não pode se restringir a termos

³² McDowell considera a posição de Peacocke um não-conceitualismo parcial. Segundo essa leitura, a experiência apresentaria alguns aspectos que não poderiam ser capturados conceitualmente.

como “vermelho”, “verde”, ou frases, como castanho queimado” (McDowell, 2005, p. 94). Se a aplicação de conceitos se limitar a expressões específicas, nossa experiência perceptiva apresenta propriedades não-conceituais e o argumento da granulação fina falseia o conceitualismo. É preciso alargar a ideia de conceitual. Vejamos o que diz McDowell contra a objeção da fineza de granulação:

É possível adquirir o conceito de matiz de cor, e a maioria de nós, de fato, o adquiriu. Por que não dizer que estamos, com isso, preparados para abarcar os matizes em nosso pensamento conceitual com a mesma determinação que tais matizes apresentam em nossa experiência visual, de tal modo que nossos conceitos seriam capazes de capturar as cores com uma acuidade tão grande quanto a da experiência que as apresenta? (McDowell, 2005, p. 94).

A ideia é a de que podemos dar uma descrição conceitual às supostas experiências com granulação fina apelando para termos como *aquele matiz*, na qual o demonstrativo se vale da presença da amostra original. O uso de termos demonstrativos envolveria conteúdo conceitual? Parece que exercemos habilidades conceituais no uso de expressões como *aquele matiz* “se defendermos que exatamente a mesma capacidade de abarcar uma cor na mente pode, em princípio, persistir após a própria experiência” (McDowell, 2005, p. 95). Se a nossa mente tem a capacidade de reter e usar as informações retidas de matizes de cores – em pensamentos baseados em amostras originais, ou na ausência da amostra – das quais não possuímos conceitos específicos, então exercemos habilidades conceituais no uso de termos demonstrativos.

McDowell chama essa capacidade de reter informações na mente por meio da experiência perceptiva de *capacidade de reconhecimento*. Diz ele:

O que nos faz reconhecer a existência de um conceito disponibilizado pela presença na experiência da amostra original é uma capacidade de memória. Uma pessoa pode reter a capacidade de reconhecer que as coisas possuem aquele matiz, e enquanto persistir esta capacidade de reconhecimento, possivelmente por um período muito curto de tempo o sujeito pode incorporar aquele matiz a seu pensamento (McDowell, 2005, p. 215).

Conforme observamos, esta é uma capacidade fundada na memória. A função cognitiva da memória é reter informações de experiências passadas. A ideia é a de que podemos ter uma

experiência com uma determinada tonalidade de cor com a qual não estamos familiarizados, e nem possuímos conceitos adequados, mas que, caso nos seja apresentada em uma nova experiência, teremos a capacidade de reconhecê-la como *aquela matiz*. Vejamos o seguinte exemplo, o sujeito X usa a expressão *aquela matiz* para uma tonalidade (k^2), com fineza de granulação, percebida em t_1 , caso se depare com a mesma tonalidade (k^2) em t_2 , ainda tem retido em sua memória a informação adquirida em t_1 . Nesse caso podemos dizer que ele aplica o conceito *aquela matiz* ao mesmo conteúdo. Podemos formular a tese da *capacidade de reconhecimento* da seguinte maneira:

(CR) Exercemos nossas capacidades conceituais sobre uma propriedade de granulação-fina Q, caso possamos, em uma segunda experiência com esta mesma propriedade Q endossa-la como sendo Q.

É interessante observar que para McDowell a *capacidade de reconhecimento* pode funcionar até em pensamentos dos quais não possuímos ligação com a experiência presente da amostra original. Diz ele:

Esta capacidade, que está fundamentada na memória, de incorporar exatamente um determinado matiz ao pensamento, também pode ser exercida num pensamento que não esteja engrenado a experiência presente. Considere, por exemplo, o caso de alguém que se recorda da cor de uma rosa que não está sendo mais vista, e pensa: “Gostaria que as paredes de meu quarto fossem pintadas com aquele matiz” (McDowell, 2005, p. 215).

A ideia é de que a capacidade de reconhecer certos matizes ou propriedades de granulação fina em uma segunda experiência, depois de termos entrado em contato com amostra original na primeira experiência, pode também ser usada para formular pensamentos em que não estamos em contato presente com amostra original. Significa dizer que podemos formar pensamentos baseados nesta capacidade de reconhecimento sem estar em contato com amostra original. Vejamos: quando temos o conceito de *casa* não precisamos estar diante de uma casa para falarmos que “desejamos comprar uma casa na rua x”. Podemos falar: *a casa é feita de tijolos*; sabemos do que se trata. Não precisamos apontar para uma casa. A ideia é de

que desfrutamos da representação conceitual da *casa* quando somos capazes de integrá-la em uma gama de pensamentos sobre casas.

McDowell pensa que essa mesma capacidade de curta duração pode ser estendida a tonalidade de cores das quais não desfrutamos de conceitos específicos. Na experiência, o sujeito X entra em contato com certa tonalidade (k^2) da qual não desfruta do conceito específico. Pela *capacidade de reconhecimento* ele retém informação sobre *este matiz*. Essa informação retida permite ao sujeito X formular pensamentos sobre *esta tonalidade* (k^2). Então, pode o sujeito X julgar *este vermelho não é igual à tonalidade* (k^2), *gostaria de pintar a minha casa com este matiz* (k^2). Uma metáfora que McDowell usa para entendermos o uso da informação retida na memória de uma tonalidade específica para a qual não possuímos um conceito determinado e que não estamos em contato com amostra original é “ver com os olhos da mente” (McDowell, 2005, p. 215). McDowell diz que “é como se amostra ainda estivesse disponível para comparação com quaisquer candidatos à atribuição daquele matiz” (McDowell, 2005, p. 216). Para McDowell é possível incluímos, além de matizes de cores, outras propriedades de granulação fina em nossa *capacidade de reconhecimento*.

Essa *capacidade de reconhecimento* não exclui as propriedades de granulação fina do conteúdo representacional da experiência, como pensa Peacocke. Pelo contrário, são integradas racionalmente no conteúdo representacional da experiência, “pelo fato de capturarmos por esses conceitos de reconhecimento os detalhes de fina granulação de certos objetos ou propriedades” (McDowell, 2005, p. 96). Quando temos experiência de determinada propriedade apresentando fineza de granulação capturamos os detalhes por causa da nossa *capacidade de reconhecimento*, qual faz uso de expressões demonstrativas. Expressões estas que integram racionalmente o conteúdo representacional da experiência perceptiva. Podemos formular o argumento de McDowell nos seguintes termos:

(T1) Na experiência perceptiva existem propriedades com granulação-fina, tais como tonalidade de cor.

(T2) Possuímos termos demonstrativos, associados a nossa capacidade de reconhecimento, que capturam detalhes cromáticos.

(T3) Portanto, possuímos conceitos adequados para capturar experiências que envolvam propriedade com fineza de granulação.

Se isso se segue o argumento de McDowell se sustenta e (P4) que afirma não possuímos conceitos adequados para aspectos de fina granulação é falso. Desta forma, o conceitualismo se sustenta diante do argumento da granulação. Podemos capturar conceitualmente todos os detalhes cromáticos por nossa *capacidade de reconhecimento* lançando mão dos termos demonstrativos, que integram racionalmente o conteúdo representacional da percepção. Essa parece ser uma resposta razoável ao problema da fineza de granulação levantado por Evans e desenvolvido, como citado por Peacocke.³³

Para McDowell nenhum conteúdo experienciado na percepção escapa das nossas capacidades conceituais. O conteúdo não-conceitual parece não fornecer as razões para as nossas crenças empíricas. Somente o conteúdo conceitual da experiência pode fazer o papel das razões. Esta parece ser a única forma de estabelecer uma relação racional entre a mente e o mundo e escapar do Mito do Dado.

2.3. O problema das razões

Para McDowell uma experiência perceptiva com conteúdo não-conceitual não é capaz de engatar a mente ao mundo de forma racional. A única forma de estabelecermos uma relação racional entre a mente e o mundo é defendermos que o conteúdo representacional da

³³ Para conferir discussão crítica acerca do problema da granulação fina cf. McDowell (1994), Peacocke (1992, 1998, 2001a, 2001b) e Kelly (2001a, 2001b).

experiência perceptiva é proposicional. É conceber que a espontaneidade, capacidade conceitual, age de forma ativa nas entregas da receptividade, mesmo nos conteúdos de propriedades de granulação fina. É a coerção do mundo externo sobre a receptividade operante que garante o conteúdo empírico objetivo da experiência perceptiva.

Nesta perspectiva McDowell considera que um sujeito X só possui uma crença empírica P, se a experiência perceptiva de X servir como razões para P. Posição que é partilhada por Brewer. Escreve Brewer: “A primeira exigência que pretendo estabelecer é: (R) experiência perceptiva fornece razões para crenças empíricas” (Brewer, 1999, p. 18).³⁴ A questão é que McDowell, assim como Brewer, consideram que o conteúdo representacional da experiência perceptiva deve ser proposicional para que possa contar como razões para crenças.

McDowell pensa que uma experiência com conteúdo não-conceitual não pode fornecer as razões necessárias para a justificação de crenças empíricas. Se pensarmos que o conteúdo não-conceitual é capaz de fornecer as bases de justificação das nossas crenças empíricas, então corremos sérios riscos de cairmos no Mito do Dado. McDowell denuncia a posição de Peacocke como uma versão do Dado. Contudo, Peacocke, contra McDowell, defende que é possível que experiências perceptivas com conteúdo não-conceitual sirvam como razões para crenças empíricas.

Peacocke defende a tese de que o conteúdo não-conceitual das experiências perceptivas podem justificar as nossas crenças empíricas, caso o conteúdo dessas crenças sejam resultados do funcionamento adequado do sistema perceptivo.³⁵ Podemos chamar esta posição de tese das *razões externas*, já que as crenças empíricas são justificadas com base no processo que as produz. Não precisamos ter consciência do processo formador das crenças.

³⁴ É importante salientar que Brewer mudou de posição em sua obra *Perception and its Objects*, Oxford University Press, 2011. Nesta, Brewer defende uma posição segundo a qual na experiência estamos em contato perceptivo direto com os objetos independente da mente.

³⁵ Outros defensores de tal posição: Fred Dretske (1999), Robert Brandom (1996), Tyler Burge (2003), Crispin Wright (2004) e Alvin Goldman (1994).

McDowell não concorda com essa tese. Para McDowell o bom funcionamento do sistema perceptivo não garante as bases racionais das nossas crenças empíricas. De acordo com McDowell, “só podemos endossar uma crença empírica, caso o conteúdo da experiência perceptiva possa ser acessada pelo *eu penso*” (McDowell, 2009, p. 130). As razões exigidas, neste caso, para acreditarmos empiricamente em algo precisam ser internas, precisam ser fornecidas do ponto de vista do sujeito.

Para McDowell o conteúdo da experiência perceptiva precisa passar pelo escrutínio da racionalidade. O tipo de conteúdo, de acordo com McDowell, que o sujeito pode tomar como razões internas para crenças empíricas é o conteúdo proposicional. Podemos chamar a posição comum a McDowell e a Brewer de tese das *razões internas*.

Parece que estamos diante de duas posições conflitantes. Por um lado McDowell, assim como Brewer, considera que estamos justificados em tomar uma crença empírica P, caso o conteúdo da experiência perceptiva sirva como razões internas para P. Já Peacocke pensa que razões são externas. Estamos justificados em endossar uma crença empírica P, caso P, seja resultado do bom funcionamento do aparato perceptivo. Nesta seção, observaremos como Peacocke faz sua defesa da tese das razões externas, para em seguida observarmos as objeções de McDowell a esta tese. Por fim, veremos que para McDowell, tal como Brewer, razões para crenças empíricas devem ser razões internas ao sujeito.

2.4. Confiabilismo de Peacocke

Experiências perceptivas com conteúdo não-conceitual podem servir como razões para crenças empíricas? Ou precisamos recorrer a um tipo de conteúdo com caráter proposicional a fim de endossarmos as nossas crenças empíricas? Vejamos o que escreve Peacocke:

O conteúdo não-conceitual das experiências é capaz de fornecer não apenas razões, mas boas razões para nossos juízos e crenças empíricas (Peacocke, 1992, p. 80).

Peacocke avança o argumento considerando o conteúdo representacional perceptivo de um sujeito no momento em que este aprende um conceito observacional. Observemos o exemplo citado por ele, “o sujeito em contato com um objeto em forma de pirâmide” (Peacocke, 2001a, p. 252). O conteúdo desta experiência deve ser pensado em duas vias. Na primeira, o conteúdo representacional, no caso de um aprendizado positivo, deve ser suficiente para alguém aplicar racionalmente o conceito. Diz ele: “a experiência deve autorizar a alguém a aplicar o conceito, quando tomada pelo seu valor de face” (Peacocke, 2001a, p. 252). Na outra via ele afirma que o conteúdo representacional não pode incluir o conceito de *pirâmide*, pois exigiria que o aprendiz já possuísse o conceito *pirâmide* antes do aprendizado.

Peacocke pensa que é preciso reconhecer, no caso supracitado, uma situação como a de ter uma experiência de algo como sendo pirâmide, que não envolve a posse do conceito *pirâmide*. Diz Peacocke “tal experiência apresenta um conteúdo não-conceitual, que se correto, é o suficiente para enquadrar-se sob o conceito observacional *pirâmide*” (Peacocke, 2001a, p. 252). A ideia é que nas experiências onde o sujeito aprende racionalmente a aplicação de um conceito, o conteúdo manifesto é não-conceitual. De acordo com Peacocke este mesmo conteúdo, usado no aprendizado de conceitos observacionais, pode ser usado para pensamentos reflexivos. Por exemplo, quando temos uma experiência visual de um retângulo, percebemos certas características e propriedades que nos permitem reflexivamente discriminar e julgar *isto é um retângulo*. Porém, esses pensamentos reflexivos sobre os conteúdos não-conceituais não são necessários para que possamos realizar julgamentos perceptivos sobre o meio. Para Peacocke: “um sujeito está autorizado a fazer um julgamento sem mesmo ter a capacidade de pensar sobre os estados que o autorizam a fazer tal

juízo” (Peacocke, 2004, p. 7). Para que o sujeito faça esse tipo de juízo, basta que o sistema perceptivo esteja funcionando adequadamente.

A tese defendida por Peacocke é a de que uma crença empírica P só pode ser endossada caso o conteúdo representacional de P resulte do funcionamento adequado do sistema perceptivo. Diz ele:

Se os sistemas perceptivos daquele que pensa estão funcionando de modo adequado, de modo que o conteúdo representacional não-conceitual de sua experiência seja correto, então, quando tais experiências ocorrem, o objeto pensado será realmente quadrado (Peacocke, 1992, p. 80).

Peacocke pensa que as ligações entre o conteúdo não-conceitual e as crenças empíricas são racionais pelo fato de o conteúdo não-conceitual empregado na justificação da crença apresentar uma condição de correção que se refere ao mundo. Desta forma, é racional a crença que satisfaça as condições de correção fornecidas pelo mundo. O caráter racional da crença se encontra no mundo. No caso do quadrado as condições externas, para que o discriminemos, são as seguintes: “linearidade de certas linhas, a simetria da figura sobre as bissetrizes, a identidade de certos comprimentos e a retidão de certos ângulos” (Peacocke, 1992, p. 80). Quando essas condições de correção são satisfeitas, estamos autorizados a tomar o conteúdo não-conceitual da experiência pelo seu valor de face e julgar *isto é um quadrado*.

Se o conteúdo da experiência perceptiva é resultado do bom funcionamento do sistema perceptivo, podemos formular o seguinte argumento:

(P1) O sujeito X obtém razões externas para uma crença empírica P, caso P seja resultado de um processo confiável.

(P2) Experiências perceptivas em condições adequadas são confiáveis.

(P3) Então, quando X tem uma crença empírica P, que é resultado do funcionamento adequado do sistema perceptivo, X tem razões para P.

O argumento nos permite afirmar que razões para crenças empíricas são razões externas ao sujeito. Podemos escrever a tese como segue:

(TRE) O sujeito X terá uma crença empírica P, caso P seja resultado do funcionamento adequado do sistema perceptivo.

Precisamos de uma formulação que coloque o mundo externo como constrangedor, como aquele que exerce coerção sobre o sistema perceptivo, para que a mente se relacione com o mundo de forma racional, garantindo desta forma o conteúdo empírico da experiência:

(TME) O sujeito X terá crenças empíricas sobre o mundo, caso tais crenças resultem do constrangimento do mundo sobre o sistema perceptivo.

Parece que a tese defendida por Peacocke, de que crenças empíricas podem ser justificadas por razões externas ao sujeito pode ser formulada da seguinte forma:

(T1) O sujeito X terá uma crença empírica P, caso P seja resultado do constrangimento do mundo externo sobre o aparelho perceptivo funcionado de forma adequada.

Outra versão da tese formulada por Peacocke está no seu livro *The Realm of Reason*:

(T2) Uma experiência perceptiva que representa o conteúdo não-conceitual como correto e que é individuada instancialmente com respeito a este conteúdo não-conceitual é o que autoriza o sujeito a julgar um conteúdo conceitual como correto, na ausência de razões para duvidar, quando o conteúdo não-conceitual está ao alcance do que canonicamente corresponde ao conteúdo conceitual (Peacocke, 2004, p. 70).

O conteúdo não-conceitual que nos permite individuar um conceito é um aspecto, ou uma propriedade do mundo. De acordo com Peacocke “somente estados mentais com conteúdo individuado externamente podem proporcionar julgamentos racionais sobre o mundo externo” (Peacocke, 2004, p. 123). Esse conteúdo representacional individuado não precisa ser proposicional como pensam McDowell e Brewer. O conteúdo pode ser não-conceitual.

Peacocke pensa que as razões oferecidas pelo sujeito para crenças empíricas não precisam habitar o espaço das razões. Ele defende que o uso do demonstrativo *deste modo* permite “ao amigo do conteúdo não-conceitual encontrar tal demanda racional para crenças

empíricas” (Peacocke, 2001a, p. 256). Por exemplo, pensemos em um caso onde o sujeito se encontra diante de um objeto quadrado. Se perguntarmos a ele porque o objeto é quadrado, o sujeito pode responder que acredita que o objeto é quadrado, porque aparece a ele *deste modo*. Parece que a crença do sujeito, neste caso, é endossada com razões. A articulação racional estaria na afirmação *me aparece deste modo*. O uso que Peacocke faz do demonstrativo *deste modo*, o permite estabelecer uma distinção entre o conteúdo não-conceitual e o conceitual da percepção. Diz ele:

O constituinte conceitual *deste modo* deve ser distinguido do caráter não-conceitual da sua referência, a forma não-conceitual em que alguma coisa é percebida (Peacocke, 2001a, p. 256).

Ao defender tal distinção, ele estabelece uma diferença entre o conteúdo não-conceitual e o conceitual, assim como situa o demonstrativo *deste modo* fora do conteúdo representacional da experiência perceptiva. O problema é que Peacocke corre o risco de desembocar em uma posição fundacionista, que pode ser acusada de uma versão do Mito do Dado.

Peacocke não considera a sua defesa do conteúdo não-conceitual como uma posição fundacionista. Ele não pensa o conteúdo da experiência como um dado bruto, que podemos apontar para justificar crenças empíricas. A experiência de acordo com Peacocke representa um objeto ou evento como tendo uma propriedade dada em certo modo. Vejamos:

- (i) x , dado em forma s , tem uma propriedade P , dada em forma W (Peacocke, 2001a, p. 257).

De acordo com Peacocke “a forma s em que o objeto é dado captura a aparente distância e direção, do ponto de vista egocêntrico. Já W é o modo não-conceitual em que a forma é dada, e que podemos considerar como uma condição para a aplicação do conceito em questão” (Peacocke, 2001a, 257). A ideia é que a forma W permite ao sujeito mover-se do conteúdo não-conceitual para o conceitual. No exemplo do quadrado podemos julgar:

- (ii) Este objeto [dado no modo s] é quadrado (Peacocke, 2001a, p. 257).

Peacocke pensa que é necessário ao sujeito “a posse de duas capacidades para apreciar a racionalidade na transição de (i) para (ii)” (Peacocke, 2001a, 258). Primeiro, o sujeito reflexivo deve ter uma forma especial de pensar sobre *W*. Significa dizer que, quando uma propriedade é dada a um ser pensante na percepção na forma *W*, se a reflexão é satisfatória, existe uma forma conceitual C_w , que nos permite pensar o modo *W*. Este conceito C_w torna possível ao ser pensante desfrutar de uma experiência que inclui um conteúdo não-conceitual *W*. Esta relação envolvendo o conceito C_w oferece evidências para *W*, porque no momento da experiência estamos diante de propriedades que envolvem a posse de C_w aplicadas a *W*.

A segunda capacidade, que deve ser satisfeita na transição de (i) para (ii), é formular perguntas acerca do mundo. A questão deve ser formulada como segue *existe alguma coisa dada no modo W que oferece razões para pensar que se trata de um objeto quadrado?* (Peacocke, 2001a, p. 258). Para Peacocke “a resposta pode ser dada tomando como base a habilidade para reagir racionalmente a um estado perceptual não-conceitual” (Peacocke, 2001a, p. 258). O modo de agir racionalmente, na presença de um conteúdo representacional perceptivo, é pronunciando julgamentos sobre o mundo, tais como *isto é um quadrado*.

Satisfeita as duas condições, estamos justificados na transição de (i) para (ii), que é crucial para as razões que oferecemos para crenças empíricas. Como afirma Peacocke “podemos usar o conteúdo não-conceitual para capturar o conteúdo conceitual” (Peacocke, 2001a, p. 259-60). Desta forma, Peacocke considera a tese das razões externas como suficiente para justificar crenças empíricas. A questão é que McDowell enxerga problemas em tal posição como a de Peacocke.

2.5. Resposta de McDowell a Peacocke

Observamos na seção anterior que Peacocke defende a tese segundo a qual o conteúdo representacional não-conceitual da experiência perceptiva pode fornecer razões para crenças empíricas. Para que isso ocorra, basta que o sistema perceptivo esteja funcionando adequadamente. A ideia de Peacocke, com tal tese, é defender que o conteúdo não-conceitual empregado na posse de um conceito encontre suas condições de correção no mundo. O caráter racional estaria presente no fato de que, quando a condição de correção dos conteúdos não-conceituais é satisfeita podemos crer no objeto da experiência perceptiva. Lembremo-nos da tese de Peacocke:

(TP) Um sujeito X terá uma crença empírica P, caso a crença P de X, seja resultado do bom funcionamento do sistema perceptivo.

Para McDowell tal tese não mostra de forma satisfatória como o conteúdo não-conceitual da experiência perceptiva pode servir como razões para crenças. Escreve ele:

Tal posição esta longe de estabelecer aquilo que Peacocke necessita, ou seja, que o conteúdo não-conceitual atribuível às experiências pode constituir, de modo inteligível, *as razões que o sujeito possui* para acreditar em algo (McDowell, 2005, p. 206).

De acordo com McDowell a confiabilidade no processo perceptivo não garante que o conteúdo não-conceitual forneça as razões para crenças. A explicação das condições de correção de um objeto na experiência perceptiva não é o mesmo que fornecer as razões do ponto de vista do sujeito para acreditarmos em algo. Aqui, McDowell está refletindo acerca do exemplo citado por Peacocke em que o sujeito, caso as condições de correção do conteúdo não-conceitual sejam satisfeitas, consegue identificar um objeto como quadrado. São essas condições de correção presentes no mundo externo que permitem ao sujeito de Peacocke julgar que o objeto percebido na experiência é de fato quadrado.

McDowell não considera a mera identificação da forma de um objeto pelo sujeito, quando as condições de correção apresentadas pelo mundo são satisfeitas, como as razões que o sujeito pode fornecer do seu ponto de vista para acreditar em algo. Essas identificações parecem ser resultados de habilidades presentes no sujeito. McDowell considera o seguinte caso:

Considere, por exemplo, os ajustes corporais que um ciclista habilidoso faz numa curva. Uma explicação satisfatória poderia mostrar como os movimentos corporais são tais como devem ser do ponto de vista da racionalidade, isto é, adequados à finalidade de preservar o equilíbrio, e ao mesmo tempo avançar na direção desejada. Mas, isto não significa dar as razões que o ciclista possui para fazer aqueles movimentos. A conexão entre o movimento e o objetivo é o tipo de coisa que poderia ser uma razão para fazer o movimento, mas um ciclista habilidoso faz esses movimentos sem precisar de nenhuma razão para fazê-los. Por que não deveria acontecer o mesmo no caso da experiência e do juízo, caso as experiências tivessem o conteúdo não-conceitual que Peacocke diz que elas tem? (McDowell, 2005, p. 206).

McDowell acredita que existe certa racionalidade envolvida no comportamento e ajustes realizados pelo ciclista, a fim de manter o equilíbrio, contudo não são as razões fornecidas pelo ciclista, do seu ponto de vista para formar crenças. O ciclista habilidoso executa tais movimentos sem precisar fornecer nenhuma razão para fazê-lo. Ações incorporadas como a do ciclista habilidoso são casos de ações irrefletidas, que envolvem *maestria*.³⁶ Parece que Peacocke procura razões onde não existe nenhuma para ser encontrada.

McDowell julga que razões externas como admitidas por Peacocke não respeitam a conexão entre *razão* e *discurso*. Escreve: “Se tentarmos traduzir *razão* e *discurso* no grego de Platão, encontraremos uma única palavra, *logos*, para ambas” (McDowell, 2005, p. 208, *Itálicos meu*). Não respeitando a conexão entre *razão* e *discurso*, Peacocke rompe o laço entre as razões pelas quais uma pessoa pensa como pensa e as razões que ela pode dar para pensar assim. Para McDowell as razões que o sujeito pode oferecer, para acreditar empiricamente em

³⁶ Sobre ações incorporadas conferir o debate entre Dreyfus (2007), (2013) e McDowell (2007), (2013).

algo, já que são articuláveis devem habitar o espaço das razões. Vejamos como ele apresenta a questão:

Suponha, porém, que alguém pergunte a um sujeito comum porque ele possui uma determinada crença observacional, digamos, a crença de que certo objeto no interior de seu campo visual é quadrado. Uma resposta previsível seria – “porque ele parece ser assim”. Facilmente reconhecemos aqui o oferecimento de uma razão para se ter tal crença (McDowell, 2005, 208).

Respeitada a conexão entre *razão* e *discurso*, podemos afirmar que pelo simples fato de ter expressado o conteúdo da experiência perceptiva no discurso, podemos considerar, sem qualquer problema, que o sujeito apresenta razões para acreditar em algo. A expressão verbal pronunciada pelo sujeito *porque ele parece ser assim* pode ser tomada como uma razão para sua crença, porque o modo como o objeto parece ser coincide com o modo como o sujeito acredita que ele é. Como coloca McDowell no capítulo de *Mente e Mundo* chamado *A Indelimitação do Conceitual*:

Numa experiência específica na qual alguém não está iludido, o que essa pessoa observa é *que as coisas são de tal e tal modo*. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo da experiência, e também pode ser o conteúdo de um juízo... Mas *que as coisas são de tal e tal modo* também é, caso não estejamos iludidos, um aspecto da disposição geral do mundo: é o modo como às coisas são (McDowell, 2005, p. 63).

Essa passagem ilustra que uma resposta minimamente articulável ao pedido de uma razão deve se fundamentar em um conteúdo conceitual.

Porque Peacocke considera que a fundamentação racional da crença na experiência deve estabelecer ligações entre o reino conceitual e algo exterior a ele? McDowell argumenta que a convicção de Peacocke é sustentada por uma exigência de não-circularidade que ele impõe àquilo que significa possuir este ou aquele conceito. Para Peacocke os conceitos “observacionais são individuados por sua relação racional com o conteúdo não-conceitual, que são individuados, estes, por fatores externos” (Peacocke, 1998, p. 388). Peacocke pensa que a defesa de tal posição o permite uma explicação não-circular da posse de conceitos observacionais. O problema é que ao fugir da circularidade, o que Peacocke pode oferecer é

uma explicação a partir de fora daquilo que constitui a posse de conceitos; não as razões que o sujeito possui para aplicar determinado conceito. Admitir razões externas para crenças empíricas não possibilita a Peacocke defender o conteúdo não-conceitual.

McDowell defende a tese de que a experiência fornece razões para crenças, na medida em que apresenta conteúdo proposicional; somente este conteúdo pode ser escrutinado do ponto de vista do sujeito. Tal tese, como afirmamos anteriormente, é partilhada por filósofos como Brewer.³⁷ Brewer, assim como McDowell, defende que a experiência perceptiva para contar como razões internas para crenças empíricas deve apresentar conteúdo proposicional. O conteúdo não-conceitual não pode fornecer as razões necessárias para que o sujeito acredite empiricamente em algo. Vemos deste modo, que a concepção de razão recomendada por McDowell e Brewer difere da sugerida por Peacocke. Vejamos.

Brewer e McDowell acreditam que as razões para serem razões internas ao sujeito devem apresentar conteúdo articulável. Observemos este ponto primeiro no pensamento de Brewer. Ele escreve:

(C) Razões exigem conteúdo conceitual.
Esta é a exigência que uma pessoa deve ter para acreditar em alguma coisa, somente se está em algum estado mental ou outro com conteúdo conceitual: um estado conceitual (Brewer, 1999, p. 149).

Razões para crenças exigem um conteúdo que possa ser reconhecido em nossos pensamentos, o conteúdo que pode ser reconhecido em nossos pensamentos é um conteúdo de traços conceituais. A ideia é que o conteúdo conceitual é o tipo de conteúdo que pode ser usado em pensamentos sobre o que podemos acreditar. Estados mentais com conteúdo conceitual fornecem justificações ou nos termos de McDowell “estão abertos a uma reflexão sobre suas próprias credenciais racionais” (McDowell, 2005, p. 84).

³⁷ Embora nosso trabalho seja sobre McDowell, pensamos que as reflexões de Brewer podem ser úteis no esclarecimento de alguns pontos sobre a tese das razões internas.

Por isso para Brewer as razões usadas em julgamentos ou usadas para justificar crenças não podem ser resultado do funcionamento adequado do sistema perceptivo, as razões devem ser tais, que possam ser reconhecidas pelo sujeito. Escreve Brewer:

Estamos interessados aqui, não em razões que poderão existir para fazer julgamentos ou tomar crenças – tal como acontece em simplesmente serem verdadeiras, ou serem beneficiada de algum modo misterioso para o bem-estar geral do sujeito – mas somente em razões que fazem o sujeito tomar as coisas como ele realmente acredita que elas são. Estas devem ser razões do próprio sujeito, que figuram como tal *do seu ponto de vista* (Brewer, 1999, p. 151, *Itálicos de Brewer*)

Acreditar em alguma coisa *por uma razão* envolve essencialmente alguma concepção do que é alguém vir fazer assim, algum sentido de porque está certo em fazer desse jeito. Assim, se as razões de uma pessoa são para ser citadas como razões para acreditar ou fazer alguma coisa, que o sujeito faz, então reconhece necessariamente como tais. Em outras palavras, a condição que forma o ponto inicial da presente linha de argumento de fato obtém: genuinamente, oferecer razões, cita razões que são necessariamente reconhecidas como tal em algum sentido pelo sujeito (Brewer, 1999, p. 166, *Itálicos de Brewer*).

As razões consideradas acima devem ser concebidas em um nível pessoal, ou seja, em um nível interno ao sujeito. As razões devem ser tais que possam ser razões oferecidas pelo próprio sujeito. Só desta forma, as razões podem ser pensadas como garantias das nossas crenças empíricas. Se as razões para acreditarmos ou julgarmos são oferecidas pelo sujeito, do seu ponto de vista, então essas razões não podem ser consideradas como resultados de processos externos, alheios as nossas capacidades racionais. Portanto, as razões que interessam a Brewer são as razões que fazem o sujeito tomar as coisas como ele realmente acredita que elas são do seu ponto de vista. O conteúdo da experiência que pode ser reconhecido pelo sujeito como razões internas é o conteúdo conceitual.

McDowell concorda com Brewer e coloca:

É essencial às capacidades conceituais, no sentido exigente do termo, que elas possam ser exploradas no pensamento ativo, no pensamento que está aberto a uma reflexão sobre suas próprias credenciais racionais (McDowell, 2005, p. 84).

Além de considerar as razões que podemos oferecer para nossas crenças empíricas como razões que podem ser exploradas internamente, McDowell acredita que “o próprio mundo exerce uma influência racional sobre o pensamento do sujeito” (McDowell, 2005, p. 63). Isso decorre do fato de que, “o conteúdo do julgamento caso não estejamos iludidos pode possuir o mesmo conteúdo da experiência perceptiva” (McDowell, 2005, p. 63).

Por exemplo, suponhamos um computador diante de um sujeito X. Ao enxergar o computador, X tem uma experiência perceptiva com conteúdo conceitual *existe um computador a minha frente*. Caso X não esteja iludido, X pode tomar o conteúdo da experiência *existe um computador a minha frente* como uma razão para acreditar que diante do seu campo visual existe um computador. Se perguntarmos a X o porquê de ele acreditar que a sua frente existe um computador, X responderá que existe um computador a sua frente porque *aparece ele deste modo*. Esta expressão pode ser considerada como uma razão oferecida pelo sujeito para acreditar que existe um computador a sua frente. O conteúdo proposicional da experiência contou como uma razão para o sujeito acreditar na disposição geral da realidade.

A capacidade de tomar o conteúdo da experiência perceptiva como razões internas para crenças empíricas é diferente de um mero comportamento estimulado por causas externas. Por exemplo, uma zebra pode correr diante da presença de um leão, e como tal podemos afirmar que a razão de a zebra ter corrido foi o eminente perigo de perder a sua vida, ou de ser devorada pelo leão. O comportamento realizado pela zebra, correr diante da presença do leão, não é racional no sentido exposto por McDowell e Brewer. Comportamento racional envolve “a capacidade de *dar o passo atrás* e perguntar se o perigo é uma situação suficiente, aqui e agora, para correr” (McDowell, 2009a, p. 128). É possível considerar que as razões supracitadas estão operantes, mesmo quando a capacidade de dar o passo atrás não está sendo exercido. Um motorista, quando está suficientemente treinado, não tem que ficar

refletindo como ligar o carro, dar a partida e passar a marcha. Ele apenas liga o carro, dá a partida e passa a marcha sem pensar a respeito, embora possa levantar a questão de por que ter ligado o carro, o porquê de ter passado a marcha e o de ter se deslocado até determinado local.

Para McDowell as razões que podem ser oferecidas para crenças ou ações são resultados do raciocínio. Escreve ele:

O contexto primário para a ideia de responder a razões como tal é o *raciocínio*: uma atividade em que alguém explicitamente considera em que acreditar ou o que fazer, e toma as razões para explicar a crença ou ação (McDowell, 2009a, p. 130).

Nesta passagem McDowell entende o conceito de raciocínio como um rótulo para a capacidade de responder a razões como tais. Responder a razões como tais envolve a capacidade de *dar o passo atrás*, assim como, a possibilidade de considerar se o conteúdo da experiência pode ser tomado como razões para a crença em questão. Podemos interpretar nossas crenças empíricas como racionais, caso o conteúdo da experiência perceptiva seja resultado do trabalho da racionalidade. Como vimos, racionalidade para McDowell envolve capacidades conceituais. Essas capacidades conceituais são exercidas na experiência. Por isso, o conteúdo da experiência é conceitual. Coloca McDowell, “caso não estejamos iludidos a forma do pensamento é justamente tal como a forma do mundo” (McDowell, 2009a, p. 130).

Podemos formular o argumento das razões internas apresentados por Brewer e McDowell da seguinte forma:

(P1) Experiência perceptiva fornece razões para crenças.

(P2) Razões para crenças devem ser internas ao sujeito.

(P3) As razões serão internas ao sujeito, se e somente se, o conteúdo da experiência for conceitual.

(C) A experiência perceptiva possui conteúdo conceitual.

Vemos que este argumento se contrapõe ao argumento externalista apresentado por Peacocke. O argumento das razões externas afirma que o conteúdo não-conceitual da experiência perceptiva serve como razões para crenças empíricas, para isso basta que o conteúdo seja resultado do funcionamento adequado do sistema perceptivo. A questão é que se (P3) e (P4) forem verdadeiro, então a tese externalista é falsa. McDowell e Brewer tomam (P3) e (P4) como premissas verdadeiras, falseando o externalismo. Podemos considerar que razões para crenças são razões internas.

Tomando o argumento acima podemos formular a tese das razões internas da seguinte maneira:

(TRI) Um sujeito X terá uma crença empírica P, somente se X é capaz de tomar o conteúdo de sua experiência perceptiva como razões internas para P.

O que McDowell e Brewer exigem é que o conteúdo da experiência perceptiva possa ser tomado como razões para as nossas crenças empíricas. Neste caso, não é levado em consideração a ausência *do passo atrás* no momento da ação ou da crença, pois em decorrência da nossa capacidade racional, a questão de o porquê ter tomado tal crença ou tal curso de ação pode ser levantado a qualquer momento. Desta forma, McDowell, assim como Brewer, considera que o único conteúdo da experiência perceptiva que pode figurar como razões internas para crenças empíricas é o conteúdo proposicional.

Na próxima seção vamos nos concentrar nas objeções feitas por Charles Travis a tese conceitualista desenvolvida por McDowell. Observaremos quais pontos contribuíram para que McDowell revisasse a tese da proposicionalidade e defendesse o conteúdo intuicional da experiência perceptiva se alinhando de forma categórica a Kant.

2.6. Reason's Reach de Travis

Travis dirige suas objeções ao que chama *The Condition* (A Condição).³⁸ Vejamos o que entende ele por este termo nas palavras de McDowell:

A ideia de que estar em contato com o mundo é algo que exige um contexto normativo, quer esse contato se dê na forma de um conhecimento, quer não (McDowell, 2005, p. 26).

As relações constitutivas do espaço lógico da natureza, na acepção relevante, não incluem relações tais como uma coisa ser justificada ou (no caso geral) correta em função de outra (McDowell, 2005, p. 27).

As citações apresentam a posição defendida por McDowell de que a relação entre a mente e o mundo deve ser localizada no espaço das razões. Se essas relações forem localizadas no espaço das razões, são tais, que são normativas. O que alguém pensa é uma questão de normatividade. Como coloca McDowell: “A experiência permite que a própria disposição geral da realidade exerça influência racional sobre aquilo que um sujeito pensa” (McDowell, 2005, p. 63). Desta forma, o que alguém pensa pode ser verdadeiro ou falso, já que o pensamento se engata com normatividade do mundo.

Situadas no espaço das razões a experiência perceptiva não pode ultrapassar os limites do conceitual. McDowell assevera que “o espaço das razões não pode se estender para além do espaço dos conceitos” (McDowell, 2005, p. 51). Relações racionais existem somente entre conceitos, por isso o mundo deve apresentar na experiência conteúdo conceitual. O objetivo de McDowell é defender que o conteúdo não-conceitual da experiência não pode exercer influência racional sobre que o sujeito pensa. Travis chama essa posição *The Condition* (Travis, 2007, p. 227). Contra McDowell, Travis pretende mostrar “que existem objetos não-conceituais na experiência, que permitem sustentar racionalmente o que pensamos” (Travis, 2007, p. 226).

³⁸ Continuarei no decorrer do texto usando a expressão em inglês para me manter fiel à ideia de Travis.

Travis toma o texto de Frege *Logical Investigations: Thoughts* como ferramenta auxiliar em seu ataque a McDowell. Ele cita o seguinte trecho de Frege:

Não vemos que o sol tem se posto? E não observamos que isso é verdade? Que o sol se põe não é um objeto que envia seus raios que atingem meus olhos, não é uma coisa visível como o sol é em si. Que o sol tem se posto é reconhecido na base de impressões sensoriais. Pois tudo aquilo que é verdadeiro não é uma propriedade perceptualmente observável (Frege, 1984, p. 354).

Frege, de acordo com a leitura de Travis, estabelece uma distinção. De um lado, que vamos chamar de esquerdo, temos coisas como o sol, que reflete ou emite luz aos olhos. Do outro, o direito temos coisas como *o sol tem se posto*.³⁹ Frege pensa que as coisas do lado esquerdo são aspectos que podem ser percebidos, enquanto as coisas do lado direito, o conceitual, que levanta a questão da verdade, não pode ser percebido.

Vejamos o que Travis entende pelas coisas que ocupam o lado direito da distinção, ou seja, o conceitual. Diz Travis: “um conceito, como conceito, é sempre pensado de tal e tal modo. Como tal possui certo tipo de generalidade” (Travis, 2007, p. 231). O que Travis tem em mente com a ideia de que os conceitos possuem certo tipo de generalidade? Observemos. Travis sugere que pensemos no conceito de *Frege*. Para se encaixar nesse conceito, o indivíduo não pode deixar de ser quem é, seja qual for a circunstância. Suponhamos que Frege use uma boina. Ou que se dedique à navegação. Tanto em um caso como no outro Frege não deixa de ser quem é. Esta variedade de casos em que reconhecemos o conceito *Frege* é o que Travis entende por generalidade do conceitual.

Podemos considerar que para cada conceito ou generalidade existe algo que pode instanciar-lo. Diz Travis: “existe uma variedade de casos, ou circunstância que seria a de alguma coisa instanciar a generalidade” (Travis, 2007, p. 231). O que instanciar as generalidades são os objetos do lado esquerdo, o não-conceitual. Por exemplo, quando enxergamos um pedaço de carne no tapete, o que percebemos é um objeto que instanciar a

³⁹ Itálicos de Travis.

generalidade ou o conceito *carne* nos diversos julgamentos, tais como *a carne é vermelha*, *a carne parece tostada* ou *esta é a carne que suja o tapete*. O contato com o não-conceitual, com a carne sendo como é, depende da nossa sensibilidade à presença ou ausência da carne no espaço. De acordo com Travis é esta sensibilidade que nos permite “reconhecer as coisas como elas são” (Travis, 2007, p. 232). Permite-nos identificar, por exemplo, a carne nas variadas situações: *carne no tapete*, *carne no açougue* e *a carne no prato*.

Para mostrar que o lado esquerdo, o não-conceitual, pode sustentar racionalmente o lado direito, o conceitual Travis articula o seguinte argumento:

(P1) Se relações racionais existem somente entre conceitos, então significa que relações racionais só existem entre generalidades (tal como definido por Travis).

(P2) Se relações racionais podem ser consideradas somente entre generalidades, então as coisas sendo como são não podem determinar quando alguém comete um erro em julgar que um objeto instancia *x*. (objeto como se encaixando em uma variedade de casos).

(P3) Mas as coisas sendo como são podem determinar se o sujeito comete um erro ou não ao julgar que um objeto instancia *x*.

(C) Então, relações racionais não existem somente entre generalidades, desde que o conceitual pressupõe generalidades.

Tal argumento tem como objetivo mostrar que a *The Condition* defendida por McDowell é enganosa. Pensemos: se julgarmos que existe um gato no quarto, o que vai decidir se isto é verdadeiro ou falso? O conteúdo conceitual *existe um gato no quarto*? Para Travis o que decide a verdade ou falsidade dos nossos julgamentos são as coisas sendo como elas são. Diz ele: “As coisas sendo como são, decide corretamente, precisamente em decidir se existe um

gato no quarto... Alguém, assim, julga verdadeiro precisamente onde o meio, em toda a sua particularidade, instancia esta generalidade” (Travis, 2007, p. 234).⁴⁰

Por isso em uma experiência em que o sujeito percebe uma carne, o que o sujeito enxerga é a carne situada no ambiente. Quando alguém observa que existe carne no tapete, a consciência é de que existe carne no tapete. Parece bizarro defender que alguém possa olhar no ambiente e enxergar *que as coisas estão de tal e tal modo*. Travis pensa que quando enxergamos alguma coisa, observamos a coisa como ela é. Vemos as coisas situadas no ambiente. Podemos ver as coisas e não *que as coisas estão de tal e tal modo*. Travis escreve:

Se analisarmos ‘ver que existe carne no tapete’ em ‘ver’ e ‘existe carne no tapete’, então o objeto do verbo não é o objeto da consciência, como é em ver a carne. (Falamos da consciência do fato que tal e tal, mas não o de ver o fato que tal e tal. ‘Ver’ em tal construção pediria um objeto que o fato que tal e tal é o caso não pode ser – alguma coisa, como a carne assada, o lado esquerdo da distinção de Frege) (Travis, 2007, p. 238).

A sugestão de Travis é entender a questão pela gramática. O verbo ‘ver’ pede um objeto que pode ser satisfeito somente pelo lado esquerdo da distinção. Neste caso a carne. A carne sendo como é, situada no tapete, funcionaria como objeto do verbo ‘ver’. Por isso, se queremos observá-la temos que olhar sua localização no meio. Temos que olhar no tapete, pois ela está lá. Quando observamos as coisas não vemos *que estão de tal e tal modo*. Parece não fazer sentido tal coisa. Como coloca Travis: “A visão concede sensibilidade às coisas localizadas no ambiente” (Travis, 2007, p. 238).

As coisas do lado esquerdo devem sustentar racionalmente as coisas localizadas a, direita, o conceitual. É justamente esta ideia que assegura a *sensibilidade de ocasião*. Uma coisa sendo como é pode ser interpretada de diversas maneiras em circunstâncias diferentes. Suponhamos que no tapete da sala exista um pedaço de carne. X entra na sala, que está iluminada adequadamente e observa que o pedaço de carne está lá. A experiência perceptiva de X revela que existe um pedaço de carne. Com base em sua experiência X afirma que existe

⁴⁰ O exemplo do artigo é diferente deste, mas o sentido do exemplo permanece o mesmo.

um pedaço de carne no tapete da sala. X faz tal afirmação, porque adquiriu a habilidade de reconhecer as coisas como elas são através da sua *sensibilidade de ocasião*. Bem, suponhamos que Y entre na mesma sala e que Y veja no tapete rins em vez de músculo. Se Y considera que carne é somente músculo, então o que Y vê no tapete não é carne. Neste caso, a coisa sendo como é sustentou racionalmente o pensamento do sujeito X e do sujeito Y. Nas diversas ocasiões os dois podem estar corretos sobre o que entendem por carne. A *sensibilidade de ocasião* como podemos observar pertence ao conceitual, já que a carne sendo como é estável.

De acordo com Travis não podemos restringir as relações racionais ao conceitual. Se assim o fizermos, defendemos a possibilidade de não vermos as coisas localizadas no ambiente. Diz Travis:

Então, para alguém ver o que sustenta o seu pensamento, teria que ver coisas como pertencentes ao conceitual... Alguém veria coisas em uma noção diferente de ver, diferente de como seria ver um pedaço de carne. Se alguém vê a carne no tapete, por exemplo, o que este alguém vê não está literalmente no ambiente. Não possui uma localização. Mas, (no presente caso, ao menos) poderemos resolver a questão pelo fato de o que se torna visível (para uma forma adequada de ver) quando alguém olha onde a carne está (Travis, 2007, p. 240).

Pensemos no exemplo sugerido por Travis. Queremos saber se Sid deixou o quarto. Para ver se Sid deixou o quarto, podemos olhar o quarto, ou igualmente vermos Sid do lado de fora do quarto. Este caso mostra que podemos observar Sid em diferentes localizações para sustentar o pensamento de que *Sid está fora do quarto*. Este caso se refere a Sid entendido como ele é. Parece problemático a ideia de que podemos localizar no ambiente estado de coisas tais como *Sid não está no quarto*. O fato de Sid ser como é, nos permite em ocasiões diferentes afirmar se ele está no quarto ou não. Sid sendo como é instancia a generalidade do conceito *Sid* nas diversas ocasiões.

Se X entra na sala e vê a carne no tapete, então de fato o que ele vê sustenta corretamente o que pensa. Neste caso a carne, o não-conceitual permanece estável em todas as ocasiões. O que muda é o entendimento acerca da carne, o conceitual. Escreve Travis:

O que sustenta o pensamento permanece (relativamente) estável através das ocasiões que a descrevem. Eu quero dizer com isto que permanece constante através das ocasiões que variam, de uma para outra, do que existe na cena, por meio do conceitual, que pode ser visto – que varia, por exemplo, como se a carne estando no tapete fosse parte de como as coisas são, assim parte do que alguém pode ver. Mas se a sustentação é indiferente ao tipo de variação, então para sustentar não pode ser justamente o caso de ser visível que P, que Q, e assim por diante, para fixar substitutos para estes (Travis, 2007, p. 241).

Travis defende que a estabilidade das coisas que compõem a cena pode sustentar o que alguém pensa de forma verdadeira. A carne no tapete, por exemplo, pode sustentar o pensamento de que existe carne no tapete, quando assim entendido, e de que não existe carne no tapete, quando entendido desta forma. Os diferentes entendimentos acerca da carne no tapete são diferentes entendimentos sobre o lado esquerdo, o não-conceitual da distinção. Isso nos permite defender a existência de relações racionais entre o lado esquerdo e o direito da distinção. As relações racionais existem quando as coisas são tomadas corretamente, e quando instanciam as generalidades.

Se desfrutarmos de dois conceitos para nomear o mesmo objeto, como fazer com que nossos ouvintes relacionem o conceito expresso com o que de fato vemos? Escreve Travis:

O que pode ser feito por isto é tomar uma relação preservada entre falar de uma *ocasião* e falar de outra em outra, que se mantém em virtude do que contaria, em cada ocasião, como instanciando a generalidade assim expressa (Travis, 2007, p. 243).

O caso é que não podemos entender duas formas de nomear o mesmo objeto, como a percepção de duas coisas diferentes. Como se tratasse de dois itens diferentes na cena, cada um independente do outro, registrados de formas distintas. No caso em que a carne está no tapete, a carne está lá. O sujeito X pode entrar na sala e se referir à carne, expressando o termo carne, em uma ocasião, e como parte comestível do animal em outra ocasião. A carne

como ela é, permanece a mesma na cena, ou seja, estável. Podemos afirmar que a carne é o não-conceitual. Entendida como não-conceitual a carne é o que pode ser vista na cena, é o que permite ao sujeito sustentar as diversas compreensões levantadas pelo conceitual, é o que no final das contas instancia as generalidades.

O lado esquerdo da distinção fregeana, o não-conceitual, pode ser tomado como sendo uma versão do Mito do Dado? Travis pensa que não. Diz ele “se este aspecto não-conceitual for concebido como parte do ambiente, assim como um pedaço de carne no tapete, então não pode ser considerado como uma versão do Dado” (Travis, 2007, p. 243). Para McDowell o Mito do Dado existe quando entra em cena o não-conceitual. Para ele o Dado é a ideia de que “o espaço das razões, espaço das justificações e das garantias ultrapassa os limites da esfera conceitual” (McDowell, 2005, p. 43). Travis considera essa ideia de McDowell problemática e sugere que pensemos no seguinte. Como decidir se um determinado julgamento é verdadeiro ou falso? De acordo com Travis “verificamos se um julgamento é verdadeiro ou falso observando as coisas como elas são” (Travis, 2007, p. 243). A noção de verdade não pode ser uma relação entre conceitos. Não são dados conceituais que fazem meu julgamento verdadeiro ou falso. É o ambiente, as coisas como elas são, que permitem considerar um julgamento como verdadeiro ou como falso. As leis da lógica não decidem como as coisas estão ou como são, ou poderão vir a ser. Para Frege “as leis da lógica dizem respeito aos nossos pensamentos e suas relações” (Frege, 1984, p. 353-54).

Travis concorda com Frege e afirma:

A verdade depende de como as coisas são – desta forma, como as coisas são, resolve se existe carne no tapete, por exemplo – isto é parte do desdobramento do conceito de verdade: do que é e poderá ser (Travis, 2007, p. 243).

A verdade depende das coisas serem como é e não de conceitos. O conceito é o modo como representamos as coisas. O que sustenta o pensamento de que a carne está no tapete é o fato de alguém ver a carne no tapete. O fato de a carne está no tapete não depende das leis da

lógica para existir como tal. Existe algo que observamos e que podemos nomear de carne ou parte comestível do animal que está lá fora, como é. Neste caso podemos observar que o alcance da razão não é o mesmo da lógica. O Dado pode ser considerado um mito, caso consideremos o alcance da razão o mesmo da lógica. Se Travis está certo em separar o espaço das razões do espaço da lógica, então a ideia do Dado não é justificada. Se a nossa razão pode alcançar o não-conceitual, então podemos perceber um mundo não-conceitual.

Quando percebemos as coisas não-conceitualmente estamos em contato com o ambiente. Percebemos aquilo que sustenta os nossos pensamentos racionalmente. O que os sentidos nos entregam não são sensações. Sensações não podem fornecer consciência do ambiente. O que os sentidos nos entregam na percepção são aspectos do meio, as coisas como elas são. Essas coisas sustentam o que pensamos. Desta forma, a nossa razão pode alcançar para além dos conceitos e se relacionar com o mundo. Travis considera a sua posição uma forma viável de direcionar os pensamentos ao mundo. Não é preciso argumentar que o mundo aparece ao sujeito como sendo *de tal e tal modo*, para que a mente estabeleça uma relação racional com o mundo. Nossa mente pode entrar em contato racional com o mundo, para tanto precisamos apenas desfrutar da capacidade de reconhecimento, ou seja, enxergar os objetos como são, assim como podem instanciar os conceitos.

2.7. Notas Finais

Como observamos quase todas as objeções levantadas foram respondidas por McDowell. Contudo, as objeções apresentadas por Travis levaram McDowell a revisar sua tese que afirma ser o conteúdo da percepção proposicional. A ideia de Travis de que a experiência perceptiva não possui conteúdo representacional proposicional levou McDowell a escrever o seu artigo “Avoiding the Myth of the Given” (2009c). Neste artigo McDowell abandona a tese

segundo a qual a experiência apresentaria conteúdo proposicional. Este é o objeto de interesse do nosso trabalho. Por isso, dedicaremos o terceiro capítulo a esta nova posição defendida por McDowell. Investigaremos quais pontos da posição desenvolvidas em *Mente e Mundo* (2005) foram modificadas. Veremos qual o tipo de conteúdo que a experiência perceptiva deve apresentar, para que figure como justificativa das nossas crenças e julgamentos empíricos.

Experiência perceptiva e conteúdo intuicional

As pressões filosóficas apresentadas por Travis fizeram McDowell rever sua tese, segundo a qual o mundo apresentaria na experiência um conteúdo proposicional. A ideia com tal tese era a de estabelecer uma relação racional entre a mente e o mundo, pois de acordo com McDowell relações racionais só existem entre conceitos. Se pensarmos que o espaço das razões, o espaço das justificações ultrapassa os limites da esfera conceitual caímos no Mito do Dado. Por isso, o conteúdo de nossas experiências perceptivas deve apresentar forma conceitual, para que possamos justificar as nossas crenças empíricas. Travis por outro lado defendeu a ideia de que é possível sustentar racionalmente julgamentos e crenças empíricas em aspectos não-conceituais. Por exemplo, o que sustenta de forma racional o julgamento *o livro é verde* é o fato de o livro ser como é. Para Travis as coisas sendo como são estabelecem se nossos julgamentos são verdadeiros ou falsos. Travis rechaça a ideia de que um conteúdo proposicional possa servir como critério de verdade para os nossos julgamentos. Como resposta as objeções de Travis, McDowell escreve seu artigo intitulado “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), onde defende uma nova posição. Neste texto, McDowell defende que a experiência perceptiva apresenta um conteúdo intuicional. Nosso objetivo neste capítulo é explicitar em que consiste esse conteúdo intuicional defendido por McDowell.

3.1. Entre a velha e a nova suposição

Em *Mente e Mundo* (2005) McDowell defende que o conteúdo da experiência exibe uma estrutura proposicional. Diz ele:

Que as coisas são de tal e tal modo é o conteúdo conceitual de uma experiência, mas se o sujeito da experiência não estiver iludido, essa mesmíssima coisa – *que as coisas são de tal e tal modo* – é também um fato perceptível, um aspecto do mundo perceptível (McDowell, 2005, p. 63).

A ideia de McDowell com tal tese é estabelecer um engate racional entre a mente e o mundo, de forma que as experiências perceptivas sirvam como razões internas para as nossas crenças empíricas. McDowell pensa que relações racionais só podem existir entre caracteres conceituais. Por isso, o conteúdo da experiência perceptiva deve ser conceitual. Deve apresentar uma estrutura em que as coisas se apresentem *como sendo de tal e tal modo*.

Contudo, McDowell procurou rever a tese da proposicionalidade com as “objeções oferecidas por Travis” (McDowell, 2009c, 259). Nestas objeções, Travis argumenta por um lado que julgamentos empíricos podem ser sustentados racionalmente com base em estruturas não-conceituais; por outro ataca a ideia de um conteúdo representacional proposicional. Para Travis o que sustenta racionalmente o julgamento *a carne está no tapete* é a carne sendo como é, e não um conteúdo proposicional *que as coisas estão de tal e tal modo*. A carne sendo como é funciona como uma instancia do conceito *carne* (Travis, 2007, p. 230). Parece que Travis com tal posição consegue suscitar problemas reais à tese filosófica de McDowell.

O próprio McDowell reconhece problemas com a tese da proposicionalidade. Vejamos o que ele diz:

Eu costumava assumir que para conceber experiências como atualizações de capacidades conceituais, precisaríamos creditar as experiências com conteúdo proposicional, o tipo de conteúdo que os julgamentos apresentam. E costumava assumir que o conteúdo de uma experiência precisaria incluir todas as coisas que a experiência capacita o sujeito a saber não-inferencialmente. Ambas as suposições agora me parecem erradas (McDowell, 2009c, p. 258).

Como podemos observar, McDowell reconhece dois problemas em sua velha suposição: (i) o de que a experiência apresenta conteúdo proposicional; (ii) de que a experiência perceptiva precisa incluir em seu conteúdo o conceito de todas as coisas que o sujeito conhece não-inferencialmente. Começemos pelo segundo problema. Se defendermos que a percepção deve

incluir todos os conceitos das coisas que a experiência capacita o sujeito a conhecer não-inferencialmente, então precisamos defender que um sujeito qualquer para experienciar um papagaio na janela precisa ter o conceito de papagaio no conteúdo da percepção.

De fato, não parece ser o caso que seres humanos maduros em suas experiências perceptivas ordinárias possuam conceitos específicos para todos os aspectos presentes no mundo. A experiência perceptiva não pode depender da posse desses conceitos, senão teríamos que defender que certas propriedades no mundo não são experienciadas, o que parece bizarro. McDowell apresenta um caso interessante sobre esse ponto: “a de um pássaro disposto em nosso campo visual, que nos coloca em posição de saber não inferencialmente que se trata de um cardeal” (McDowell, 2009c, p. 258). Segundo a tese defendida em *Mente e Mundo* (2005), o conteúdo da experiência teria que incluir uma proposição com o conceito *cardeal*, que poderia ser enunciado na ocasião por *isto é um cardeal*.

Não obstante, McDowell reconhece o equivoco de tal posição e escreve:

O que me parece certo é isto: minha experiência coloca um pássaro disposto no meu campo visual e minha capacidade de reconhecimento capacita-me, a saber, não-inferencialmente, que o que eu vejo é um cardeal. Até se continuamos a assumir que experiência tem conteúdo, não existe a necessidade de supor que o conceito sobre qual recai minha capacidade de reconhecimento precise figurar neste conteúdo (McDowell, 2009c, p. 259).

A ideia é a de que o conteúdo da experiência perceptiva de um objeto, por exemplo, de um javali não precisa incluir o conceito *javali*. Imaginemos dois sujeitos *A* e *B*, e que ambos enxerguem o animal. O sujeito *A* não consegue identificar o animal presente em seu campo visual como um javali, pois *A* não reconhece o animal como tal. Já o sujeito *B* reconhece o animal em seu campo visual como um javali.⁴¹ McDowell pensa que não podemos inferir do fato de *B* identificar o animal como um javali e *A* não, que ambos possuam conteúdos perceptivos diferentes. Tanto *A* como *B* percebem o javali. Para que *A* julgue que existe um

⁴¹ A ideia de *capacidade de reconhecimento* foi discutido por diversos filósofos. Ver: Gareth Evans em seu texto “Recognition-Based identification”. In. *Varieties of Reference*, 1982, Charles Travis em “Affording us the World”. In. *Perception: Essays after Frege*, Oxford University Press, 2013, pp. 178-197.

javali em seu campo visual, o conceito de javali não precisa figurar no conteúdo da experiência perceptiva. O termo *animal* enquanto capturando o conteúdo da experiência é o suficiente para que A formule julgamentos sobre o javali, tais como *este animal é grande* ou *este animal é marrom*.

Estaria McDowell excluindo o envolvimento de capacidades conceituais da experiência perceptiva? Não parece ser o que ele pretende estabelecer como suposição em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c). McDowell defende a tese de que não é preciso conceber o conteúdo da experiência perceptiva com conteúdo proposicional, para concebê-las como atualizações de capacidades conceituais. Precisamos entender de que forma capacidades conceituais estariam envolvidas na experiência perceptiva. Se McDowell pretende manter sua tese conceitualista sobre o conteúdo da experiência perceptiva, precisamos compreender de que forma realiza tal empreendimento.

De que forma estariam envolvidas capacidades conceituais no conteúdo da experiência perceptiva em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c)? McDowell pensa que “faculdades cognitivas de alto nível estão operantes na experiência perceptiva, mesmo que as experiências não apresentem conteúdo proposicional” (McDowell, 2009c, p. 260). Por faculdades cognitivas de alto nível podemos entender *capacidades conceituais*. A ideia é de que o conteúdo intuicional se apresenta de tal forma que já estaria pronto para ser usado em julgamentos. Aqui, McDowell parece sugerir que o conteúdo intuicional da experiência perceptiva é conceitual. Precisamos investigar mais de perto o formato possuído por esse conteúdo intuicional de modo que possamos tomá-lo como permitindo julgamentos.

McDowell defende que “na intuição os objetos são imediatamente dados ao sujeito para o conhecimento” (McDowell, 2013a, p. 1). Para que isto ocorra é essencial que os objetos da nossa experiência sejam informados pelo entendimento. Se os “objetos da experiência são informados pelo entendimento, na intuição temos ocorrências conscientes

oportunas para o conhecimento do tipo, cujo veículo é o julgamento” (McDowell, 2013a, p. 2). Então, é possível afirmar que em uma experiência onde o sujeito percebe visualmente um gato, o que permite ao sujeito afirmar *o gato está no quarto, o gato está na sala ou o gato é verde* é o gato com suas características. Suponhamos que determinado sujeito *P* tenha o conceito de animal, mas não reconhece o objeto enquanto gato. Ainda assim, *P* pode elaborar julgamentos sobre o gato, tais como *este animal é peludo, este animal é pequeno* ou *este animal é engraçado*, porque o conceito de *animal* captura o conteúdo da experiência. Isto é possível, porque o conteúdo da experiência não é uma proposição em que *as coisas são de tal e tal modo*. O conteúdo da experiência perceptiva não tem um “valor de face” (Travis, 2004, p. 58). Na experiência estamos em contato com um objeto intuicional inteligível do ponto de vista da razão. Podemos considerar que McDowell defende em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) uma posição objetualista. McDowell lendo Kant escreve: “na intuição são dados objetos de forma imediata e não fatos ou estados de coisas” (McDowell, 2013a, p. 3).

Tadayasu Murai em seu artigo “Kant on the Duality of Intuition” (2010) endossa essa interpretação quando afirma:

O objetualismo é a ideia de que na intuição o que é intuído é um objeto, um particular e não um fato ou um estado de coisas... Desejo focar que McDowell implicitamente com tal leitura defende uma posição objetualista... Enquanto o conteúdo do julgamento consiste de conceitos estruturados por categorias, o conteúdo intuicional consiste de particulares estruturados no espaço e no tempo por eles: julgamento e intuição partilham forma categorial, mas o conteúdo é diferente (Murai, 2010, pp. 333-334).

Mais uma vez podemos afirmar que em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) o conteúdo da experiência não apresenta estrutura proposicional como postulado em *Mente e Mundo* (2005). Em experiências visuais em que não estamos iludidos entramos em contato com objetos que são imediatamente dados na intuição. Percebemos objetos, que podem ser tomado como sendo de uma forma ou de outra. São estes objetos que sustentam racionalmente o que julgamos. Essa leitura objetualista parece estar presente também no texto de McDowell

“Hegel’s Idealism as Radicalization of Kant” (2009d). Nesse texto McDowell “defende que o múltiplo dado na intuição é unificado em um conceito que captura o objeto” (McDowell, 2009d, p. 71). McDowell parece romper de forma radical com sua antiga posição, segundo a qual a experiência apresentaria um conteúdo proposicional. Agora o conteúdo da experiência pode ser capturado por um conceito geral, que unifica o múltiplo sensível, que pode ser explorados em julgamentos. Isto permite que um mesmo objeto possa ser percebido conceitualmente de diversas formas. Por exemplo, imaginemos uma capivara visualmente disposta a três sujeitos. O sujeito P ao ver o animal reconhece como uma capivara e julga *o que eu vejo é uma capivara*. Já o sujeito B ao ver o mesmo animal julga *isto é uma espécie de porco*. O sujeito C não está familiarizado com capivaras, mas dado o modo como a capivara se locomove, se comporta, permite a C julgar que *está diante de um animal*. Embora P, B e C apliquem conceitos diferentes para o que percebem, o objeto presente no campo visual coincide. No caso da experiência perceptiva de P o conteúdo vai além do conteúdo de uma intuição, pois P reconhece o objeto como um indivíduo particular. Já no caso do sujeito C McDowell recorre à ideia de comum sensível. Ele sugere que “na intuição unificada por um termo como *animal*, podemos reconhecer modos de ocupação do espaço, que não figuram na intuição de objetos inanimados” (McDowell, 2009c, p. 261). Podemos pensar em comuns sensíveis a nossa visão tais como modos de ser da capivara: caminhar lentamente, viver próximo a lagos, se alimentar de capins, etc.

A nova posição de McDowell sugere que o conteúdo da experiência perceptiva apresenta conteúdo conceitual. Diferente é claro de um conteúdo proposicional tal como *que as coisas são de tal e tal modo*. Na posição filosófica desenvolvida em *Mente e Mundo* (2005) o conteúdo da experiência perceptiva apresentava a mesma forma de um julgamento, *que as coisas são de tal e tal modo*. Nossos julgamentos empíricos eram justificados internamente com base neste conteúdo proposicional.

Em sua nova posição, McDowell preserva a tese de que o conteúdo da experiência, embora resultado da sensibilidade, já é informado pela espontaneidade do entendimento. A ideia de que capacidades conceituais estão envolvidas no conteúdo da experiência permitindo justificações racionais. Neste ponto McDowell se distancia de Travis, já que Travis considera que os itens apresentados na experiência são independentes do envolvimento de capacidades conceituais. Em termos kantianos podemos afirmar que Travis considera o conteúdo da experiência perceptiva como resultado apenas da sensibilidade. Diz Travis: “julgar é expor-se ao erro, decidir somente na base das coisas sendo como são” (Travis, 2007, p. 245). Pensemos no caso de uma xícara em cima da mesa. O que percebemos é algo não-conceitual com determinadas características, que entendemos *a posteriori* instanciar o conceito *xícara*. Isto parece a McDowell um caso do Mito do Dado.

Se o conteúdo da experiência perceptiva não apresenta uma estrutura proposicional, que tipo de conteúdo a experiência perceptiva deve apresentar, para que sirva como razões para as nossas crenças? Como vimos McDowell defende o conteúdo intuicional. Diz ele: “O que precisamos é de um conteúdo que não seja proposicional, mas intuicional, no sentido kantiano” (McDowell, 2009c, p. 260). Cabe-nos investigar mais de perto este conteúdo intuicional.

3.2. Experiência e intuição

McDowell deseja com a rejeição da tese de que a experiência apresenta conteúdo proposicional defender uma concepção de experiência intuicional. Por *intuição*, McDowell entende a palavra kantiana *Anschauung*. Este termo pode ser interpretado filosoficamente “como o modo de apresentação direta dos objetos” (McDowell, 2009c, 260).⁴² Na intuição os

⁴² A experiência visual é considerada como paradigma em experiências perceptivas.

objetos são imediatamente apresentados ao sujeito para o conhecimento. Esses objetos apresentados na intuição não são resultado apenas da sensibilidade, embora a sensibilidade trabalhe na intuição por meio dos sentidos. Na leitura que McDowell realiza de Kant, intuições envolvem atos do entendimento, ou seja, capacidades conceituais.⁴³ A ideia é de que o entendimento é operativo em julgamentos, e julgamentos são veículos para o conhecimento de um tipo que são realizações de sujeitos discursivamente racionais.⁴⁴ Essa mesma “capacidade envolvida em julgamentos, deve informar os objetos presentes na intuição” (McDowell, 2013a, p. 1). Somente desta forma a experiência fornece oportunidades para o conhecimento, já que disponibiliza na consciência traços inteligíveis do mundo. Em suporte desta suposição McDowell afirma kantianamente que “a faculdade que fornece unidade as intuições, fornece unidade aos julgamentos” (McDowell, 2009c, p. 260). Vejamos nos termos do próprio Kant:

A mesma função que dá unidade as várias representações no julgamento, também fornece as sínteses das várias representações na intuição; e esta unidade, em sua expressão mais geral, nós denominamos o puro conceito do entendimento (A79/B104-5).

A ideia é de que a capacidade exercida no julgamento, que explica a unidade do conteúdo proposicional, também explicaria a unidade do conteúdo intuicional. Kant chama de *entendimento* essa força unificadora dos objetos na experiência. O *entendimento* é a “faculdade que nos permite pensar os objetos por meio das representações produzidas por si mesma” (Kant, B75). Se o *entendimento* é uma faculdade que nos permite pensar os objetos, então é uma faculdade conceitual. Desta forma, o conteúdo intuicional seria resultado do envolvimento de faculdades conceituais. Se o conteúdo da experiência intuicional é resultado do envolvimento de capacidades conceituais, então não é um dado no sentido do Mito do

⁴³ McDowell em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) muda sua interpretação da ideia kantiana de intuição. Em *Mente e Mundo* (2005) a intuição apresentava uma forma proposicional, assim como o julgamento apresentava. No texto “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) a intuição apresenta uma forma conceitual, porém não-proposicional. A intuição é de tal forma que pode ser inserida em julgamentos, ou seja, é passível de ser conceitualizada.

⁴⁴ Aqui jogamos com a interpretação de Kant feita por John McDowell (2005), (2009) e Henry Allison (1983).

Dado. Com esta posição, McDowell parece não correr o risco de incorrer na armadilha do Dado, assim como estabelece um conteúdo que pode ser reconhecido racionalmente.

Vejam os a ilustração dada por Wilfrid Sellars no seu texto *Science and Metaphysics* (1967). Esta ilustração parece capturar de forma adequada o que McDowell defende. Para Sellars “a unidade proposicional explicitada no julgamento *isto é um cubo*, corresponde à unidade intuicional *este cubo*” (Sellars, 1967, p. 5). McDowell afirma que a expressão *isto é um cubo* não exaure o conteúdo da experiência em questão, pois “o termo demonstrativo *isto* captura apenas de forma parcial o conteúdo da experiência perceptiva intuicional” (McDowell, 2009c, p. 260). No caso do cubo existe um aspecto problemático, o cubo não é experienciado de forma completa em uma intuição visual. Por isso precisamos da participação de “faculdades cognitivas de alto nível explicando não a unificação do conteúdo intuicional, mas sim trabalhando como imaginação produtiva, fornecendo, por assim dizer, as partes escondidas do cubo” (McDowell, 2009c p. 262). A imaginação produtiva nos permite pensar e tomar os objetos em todas as suas partes. Mesmo pressupondo a participação da imaginação produtiva na experiência perceptiva, McDowell afirma que “existem aspectos típicos do conteúdo de uma intuição que o sujeito não tem como explicitar discursivamente” (McDowell, 2009c, p. 263).

Por isso McDowell considera a intuição inarticulada. Escreve ele:

A intuição é não discursiva, enquanto o julgamento é discursivo. O conteúdo discursivo é articulado, enquanto o conteúdo intuicional é não articulado (McDowell, 2009c, p. 262).

A ideia é a de que em certas intuições visuais pode aparecer algo que o sujeito é incapaz de articular discursivamente. Isso decorre do fato de a intuição ser inarticulada. Aqui podemos pensar em certas matizes de cores com granulação fina. McDowell defende que a noção de articulação se refere exclusivamente a atividades discursivas. A atividade discursiva é exercida de forma ativa pelo sujeito. Não recebemos passivamente discursos e julgamentos. Já

com o conteúdo intuicional é diferente: “a unidade do conteúdo intuicional é dada, não um resultado de por significados juntos” (McDowell, 2009c, p. 263). A ideia de McDowell é defender que o conteúdo intuicional da experiência é recebido de forma passiva, enquanto o discurso ou julgamento é exercido de forma ativa.⁴⁵ Para McDowell as únicas atividades proposicionais são as atividades discursivas. O ponto de McDowell é “centrar a ideia de conteúdo proposicional em atividades discursivas” (McDowell, 2009c, p. 262). Desta forma, ele pretende retirar a necessidade proposicional do conteúdo da experiência empírica. O conteúdo da experiência perceptiva é unificado conceitualmente, mas não pode ser concebido como um julgamento.

McDowell pretende com tal articulação defender a tese segundo a qual o conteúdo intuicional seria conceitual, enquanto, conceitualizável.⁴⁶ Escreve ele:

Todo aspecto do conteúdo de uma intuição é presente em uma forma que já está disponível para ser um conteúdo associado a uma capacidade discursiva (McDowell, 2009c, p. 264).

A ideia é de que o conteúdo intuicional se apresenta de uma forma que pode ser adequadamente associado a uma capacidade discursiva, ou seja, o conteúdo intuicional é de tal forma que pode ser conceitualizável.⁴⁷ A conceitualização do conteúdo da experiência é realizada no contexto do julgamento. Podemos pensar a noção de conceitualização como explorações discursivas do conteúdo de uma experiência, que existem para ser explicitados. Mesmo aqueles conteúdos em que o sujeito é incapaz de articular discursivamente “podem ser explorados ou não em atividades discursivas” (McDowell, 2009c, p. 265).

⁴⁵ Voltaremos a tratar deste ponto mais a frente.

⁴⁶ Autores que concordam com McDowell que temos mais uma forma de conceitualismo: James O’Shea no texto “Having a Sensible World in View: McDowell and Sellars on Perceptual Experience” (2010), Paul Redding no texto “McDowell and the Propositionality of Perceptual Content Thesis” (2010), Maxime Doyon no seu texto “Husserl and McDowell on the Role of Concepts in Perception” (2011) e Tim Crane no seu texto “The Given” (2013). Contudo temos Kevin Connolly que defende em seu texto “Which Kantian Conceptualism (or Nonconceptualism)?” (2014) que a nova posição de McDowell é consistente com uma leitura não-conceitualista, já que existem aspectos típicos do conteúdo de uma intuição que o sujeito não tem como explicitar discursivamente. A posição de Connolly será avaliada mais a frente em nosso trabalho.

⁴⁷ Tomarei o termo *conceitualizável* emprestado de Tim Crane em “The Given” (2013).

Se o sujeito não dispõe de uma capacidade discursiva associada a algum aspecto do conteúdo de sua intuição, o que precisa fazer é isolar este aspecto, e equipar-se com os meios adequados para explicitá-lo em julgamento.⁴⁸ Isto porque, o objeto de uma intuição é tal que o sujeito pode analisá-lo em significados para atividades discursivas. Aqui podemos pensar em uma expressão linguística significativa que torne o conteúdo da intuição explícito. Pensemos no exemplo de certa tonalidade de cor, com fineza de granulação, disposta no campo visual do sujeito. Caso o sujeito não possua o conceito específico desta tonalidade, pode cunhar um adjetivo ou pode julgar parcialmente que o objeto aparece como *tendo esta tonalidade de cor*.

A questão é que, em intuições visuais, “o objeto se faz visualmente presente com suas características, que são visíveis do ponto de vista do sujeito” (McDowell, 2009c, p. 265). Por apresentar tais características na experiência visual, os objetos permitem a determinado sujeito a tomar as coisas como sendo de uma forma ou de outra. Precisamos saber que objetos são esses que podem ser analisados na intuição. McDowell considera “o conceito de *objeto* formal, da mesma forma que Kant considera o termo *categoria* um conceito puro do entendimento” (McDowell, 2009c, p. 265).

Em Kant *categorias* “são conceitos responsáveis por capturar o múltiplo das intuições sensíveis, ou seja, são os conceitos pelos quais representamos os objetos” (Kant, B160). Inspirando-se em Kant, McDowell considera formal o conceito que consegue capturar a unidade intuicional do objeto no momento da experiência perceptiva.⁴⁹ Suponhamos uma águia em nosso campo visual. Neste caso estamos diante de um objeto com múltiplas características, tais como cor das penas, forma, tamanho e localização espacial. Qual o conceito que capturaria adequadamente a unidade intuicional deste objeto? Neste caso, parece que precisamos de um conceito geral, como no exemplo da capivara. Os conceitos de pássaro,

⁴⁸ Aqui McDowell parece adotar a ideia de que um termo só adquire significado no contexto de um julgamento.

⁴⁹ Embora a noção de categoria pensada por McDowell seja em espírito kantiana, não é desenvolvida nos moldes de Kant. McDowell adapta aos seus interesses.

tal como o de água capturariam o conteúdo da experiência, mas como tais, não precisam figurar de forma necessária no conteúdo da intuição. Estes conceitos estariam além do conteúdo intuicional. Já o conceito de *animal* seria fundamental para a experiência em questão, na medida em que capturaria a unidade característica do objeto. Desta forma, podemos expressar o conteúdo da experiência em julgamento tal como *isto é um animal* ou *este animal é belo*.⁵⁰ Em termos kantianos a categoria *animal* capturaria o múltiplo da intuição sensível apresentado pela água. O termo *animal* seria uma representação do objeto em questão. Deste modo, McDowell considera o conteúdo intuicional conceitual: “a intuição é de tal forma, que alguém pode fazer o seu conteúdo figurar em atividades discursivas” (McDowell, 2009c, p. 265).

Por isso McDowell entende que na experiência “o *eu penso* kantiano capaz de acompanhar todas as representações, acompanha algum dos conteúdos presentes na intuição” (McDowell, 2009c, p. 266). O fato do *eu penso* acompanhar alguns dos conteúdos na intuição, nos permite julgar os objetos como apresentando *tais e tais características*, com determinada localização espacial. Escreve McDowell:

E para o *eu penso* acompanhar alguns dos conteúdos de uma intuição, digo uma intuição visual, é para o sujeito julgar que está visualmente confrontado por um objeto com *tais e tais* características. Desde que, a intuição apresente o objeto com suas características, tal julgamento seria bem informado (McDowell, 2009c, p. 266).

Podemos compreender o *eu penso* como a consciência epistêmica dos objetos presentes na experiência intuicional. McDowell considera que os objetos dados na intuição nos autorizam a pronunciar julgamentos conscientes de duas formas: (i) “a intuição apresenta um conteúdo que pode ser explorado em atividades discursivas. Neste caso abre-se referência à primeira pessoa, pois o *eu penso* acompanha o conteúdo fornecido pela intuição, já elaborado pelo

⁵⁰ McDowell afirma seguir Michael Thompson “The Representation of Life”, In. Rosalind Hursthouse, Gavin Lawrence, and Warren Quinn (eds). *Virtues and Reasons: Philippa Foot and Moral Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995. Thompson tem identificado uma forma distintiva de unidade proposicional para pensamento e fala de seres vivos enquanto tais. Ele considera conceitos que podem capturar o diverso ‘coisas pensadas de...’, conceitos como os de: *forma-de-vida, ação-em-progresso, intenções, disposições práticas, práticas sociais*, etc.

entendimento, produzindo um julgamento bem informado, que *eu estou* confrontado por um objeto com tais e tais características, com uma localização tal” (McDowell, 2009c, 266). Já no modo (ii), “a intuição possibilita conhecimento bem informado, quando o sujeito percebe visualmente um pássaro e o reconhece como um cardeal. Aqui o julgamento tem conteúdo para além da intuição. A intuição faz alguma coisa perceptualmente presente ao sujeito, e o sujeito reconhece este objeto como instancia de um tipo ou como um particular” (McDowell, 2009c, p. 266).

Com a ideia de conteúdo intuicional, McDowell quer fundamentar a sua tese segundo a qual em experiências perceptivas de seres humanos maduros estão envolvidas capacidades conceituais. O conteúdo é de tal forma que ocupa o espaço das razões. O conteúdo intuicional pode servir como razões para as nossas crenças empíricas, já que apresenta conteúdo conceitualizável, ou seja, pode ser explorado e articulado em julgamentos. Parece que estamos diante de um conteúdo perceptivo que é conceitual, porém não articulado proposicionalmente, mas que nos oferece a possibilidade de explorá-los em discursos. Isto parece ser suficiente para estabelecer uma relação racional entre a mente e o mundo, ou seja, para estabelecer que a experiência tenha conteúdo objetivo em virtude de ser informada por conceitos puros do entendimento.

Temos fortes indícios para defender a nova posição de McDowell como uma posição conceitualista. Precisamos avaliar na próxima seção se essa nova posição defendida em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) por McDowell é mais vantajosa epistemicamente do que a posição defendida em *Mente e Mundo* (2005). Ou seja, precisamos saber se essa nova posição é capaz de enfrentar problemas epistêmicos tais como o do Mito do Dado, o problema das razões e o problema da fineza de granulação da experiência perceptiva. Assim como observarmos mais de perto se o conceitualismo defendido por McDowell em “Avoiding

the Myth of the Given” (2009c) se sustenta contra objeções, que afirmam ser essa nova posição consistente com a tese não-conceitualista.

3.3. Avaliando “Avoiding the Myth of the Given”

Podemos avaliar a nova posição de McDowell desenvolvida em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) considerando as respostas que pode fornecer a problemas tais como o do Mito do Dado, o da granulação fina da experiência e o das razões, assim como se defender da acusação de não-conceitualista. Podemos afirmar que a nova posição de McDowell se caracteriza por uma tese negativa e uma afirmativa:

(TN) O conteúdo da experiência não apresenta forma proposicional.

(TA) A experiência apresenta um conteúdo intuicional que é não discursivo, porém conceitual.

Vamos avaliar nas próximas seções as teses supracitadas.

3.4. O Mito do Dado reconsiderado

Sabemos que o “Mito do Dado é a ideia de que o espaço das razões, o espaço das justificações ultrapassa os limites da esfera conceitual” (McDowell, 2005, p. 43). É a ideia de que o dado bruto da sensibilidade pode servir como razões para as nossas crenças. A questão é que relações racionais só existem no domínio dos conceitos. Não podem existir relações racionais entre aspectos conceituais e extraconceituais. Se defendermos tal tese incorremos no Mito do Dado. Parece que a única forma de a mente se relacionar racionalmente com o mundo é que o conteúdo da experiência apresente estrutura proposicional. É o que McDowell defende em *Mente e Mundo* (2005). Diante das objeções levantadas por Travis em “Reason’s Reach”

(2007), McDowell passa a defender em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) o conteúdo intuicional da experiência. Conteúdo que McDowell considera “inarticulado”, embora unificado por conceitos do entendimento (McDowell, 2009c, p. 262-63). McDowell parece estar diante de um problema epistêmico. Seria o conteúdo intuicional um retorno ao Mito do Dado, já que pode ser considerado inarticulado?

Para McDowell o Mito do Dado decorre do fato de considerarmos apenas o envolvimento da sensibilidade na experiência perceptiva. Se experiências perceptivas envolvem capacidades conceituais fugimos do Dado como um Mito. Vejamos em suas palavras:

Conhecimento perceptivo envolve sensibilidade, isto é, a capacidade de responder as diferentes características do ambiente, possível na medida em que o sistema perceptivo funciona de forma adequada. Mas, a sensibilidade não pertence à razão. A sensibilidade partilhamos com animais não-rationais... O que nos distingue dos outros animais é que em nossa percepção estão envolvidas atividades racionais (McDowell, 2009c, p. 257).

A ideia é de que na experiência perceptiva de seres humanos maduros estão envolvidas capacidades conceituais. O conteúdo intuicional é resultado do envolvimento de capacidades conceituais. Isto é possível na medida em que McDowell considera que a função unificadora do julgamento, a espontaneidade do *entendimento*, unifica de alguma forma o múltiplo da intuição sensível. Por isso, o dado intuicional não pode ser interpretado como um Dado bruto fornecido somente pela sensibilidade. O dado da intuição por envolver “capacidades conceituais é de tal forma que pode ser adequadamente objeto de articulação discursiva” (McDowell, 2009c, p. 264). O conteúdo intuicional é conceitualizável.

Podemos afirmar que o conteúdo intuicional defendido por McDowell não é um caso do Mito do Dado já que é resultado do envolvimento de capacidades conceituais. O dado intuicional é unificado por conceitos do entendimento. Deste modo, ter um objeto na intuição é estar diante de um conteúdo que pode ser articulado conceitualmente, ou seja, conteúdo que pode ser explorado em atividades discursivas. Por isso, quando tomamos os objetos da

intuição como razões para as nossas crenças, tomamos dados conceituais, passíveis de articulação discursiva. Desta forma, temos uma relação justificadora entre o conteúdo intuicional e nossos julgamentos. Suponhamos uma coruja em nosso campo visual. Podemos julgar *isto é uma coruja*, identificando o objeto como uma espécie particular ou podemos julgar *este animal voa*, neste caso fazendo uso de um conceito geral, que captura o múltiplo sensível da experiência. Os conceitos podem ser gerais ou particulares, mas são de tal modo que nos permitem articulá-los em predicções e julgamentos. Desta forma parece que McDowell consegue situar o conteúdo intuicional no espaço das razões e escapar do Mito do Dado.

Positivamente podemos afirmar que McDowell consegue estabelecer o dado intuicional como um aspecto racional capaz de servir como razões para as nossas crenças, e ao mesmo tempo respeitar a fenomenologia da experiência perceptiva. Pois, o que percebo na experiência são aspectos concretos do mundo externo, mas os conteúdos desta experiência são tais que podem ser articulados discursivamente. Estes conteúdos podem ser objetos de conceitualização.

3.5. Intuição e Fineza de granulação da experiência perceptiva

A experiência com conteúdo intuicional parece enfrentar o problema da fineza de granulação de forma mais satisfatória do que a tese da proposicionalidade defendida em *Mente e Mundo* (2005). Como sabemos, a tese da granulação afirma que a fenomenologia da nossa experiência perceptiva apresenta conteúdos para os quais não possuímos conceitos adequados. A ideia é que estes conteúdos de granulação fina estão integrados no conteúdo da nossa experiência perceptiva, mesmo que não tenhamos os conceitos adequados para capturá-los.

Na tese da proposicionalidade de McDowell o conteúdo de fineza de granulação seria integrado no conteúdo da experiência por meio de termos demonstrativos.⁵¹

Uma das consequências da nova posição desenvolvida por McDowell em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), é que o conteúdo inarticulado de uma intuição fornece um caminho mais robusto para acomodar a riqueza de detalhes e aspectos de fineza de granulação da experiência sensorial. Escreve McDowell: “na intuição os objetos nos são dados de tal forma que existem aspectos tipicamente do conteúdo de uma intuição que o sujeito não possui os meios de expressá-los discursivamente” (McDowell, 2009c, p. 263). O ponto é que em intuições visuais estamos em contato com muitas características dos objetos com os quais não temos os meios de expressá-lo discursivamente. Pensemos em certa tonalidade de cor, por exemplo, um azul mais claro. Parece que não deixamos de experienciar essa tonalidade de cor, mesmo que não possuamos um conceito adequado. Esta tonalidade de cor faz parte do conteúdo conceitual da experiência, só que é capturada de forma geral. O múltiplo desse conteúdo é unificado na medida em que cunhamos uma expressão tal como *esta tonalidade de cor*. Esta expressão permite que articulemos o conteúdo de granulação fina da experiência em discursos e julgamentos. Parece que McDowell aqui nos permite acomodar os casos em que a experiência perceptiva apresenta aspectos de granulação fina.

A nova posição de McDowell nos permite tomar epistemicamente os aspectos de granulação fina de forma satisfatória, já que o conteúdo intuicional da experiência não precisa envolver de forma necessária conceitos de reconhecimento. Podemos tomar pedaços do mundo sem abrir mão das riquezas de detalhes. Quando expressamos um julgamento tal como *esta tonalidade de cor*, estamos tomando um conteúdo da experiência que é conceitual, mas que aponta para algo no mundo que apresenta riquezas de detalhes. O conteúdo conceitual não apaga a riqueza de detalhes do mundo que percebemos. O conteúdo intuicional da experiência

⁵¹ Autores que debatem o tema da granulação fina da experiência citei na nota de rodapé número 33, no segundo capítulo.

é para ser usado na articulação de julgamentos, e dessa forma expressar epistemicamente o mundo.

Pensamos que isto possibilita a McDowell manter a tese básica de que todo conteúdo sensorial é conceitual, preservando a ideia de que a experiência sensorial como tal nos permite tomar o dado da experiência de forma adequada dentro do espaço das razões. Não é que os aspectos possuindo fineza de granulação apresente conteúdo não-conceitual. A ideia é de que estes aspectos de fina granulação são capturados em sua riqueza por conceitos gerais, que nos permitem emitir julgamentos tais como *esta tonalidade de cor*. O que permite ao sujeito julgar *esta tonalidade de cor* não é um Dado mental não-conceitual, mas sim o próprio mundo com o qual estamos confrontados em intuições visuais; intuições são informadas pela *espontaneidade do entendimento*, tornando o conteúdo conceitualizável.

3.6. Experiência intuicional, inferencialismo e razões

Será que McDowell consegue preservar a sua tese internalista, segundo a qual as razões consideradas para justificar uma crença empírica devem ser pensadas do próprio ponto de vista do sujeito? É possível manter o internalismo sem defender a tese da proposicionalidade a cerca do conteúdo da percepção? Precisamos investigar de que forma McDowell pretende manter o seu internalismo ao defender o conteúdo intuicional.

Sabemos que para McDowell o conteúdo que pode ser reconhecido pelo sujeito como ocupando o espaço das razões é o conteúdo conceitual. No caso específico do livro *Mente e Mundo* (2005), o conteúdo conceitual da percepção tinha que ser uma proposição em que as coisas fossem representadas *como sendo de tal e tal modo*. Este conteúdo permitiria que a experiência perceptiva funcionasse internamente, do ponto de vista do sujeito, como justificativa racional para as nossas crenças empíricas. Portanto, é o caso de afirmar que

apresentando esse tipo de conteúdo as experiências perceptivas seriam tais que serviriam como razões internas para as nossas crenças. A defesa de tal tese rendeu a McDowell por parte de alguns críticos o título de inferencialista ou quase-inferencialista.⁵² Tal crítica não parece fazer sentido, já que McDowell não considera o conteúdo da percepção como uma premissa que serve para tirar conclusões acerca do mundo. O conteúdo da percepção é resultado do contato direto com o mundo externo. Diz ele: “episódios conceituais de tipo relevantes são tais, que são casos de estar sobre impressões visuais *que tal e tal é o caso*” (McDowell, 2009e, p. 14). Só que na nova posição advogada por McDowell o mundo nos fornece um novo tipo de conteúdo, o conteúdo intuicional. A questão é saber se McDowell preserva a sua tese, segundo a qual a experiência perceptiva serviria como razões internas para as nossas crenças. Podemos levantar o problema, ao passo que o conteúdo da percepção não é mais uma proposição.

McDowell mantém em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) sua tese epistemológica de que experiências perceptivas fornecem razões para as nossas crenças empíricas. Escreve ele: “Proponho modificar o *slogan* davidsoniano afirmando que não somente crenças, mas também experiências podem servir como razões para crenças” (McDowell, 2009c, p. 270). McDowell concorda com Davidson que crenças podem servir como razões para outras crenças, porém acrescenta que experiências também servem como razões. O perigo de considerarmos que somente crenças podem servir como razões para crenças, é o de perdemos o contato com a realidade externa. Neste caso, as nossas crenças não seriam justificadas com base em razões oferecidas pelo mundo. Teríamos apenas relações causais entre a mente e o mundo sem nenhuma espécie de garantia racional. Como sabemos, a tese de McDowell é de que caso não estejamos iludidos, a experiência perceptiva nos coloca em contato direto com o mundo; é este contato racional e normativo que fornece as bases para

⁵² Para discussão crítica Robert Brandom (2013).

justificarmos julgamentos e crenças empíricas. A questão é saber de que forma as experiências perceptivas com conteúdo intuicional podem servir como razões para crenças empíricas. Vejamos.

McDowell afirma “que na intuição objetos são imediatamente oferecidos ao sujeito para o conhecimento” (McDowell, 2013a, p. 1). Isso é possível como observamos, na medida em que o conteúdo intuicional é resultado da síntese realizada pela espontaneidade do entendimento. Só que o conteúdo extraído dessa experiência na intuição não é uma proposição. Na intuição nos é apresentado objetos conceitualizáveis que podem ser articulados em julgamentos. Por ser deste modo, este conteúdo é tal que permite tomar as nossas crenças como justificadas. Escreve McDowell:

Em virtude de ter o conteúdo que tem, experiências visuais trazem a realidade ao campo visual do sujeito, e dessa forma fornecem a estes garantias conclusivas para acreditar adequadamente sobre as coisas do seu meio (McDowell, 2013b, p. 147).⁵³

As garantias decorrem dos conteúdos intuicionais fornecidos por nosso contato perceptivo com o mundo. A experiência concebida como intuição não tem conteúdo proposicional, mas esta inclui uma intuição conceitual que manifesta ao sujeito objetos que podem ser articulados discursivamente. Por exemplo, de acordo com McDowell quando “o sujeito entra em contato com uma superfície plana inclinada, dado o episódio como de um plano inclinado, o plano inclinado sendo como é, informa que o sujeito está confrontado com uma superfície plana e inclinada” (McDowell, 2013a, p. 3). Podemos afirmar que a experiência fornece oportunidades para o conhecimento apresentando o mundo como sendo de um modo ou de outro.

Contudo, ao afirmar que experiências visuais trazem a realidade ao campo visual do sujeito fornecendo garantias conclusivas para acreditar em algo, McDowell parece defender

⁵³ Sobre este assunto conferir o debate entre Burge: “Perceptual Entitlement” (2003), “Disjunctivism and Perceptual Psychology” (2005), “Disjunctivism Again” (2011) e McDowell: “Tyler Burge on Disjunctivism” (2011), “Perception as a capacity for knowledge” (2011).

uma posição externalista acerca das razões. Certas afirmações de McDowell parecem corroborar nossa leitura. Para ele quando tudo ocorre de forma adequada nas operações perceptivas racionais, “o sujeito está em um estado perceptivo em que são apresentadas características do ambiente, fornecendo garantia conclusiva para acreditar em algo” (McDowell, 2011, p. 53); “ao disponibilizar o mundo em nosso campo visual, a experiência nos autoriza (*entitle*) a tomar as coisas como sendo deste ou daquele modo” (McDowell, 2009c, p. 269); “a experiência disponibiliza em nosso campo visual coisas como livros, possibilitando a aplicação de conceitos, como o conceito de livro, por apresentar características visuais do livro” (McDowell, 2013b, p. 157). Vemos nestas passagens, que em casos de intuições visuais estamos em relação com o ambiente e é este ambiente que nos autoriza a tomar as coisas como sendo de uma forma ou de outra. Por outro lado, parece que o significado epistêmico do conteúdo intuicional deriva-se do caráter subjetivo, das capacidades conceituais do sujeito envolvidos na experiência. Aqui verificamos o caráter internalista da nova posição de McDowell.

Dizer que a experiência tem significado epistêmico é afirmar que o conteúdo intuicional da experiência é tal que o sujeito pode analisá-lo do ponto de vista da racionalidade ou do seu ponto de vista. Escreve McDowell:

Reconheço que se experiências podem garantir o conhecimento, o significado constitutivo da garantia de uma experiência deve pertencer ao caráter subjetivo; deve ser alguma coisa que o sujeito deve saber do seu próprio ponto de vista quando desfruta uma experiência (McDowell, 2013b, p. 150).

Normalmente sei o que estou dizendo ou pensando em virtude do fato de ser autoconsciente do que digo e penso. Justamente dessa forma, meu conhecimento de como minha consciência visual está representando coisas como sendo não precisa de base nenhuma (McDowell, 2013a, p. 10).

Uma capacidade racional perceptiva é uma capacidade não somente de saber certos tipos de coisas sobre o meio, mas, uma ocasião em que alguém sabe alguma coisa do tipo relevante através do exercício da capacidade em questão, *saber como é que se sabe isto*. A capacidade – certamente falível –

para saber, em certas ocasiões, que a experiência está revelando a alguém que as coisas são de certo modo, que é um pedaço da autoconsciência, é justamente um aspecto desta capacidade – certamente falível – para saber através da experiência, nestas ocasiões, que as coisas estão de certo modo (McDowell, 2011, p. 41).

A ideia fundamental é de que nossas relações perceptivas com o mundo são racionais, seja o conteúdo da experiência proposicional ou intuicional. Por serem produtos de uma atividade racional são conteúdos com traços conceituais, que podem, por isso, ser escrutinados do ponto de vista da razão. Uma vez sendo avaliados podemos tomá-los como razões para as nossas crenças.

O conhecimento perceptivo para McDowell, por um lado deriva-se da autoridade (*entitlement*), para usar o termo de Burge, fornecido pelo mundo. Em intuições visuais o sujeito está em relações visuais com o mundo. É o mundo que permite ao sujeito tomar as coisas como sendo deste ou daquele modo, por outro lado considerar o mundo como sendo deste ou daquele modo, depende das razões oferecidas pelo sujeito do seu ponto de vista. O sujeito é livre para acreditar se toma o mundo como sendo deste ou daquele modo. Vejamos o argumento de McDowell “se a experiência perceptiva pode ser tomada como razões para crenças; se o conhecimento é um ato da consciência racional, então essa consciência inclui a capacidade de avaliar o conteúdo da experiência que serve como garantia” (McDowell, 2013d, p. 4). Em outras palavras “sabemos o que estamos falando ou pensando em virtude de sermos conscientes sobre o que pensamos e falamos” (McDowell, 2013b, p. 149).

No caso específico do conteúdo intuicional, o sujeito está confrontado com objetos que podem ser unificados por conceitos gerais, que podem ser articulados discursivamente em julgamentos. Escreve McDowell:

Se um objeto se faz presente através de algumas de suas propriedades na intuição, em que os conceitos destas propriedades exemplificam a unidade que constitui o conteúdo formal de um objeto, este alguém está por isso permitido a julgar que está confrontado com um objeto com tais propriedades. Neste caso a permissão deriva-se da presença do objeto como é, não de uma premissa para uma inferência (McDowell, 2009c, p. 271).

Estamos autorizados a julgar o objeto como apresentado tais características, porque na experiência perceptiva estamos em contato com um objeto com tais características. É o mundo sendo como é, que constrange a nossa intuição de modo a formar nossas representações. Este contato com o mundo é racional, na medida em que o conteúdo da experiência é resultado do envolvimento de capacidades conceituais. Por ser conceitual podemos afirmar que conteúdo intuicional é acompanhado pela espontaneidade do entendimento, ou seja, pelo *eu penso* responsável por todas as nossas representações. Por ser assim constituído, o conteúdo intuicional pode ser avaliado racionalmente como garantido ou não o que acreditamos e julgamos. Como vimos o conteúdo intuicional nos autoriza a emitir julgamentos bem informados de duas formas: (i) julgamentos que exploram alguns dos conteúdos de uma intuição; (ii) julgamentos que vão além do conteúdo da intuição, que refletem a nossa capacidade de reconhecer coisas presentes em uma intuição.

Determinado sujeito que defende uma visão estritamente externalista acerca das razões pode defender que o bom funcionamento dos mecanismos perceptivos consegue explicar de forma satisfatória nossas crenças empíricas. Parece que em casos onde pressupomos o bom funcionamento do nosso aparato perceptivo lidamos com aspectos que não fazem parte da vida consciente/epistêmica. Podemos perguntar: será que ocorrências subpessoais podem servir como contraexemplos ao envolvimento do *eu penso* na experiência perceptiva? Já podemos responder de antemão que McDowell não toma esses tipos de casos como contraexemplos.

McDowell considera que ocorrências subpessoais não podem servir como contraexemplos ao envolvimento do *eu penso* em nossa vida epistêmica, porque o espaço das razões não pode ser concebido como um espaço da natureza bruta. Escreve ele: “situar-se no espaço das razões – por exemplo, é estar na posição de ver que as coisas são de tal e tal modo” (McDowell, 2009c, p. 272). A ideia é de que na vida epistêmica estão envolvidos

estados conscientes ou estados dos quais podemos tomar consciência. A questão é que podemos avaliar racionalmente os conteúdos de intuições visuais em que as coisas aparecem de certo modo. Seres humanos podem tomar o conteúdo da sua experiência perceptiva como razões para crenças e ações que realizam, ou seja, podem *dar o passo atrás*. Já animais que não gozam de racionalidade não podem refletir sobre suas próprias crenças e ações. Suponhamos um ser humano e uma zebra na selva que fogem do perigo provocado pela presença de um leão. Podemos perguntar quais razões levaram o ser humano e a zebra a correrem do animal. Qual dos dois tem a possibilidade de dar o passo atrás e perguntar pelos motivos ou razões de ter corrido do leão? Parece plausível pressupormos que o ser humano é capaz de tal atividade.⁵⁴

Diante do que observamos podemos considerar que McDowell tenta preservar em “Avoiding the Myth of the Given” (2009) algo da sua tese internalista, a ideia de que podemos escrutinar de forma racional, do ponto de vista do sujeito, o conteúdo representacional das nossas experiências perceptivas e toma-las como razões para considerar o mundo como aparecendo de certa forma. No entanto, parece que esse internalismo é uma forma menos exigente do que o presente em *Mente e Mundo* (2005), onde defendia que o conteúdo da percepção apresentava forma proposicional em *que as coisas estão dispostas de tal e tal modo*. Neste caso, o conteúdo mental da minha experiência perceptiva em *que as coisas estão de tal e tal modo* apresentava a mesma forma do mundo *que as coisas estão de tal e tal modo*. O conteúdo mental da experiência já servia como razões para acreditar *que as coisas estão de tal e tal modo*. Se indagássemos determinado sujeito porque acredita que observa “um computador sobre a mesa” provavelmente responderia “porque me aparece dessa

⁵⁴ McDowell reconhece a importância de avanços em estudos empíricos sobre o cérebro de animais. Até reconhece que o cérebro dos animais racionais guarda certa similaridades com o cérebro dos animais não racionais, mas em contrapartida afirma que esse fato não diminui o status epistêmico dos seres humanos.

forma”, aqui já nos deparamos com uma razão para que acredite em algo. Quando escrutina o conteúdo da sua experiência perceptiva *as coisas aparecem de tal e tal modo*.

No conteúdo intuicional são os objetos presentes na experiência visual que autoriza ao sujeito a tomar as coisas como sendo deste ou daquele modo. Suponhamos que determinado sujeito P não treinado em passeios pela selva se depare com determinado animal que não possui familiaridade. Vamos supor que esse animal seja o javali. Se um sujeito Y no mesmo passeio pergunta a P porque ele está correndo, P provavelmente vai afirmar que viu um animal grande e assustador. O sujeito P embora não possua o conceito de reconhecimento *javali*, conseguiu sintetizar o múltiplo da sua intuição sensível por um conceito geral, no caso *animal*. A ação de P, no caso correr, foi motivada por certas razões internas: (i) acredita que viu um animal, (ii) animais selvagens costumam ser perigosos e (iii) o animal era grande e assustador. Estas razões foram elaboradas com base na presença visual do javali. P tomou o conteúdo conceitual intuicional inarticulado *animal* e o articulou em sua atividade discursiva expressa em *vi um animal grande e assustador*. O sujeito Y, por ser mais treinado em passeios na selva, reconhece o animal como uma instancia de um tipo, no caso javali. Inclusive Y sabe que se trata de uma espécie de porco selvagem próprio da Europa, Ásia e Norte da África, que prefere habitar lugares com vegetação. Assim como, considera as razões tomadas do ponto de vista de P para correr do animal plausíveis.

Por isso McDowell considera “o internalismo correto sobre o conhecimento perceptivo, enquanto considera que capacidades racionais permeiam nossa experiência, incluindo experiências em que agimos sem refletir em nosso lidar ordinário com o ambiente” (McDowell, 2009c, p. 272). Contudo, as razões que são elaboradas internamente, do ponto de vista do sujeito, são autorizadas pelos objetos externos. Podemos afirmar que existe uma relação dialética entre o que o mundo apresenta ao sujeito na intuição visual; o que o sujeito toma como sendo deste ou daquele modo subjetivamente, do seu ponto de vista. Tal parece

ser a forma de engajamento de seres humanos com o mundo. McDowell consegue manter a tese das razões internas, só que uma versão menos robusta, ao passo que apresenta aspectos externalistas.

Na verdade podemos afirmar que em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), McDowell defende uma posição híbrida entre externalismo e internalismo. Externalista na medida em que é o mundo apresentado na intuição que autoriza ao sujeito a tomar as coisas como sendo deste ou daquele modo; internalista, porque o sujeito é livre para tomar os objetos da intuição como sendo de tal e tal modo, do seu ponto de vista, ou seja, o sujeito é consciente de que está confrontado com o mundo apresentando tais e tais características. A tese é de que na relação dos seres humanos com o mundo estão envolvidas capacidades racionais, que os tornam distintos de outros animais.

Assumindo o conteúdo intuicional da experiência podemos afirmar que McDowell consegue defender de forma adequada o envolvimento epistêmico dos seres humanos com o mundo. Claro que podemos reconhecer problemas no conteúdo intuicional, porém é justamente nisso que reside o traço fundamental de qualquer trabalho filosófico. A possibilidade de abrir caminhos para discussões.

3.7. Conteúdo intuicional e não-conceitualismo

Precisamos investigar se o conteúdo intuicional defendido por McDowell em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) pode ser considerado consistente com posições não-conceitualistas. Para tanto, tomaremos o texto de Kevin Connolly “Which Kantian Conceptualism (or Nonconceptualism)?” (2014) como uma leitura não-conceitualista do conteúdo intuicional defendido por McDowell.

Para Connolly a principal mudança operada por McDowell é realizada no nível dos *slogans*. Em *Mente e Mundo* (2005) o *slogan* considerado por McDowell é o de que “intuições sem conceitos são cegas” (Kant, 2012, B75), já em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) o *slogan* adotado por McDowell é o de que “deve ser possível para o *eu penso* acompanhar todas as minhas representações” (Kant, 2012, B131). Neste *slogan* duas noções são de extrema importância o *eu penso* e *representações*. Vale lembrar que intuições no pensamento de Kant são “representações” (Kant, 2012, B93). Por isso McDowell considera que deve ser possível representar intuições em forma de julgamentos. Para Connolly o *deve ser possível* é uma asserção importante para o que McDowell deseja. Diz ele: “a exigência é de que o sujeito possa articular a intuição, pois é articulável” (Connolly, 2014, p. 6). A ideia é de que toda intuição é um potencial candidato para julgamentos empíricos. Connolly organiza a posição de McDowell como segue: “A percepção é uma intuição. Intuições possuem um caráter especial. Especificamente, elas podem ser articuladas. Quando fazemos julgamentos sobre percepções, estamos articulando uma intuição” (Connolly, 2014, p. 6). Isto não significa que o todo da nossa intuição seja articulado, mas a ideia fundamental é que a intuição pode ser articulada, ou seja, é possível representar intuições em forma de julgamentos.

Connolly argumenta que a posição de McDowell desenvolvida em “Avoiding the Myth of the Given” (2009) é consistente com uma leitura não-conceitualista, já que existem aspectos típicos do conteúdo de uma intuição que o sujeito não tem como articular discursivamente. Vejamos como Connolly argumenta:

Observo que a nova posição de McDowell é atualmente consistente com uma interpretação não-conceitualista. Os não-conceitualistas podem concordar que deve ser possível representar sua percepção na forma de um julgamento. Não-conceitualistas garantem o fato que em casos de conhecimento, representamos nossa percepção em forma de um julgamento. Nada impede de dizer que toda a experiência são casos potenciais de conhecimento. O ponto é que existem percepções que não se tornam conhecimento, posto em outros termos, existem percepções sem conceitos. (Connolly, 2014, p. 6).

De acordo com Connolly, McDowell parece sugerir a existência de intuição sem conceitos, já que pressupõe que grande parte do conteúdo de uma intuição ordinária não possui conceitos adequados para serem enunciados em discursos. Este parece ser o lugar para se considerar intuições sem conceitos ou intuições cegas. Connolly julga que isto é consistente com a tese não-conceitualista, que considera que em casos de conhecimento podemos representar a nossa percepção em forma de julgamento. Só que existem casos de experiência perceptiva que não são casos de conhecimento. Estes casos parecem apontar na direção de um conteúdo não-conceitual. Para Connolly a própria ideia de intuição inarticulada nos permite uma interpretação não-conceitualista do conteúdo intuicional da experiência.

De fato McDowell considera que existem aspectos do conteúdo de uma intuição ordinária que não são passíveis de articulação discursiva. Diz ele: “o sujeito pode fazer uso do conteúdo dado na intuição para adquirir novas capacidades discursivas, porém com muito dos conteúdos presentes na intuição não podemos fazer isso. (Pense em formas e tonalidades de fina granulação que a experiência visual nos apresenta)” (McDowell, 2009c, p. 265). Por outro lado, McDowell afirma que o “conteúdo intuicional é de todo conceitual, pois é estruturado de tal forma que pode figurar em atividades discursivas ou em julgamentos” (McDowell, 2009c, p. 265). Quando passamos por uma experiência visual estão em jogo atualizações de capacidades que são conceituais. Aqui McDowell pode justificar sua afirmação retomando a tese kantiana que pressupõe uma função intelectual, o entendimento, como capaz de fornecer unidade a intuição e ao julgamento. Isso não significa que o conteúdo intuicional tenha uma forma discursiva, por exemplo, como a do julgamento, contudo é de tal modo que nos permite articulá-los em discursos, ou seja, é conceitualizável.

Mesmo aspectos de fina granulação presentes em intuições visuais, que o sujeito não possui predicções linguísticas adequadas, podem figurar em atividades discursivas. Para tanto, basta que o sujeito, por meio de uma expressão significativa, explicita este conteúdo

unificado, porém ainda inarticulado. Podemos pensar em uma expressão significativa tal como, *possui esta tonalidade de cor*.⁵⁵ McDowell quer afastar, com tal ideia, a possibilidade de se considerar o conteúdo da experiência como externo ao espaço das razões. Se acreditamos que o conteúdo da experiência pode ser um dado não-conceitual, então julgamos que nossas experiências podem ser justificadas por Dados brutos. O que nos arrasta novamente ao Mito do Dado. Por isso, McDowell julga que nossas intuições visuais são informadas por capacidades que são conceituais. Ao se apresentar deste modo, o conteúdo intuicional, nos fornece a possibilidade de justificar o que acreditamos empiricamente ser o caso. Posto de outro modo, o conteúdo intuicional é conceitual de tal forma que ocupa o espaço das razões. Escreve McDowell: “intuições como tenho explicado nos apresenta diretamente os objetos através de suas propriedades visuais. Intuições fazem isso precisamente por ter o tipo de conteúdo que tem” (McDowell, 2009c, p. 268).

Mesmo em casos em que a experiência perceptiva não esteja servindo como razões para se acreditar em algo, estão envolvidas capacidades conceituais. As razões não foram fornecidas neste caso, porque a ocasião não as pediu. Se for necessário o sujeito pode recuperá-las *dar o passo atrás* e fornecê-las para justificar tal crença ou tal ação. Suponha que determinado sujeito tenha perdido os óculos. Ao entrar no quarto do filho, o sujeito visualiza os óculos jogados no chão. Este automaticamente os pega e os coloca no rosto. Se no dia seguinte o filho pergunta por que pegou os óculos no chão, podemos pressupor que o sujeito pode oferecer as seguintes razões: peguei porque os óculos são meus, possui as mesmas cores que os meus, porque preciso dele para enxergar melhor, os deixei cair em seu quarto, quando vim buscar o livro.

⁵⁵ Conferir a discussão sobre o uso de demonstrativos na experiência. Dorrance Kelly: “Demonstrative concepts and experience” (2001), Christopher Peacocke: “Nonconceptual content defended” (1998), “Does perception have a nonconceptual content?” (2001a), “Phenomenology and nonconceptual content” (2001b), John McDowell: “Conteúdo não-conceitual” (2005).

A ideia é a de que em experiências perceptivas estamos em contato direto com o mundo, que nos fornece um conteúdo epistemicamente significativo, conteúdo que pode ser explorado em julgamentos. Se pode ser explorado em julgamentos, então é conceitual. Pode ser explorado em julgamentos, logo é conceitual. Este conteúdo conceitual pode ser tomado pelo sujeito como garantia para as suas crenças, porque habita o espaço das razões, espaço onde o sujeito é capaz de justificar o que afirma de forma consciente. Isto nos leva a crer que na relação perceptiva de seres humanos maduros com o mundo, estão envolvidas constitutivamente capacidades que são racionais, ou seja, capacidades conceituais. Talvez neste aspecto resida o significado epistêmico da relação entre a mente e o mundo, que McDowell pretende defender.

3.8. Notas Finais

McDowell concede que a experiência perceptiva não apresenta conteúdo proposicional. A experiência perceptiva exibe agora conteúdo intuicional. O mundo é experienciado como é com suas características fenomenais. McDowell considera que embora este conteúdo intuicional seja conceitual, porém não discursivo, é de tal forma que pode ser objeto de articulação discursiva. Isto decorre do fato de que na construção do conteúdo intuicional da percepção estão envolvidas capacidades racionais, ou seja, capacidades conceituais. A ideia de McDowell é de que a faculdade que unifica o conteúdo do julgamento unifica o conteúdo na intuição. Esta ideia permite a McDowell manter uma de suas principais teses defendida em *Mente e Mundo* (2005), a tese de que na experiência de seres humanos maduros estão envolvidas capacidades conceituais.

Como observamos a nova posição de McDowell desenvolvida em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) oferece a ele também a possibilidades de enfrentar problemas

epistêmicos clássicos, tais como o do Mito do Dado, o da fineza de granulação e o problema das razões. Vimos que McDowell parece defender agora uma posição híbrida entre externalismo e internalismo. A ideia fundamental é de que nossas relações perceptivas com o mundo são racionais, seja o conteúdo da experiência proposicional ou intuicional. Por serem produtos de uma atividade racional são conteúdos com traços conceituais, que podem, por isso, ser escrutinados do ponto de vista da razão. Parece que a nova posição possibilita o enfretamento de tais questões de forma mais adequada, embora percebamos pontos problemáticos aqui e acolá.

A questão fundamental é que McDowell abre mão da tese da proposicionalidade do mundo. Não percebemos o mundo como estando *de tal e tal modo*. Na experiência estamos em contato direto com objetos que exibem certas características. Quando enxergamos um gato na sala podemos afirmar que temos uma representação conceitual do objeto em questão. Este conceito pode ser articulado discursivamente em expressões tais como *o gato é marrom* ou *o gato está dormindo*. Mesmo que vejamos o animal e não o reconheçamos como uma instancia particular, podemos sintetizar o múltiplo da intuição sensível com os conceitos de *animal*. O termo *animal* captura a unidade intuicional sensível do objeto em questão, só que de forma geral. Podemos julgar que estamos confrontados com um objeto que apresenta tais e tais características, no caso *este animal é peludo* ou *este animal é bonito*. Por isso, podemos considerar que o conteúdo da percepção em “Avoiding the Myth of the Given” (2009c) é conceitualizável, porém não articulado, já que articulação para McDowell está intimamente ligado a julgamentos e discursos. Como isso, McDowell pretende estabelecer de forma categórica que experiências de seres humanos envolvem atividades racionais, ou seja, capacidades conceituais.

Conclusão

Nosso trabalho teve como objetivo analisar a mudança de posição efetuada por John McDowell em seu artigo “Avoiding the Myth of the Given” (2009c), onde defendeu o conteúdo intuicional da experiência. Conteúdo, que de acordo com McDowell é conceitual, porém não-proposicional como estabelecido em *Mente e Mundo* (2005). Vejamos o caminho percorrido, a fim de alcançar o objetivo traçado em nossa dissertação.

No primeiro capítulo mostramos que McDowell estava interessado em saber de que forma nossa mente ou nossos pensamentos podiam se dirigir ao mundo. McDowell estava interessado em investigar de que forma as nossas experiências serviriam como um tribunal mediando à maneira pelo qual os pensamentos seriam responsáveis perante o modo como as coisas são. Vimos que para McDowell os pensamentos se dirigem ao mundo de forma objetiva quando a experiência apresenta conteúdo conceitual. Para McDowell tal conteúdo permitira superar a oscilação Mito do Dado/coerentismo e estabelecer uma relação racional entre a mente e o mundo.

Vimos que McDowell defendeu em *Mente e Mundo* (2005) um conteúdo conceitual proposicional em que as coisas aparecem *como sendo de tal e tal modo*. Conteúdo que pode ser usado em julgamentos. Notamos também que para McDowell o conteúdo da experiência em que *as coisas aparecem como sendo de tal e tal modo*, caso não estejamos iludidos apresenta a mesma forma do mundo *as coisas como sendo de tal e tal modo*. Explicitamos que McDowell defende tal posição tomando o aparato conceitual kantiano. Observamos que de acordo com McDowell a *espontaneidade* já está operante nas entregas da receptividade tornando o conteúdo da experiência conceitual. Vimos que este conteúdo conceitual apresenta uma estrutura proposicional. Mostramos que McDowell defende a noção de empirismo mínimo, a ideia de que nossos pensamentos devem satisfações ao mundo empírico.

No segundo capítulo abordamos os principais problemas enfrentados pela tese da proposicionalidade defendida por McDowell em sua obra *Mente e Mundo* (2005). Primeiro observamos mais de perto o problema da fineza de granulação, a ideia de que nossa experiência apresenta riqueza de detalhes que não podem ser capturadas pelos nossos conceitos. Se existem riquezas de detalhes que não podem ser capturadas conceitualmente, então podemos pensar na ideia de conteúdo não-conceitual. Vimos que McDowell enfrenta tal problema apelando para os termos demonstrativos. Para ele os termos demonstrativos seriam capazes de articular conceitualmente os detalhes finos da experiência.

Apresentamos também o problema das razões e vimos que Peacocke defende a possibilidade de as crenças empíricas serem justificadas com base em razões externas, fazendo uso do conteúdo não-conceitual. Explicitamos que para McDowell, contra Peacocke, razões devem ser tomadas do próprio ponto de vista do sujeito, ou seja, razões devem ser internas. Mostramos que razões para serem tomadas internamente devem apresentar forma conceitual. Somente estruturas conceituais podem ocupar o espaço das razões e servir como justificação de crenças empíricas. Dissemos que Brewer concorda com McDowell sobre a tese internalista.

Escrutinamos mais de perto as objeções apresentadas por Charles Travis no texto “Reason’s Reach” (2007), a tese da proposicionalidade defendida por McDowell em sua obra *Mente e Mundo* (2005). Vimos que Travis defendeu a possibilidade de pensamentos racionais serem justificados em aspectos não-conceituais da experiência. Mostramos que McDowell concede em alguns pontos a Travis e como resposta as objeções apresentadas, McDowell escreve o artigo “Avoiding the Myth of the Given” (2009c). Explicitamos que McDowell defende neste artigo o conteúdo intuicional da percepção. Conteúdo este que é conceitual, porém não-proposicional. O conteúdo intuicional não aparece como uma proposição em que *as coisas são de tal e tal modo*. Em uma intuição visual, estou diante de um objeto com suas

características, que pode ser capturado por conceitos gerais ou conceitos particulares, que estão além do conteúdo intuicional. Vimos que o conteúdo intuicional pode ser explorados em atividades discursivas, porque possui uma estrutura conceitualizável. Por isso McDowell considera que este conteúdo ocupa o espaço das razões.

Por fim, realizamos uma avaliação sobre o conteúdo intuicional onde enfrentamos problemas epistemológicos tais como o do Mito do Dado, o da fineza de granulação, o problema das razões e o problema do conteúdo não-conceitual. Concluimos que o conteúdo intuicional possibilita a McDowell enfrentar esses problemas de forma mais adequada.

Referencias bibliográficas

Notas preliminares:

(1) As datas que aparecem entre parênteses após o nome do autor (que constam nas citações no decorrer do texto) se referem à primeira publicação da obra original.

(2) As traduções são todas de minha autoria ou de minha responsabilidade. A disponibilidade do texto original (nas notas) permitirá ao leitor uma certa independência frente às minhas opções. Nos casos nos quais há traduções em língua portuguesa disponíveis, mantive, em geral, as versões consultadas, mas tomei a liberdade de fazer alterações onde achei apropriado.

(3) O livro *Mente e Mundo (Mind and World)*, de John McDowell, foi citado sempre com a data da primeira publicação (1994). Há, entretanto, uma segunda edição, de 1996, na qual foi adicionada uma nova introdução. Não distingui uma versão da outra. Ignorei também, nas demais citações, possíveis diferenças entre edições, citando sempre, após o nome do autor, a data da primeira publicação da obra original.

Allen, Barry. “Epistemological friction – McDowell’s Minimal Empiricism”. In. János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell’s Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 13-32.

Allison, Henry E. (1983). *Kant’s Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*. Yale University Press, 1983.

Alweiss, Lilian. S. “The Myth of the Given”. In. János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell’s Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 39-65.

Aristóteles. *Ética a Nicomacos*. 4. ed. Tradução do grego de Mario da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 2001.

Anscombe, G. E. M., (1963), *Intention*; second edition, Oxford: Blackwell, 1963.

Austin, John L. (1962). *Sense and Sensibilia*. Reconstruído a partir de notas manuscritas por G. J. Warnock. Oxford University Press, 1964.

- Bermudez, L. Jose. (1995). "Nonconceptual Content: From Perceptual Experience to Subpersonal Computational States". *Mind and Language*, 10, (4):333-69.
- Boros, János. "Concepts, Intuitions and the World – McDowell's Rational Empiricism". In: János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell's Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 69-77.
- Brandom, Robert B. (1995). "Perception and Rational Constraint: McDowell's *Mind and World*". *Philosophical Issues*, 7, Perception, pp. 241-259.
- Brandom, Robert B. "Non-inferential knowledge, perceptual experience, and secondary qualities: placing McDowell's empiricism". In: Nicholas H. Smith (ed.). *Reading McDowell: On Mind and World*. Routledge, 2002, p. 92-105.
- Brandom, Robert B. "Perception and Rational Constraint". *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVIII, n. 2, junho/1998, p. 369-74.
- Brandom, Robert. *Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo*; tradução de Agemir Bavaresco. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- Brewer, Bill. (2006). "Perception and content". In. *European Journal of Philosophy*. V. 14 (2): pp. 165-181.
- Brewer, Bill. *Perception and Reason*; Oxford University Press, 1999.
- Brewer, Bill (2005). "Perceptual Experience has Conceptual Content". In Ernest Sosa & Matthias Steup (eds.), *Contemporary Debates in Epistemology*. Blackwell, pp. 217-230.
- Brewer, Bill. (2011). *Perception and its Objects*, Oxford University Press, 2011.
- Burge, Tyler. (2003). "Perceptual Entitlement". In. *Philosophy and Phenomenological Research*, 67, (3):503-548.
- Burge, Tyler. (2005). "Disjunctivism and Perceptual Psychology". *Philosophical Topics*, 33, (1):1-78.
- Burge, Tyle. (2011). "Disjunctivism Again". *Philosophical Explorations*, 14, (1):43-80.
- Byrne, Alex (2005). "Perception and conceptual content". In E. Sosa and M. Steup (Eds.), *Contemporary Debates in Epistemology*, Oxford: Blackwell, 2005, pp. 231-250.
- Chadha, Monima; Hanna, Robert. (2011). "Non-Conceptualism and the Problem of Perceptual Self-Knowledge". *European Journal of Philosophy*, 19, (2):184-223.
- Collins, W. Arthur. "Beastly Experience". *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVIII, n. 2, junho / 1998, p. 375-380.
- Connolly, Kevin. (2014). "Which Kantian Conceptualism (or non-conceptualism)?". In. *The Southern Journal of Philosophy*, pp. 1-31.

- Crane, Tim (1992). "The Nonconceptual Content of Experience". In. *The Contents of Experience*. Cambridge University Press.
- Crane, Tim. "The Given". In. Joseph K. Schear (ed). *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. New York, Routledge: Taylor & Francis Group, 2013, pp. 229-249.
- Davidson, Donald. (1990). "Meaning, Truth, and Evidence", In. *Truth, Language, and History: Philosophical Essays*, Oxford: Oxford University Press. 2005, pp. 47-62.
- Davidson, Donald. (1963). "Actions, Reasons, and Causes". In: *Essays on Actions and Events*. Oxford University Press, 1980, p. 3-20.
- Davidson, Donald. (1983). "A Coherence Theory of Truth and Knowledge"; *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press. 2001a, pp. 137-153.
- Davidson, Donald. (1974) "On the Very Idea of a Conceptual Scheme", In. *Inquiries into Truth and Interpretation*, 2nd ed. Oxford: Oxford University Press. 2001b, pp. 183-198, pp. 105-108.
- Davidson, Donald. (1988). "The Myth of the Subjective"; *Subjective, Intersubjective, Objective*, 2001c, pp. 39-52.
- Davidson, Donald. (1973). "Radical Interpretation". In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford University Press, 1984, p. 125-40.
- Davidson, Donald. (1974). "Belief and the Basis of Meaning". In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford University Press, 1984, p. 141-54.
- Davidson, Donald. (1982). "Rational Animals". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford University Press, 2001, p. 95-106.
- Davidson, Donald. (1982). "Empirical Content". In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford University Press, 2001, p. 159-76.
- Davidson, Donald. (1999). "Reply to John McDowell"; In. L. E. Hanh (ed.), *The Philosophy of Donald Davidson*, Chicago, Open Court, 1999.
- De Vries, Willem A. (2006). "McDowell, Sellars, and sense impressions". *European Journal of Philosophy*. V. 14 (2): pp. 182–201.
- Doyon, Maxime. "Husserl and McDowell on the Role of Concepts". In. *The New Yearbook for Phenomenology and Phenomenological Philosophy*, vol. XI, 2011, pp. 42-74.
- Dretske, Fred. (1995). *Naturalizing the Mind*. MIT Press, 1995.
- Dretske, Fred. (1999). "Mental Causation". In. Kevin A. Stoehr (ed.), *The Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*. Bowling Green: Philosophy, Doc. Ctr. 81-88.
- Dreyfus, Hubert. L. (2007). "Response to McDowell". *Inquiry*, 50 (4):371 – 377.

- Dreyfus, Hubert. L. (2007). "The Return of the Myth of the Mental", *Inquiry*, 50 (4):352 – 365.
- Dreyfus, Hubert. L. (2013). "The Myth of the Pervasiveness of the Mental". In: *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. Routledge, 2013.
- Engel, Pascal. "Trois formes de normativité". In: Pascal Engel (ed.). *Lire Davidson: interprétation et holisme*. Paris: Éditions de L'Éclat, 1994, p. 205-26.
- Farkas, Katalin. "Is the Whole World Thinkable?". In: János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell's Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 135-142.
- Fish, William; McDonald, Cynthia. (2012). "McDowell's Alternative Conception of the World". In: *International Journal of Philosophical Studies*. Vol. 19(1), 87–94.
- Frege, Gottlob. "Logical Investigations: Thoughts". In: *Collected Papers on Mathematics, Logic, and Philosophy*; Published by Blackwell Publishers, Oxford, 1984, pp. 351-372.
- Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e método*; tradução de Flávio. Paulo Meurer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- Gardner, Sebastian. "Transcendental Philosophy and the Possibility of the given". In: Joseph K. Schear (ed.). *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. New York, Routledge: Taylor & Francis Group, 2013, pp. 110-142.
- Gaynesford, Maximilian de. *John McDowell*. Polity Press, 2004.
- Gaskin, Richard. *Experience and the World's Own Language: A Critique of John McDowell's Empiricism*. Oxford University Press, 2006.
- Ginsborg, H. (2006), 'Kant and the Problem of Experience', *Philosophical Topics*, 34: 59–106.
- Goldman, Alvin. (1994). "Naturalistic Epistemology and Reliabilism". In: *Midwest Studies in Philosophy*, 19, (1):301-320.
- Golob, Sacha. (2014). "Kant on Intentionality, Magnitude, and the Unity of Perception". *European Journal of Philosophy*, 22, (4):505-528.
- Greenberg, Sean; Willaschek, Marcus. (2000). "Is McDowell confronted with an Antinomy of Freedom and Nature?". In: Marcus Willaschek (ed.). *John McDowell: Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster 1999*. Münster: LIT - Verlag, 2000, p. 51-4.
- Griffith, Aaron. (2012). "Perception and the Categories: A Conceptualist Reading of Kant's Critique of Pure Reason". *European Journal of Philosophy*, 20, (2):193-222.
- Gubeljac, Mischa; Link, Simone; Müller, Patrick; Osburg, Gunther (2000). "Nature and Second Nature in McDowell's Mind and World". In: Marcus Willaschek (ed.). *John*

McDowell: *Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster 1999*. Münster: LIT - Verlag, 2000, p. 41-50.

Hahn, Lewis Edwin (ed.). *The Philosophy of Donald Davidson*, Library of Living Philosophers, XXVII. Chicago: Open Court. 1999.

Halbig, Christoph. (2006). "Varieties of Nature in Hegel and McDowell". *European Journal of Philosophy*, vol. 14, n. 2, 2006, p. 222-47.

Hanna, Robert. (2005). "Kant and Nonconceptual Content". *European Journal of Philosophy*, 13, (2):247-290.

Hanna, Robert. "The Myth of the Given and the Grip of the Given". In. *Diametros*. № 27 (March 2011): 25-46

Heßbrüggen-Walter, Stefan. (2000). "Spontaneity and Causality: McDowell on the Passivity of Perception". In: Marcus Willaschek (ed.). *John McDowell: Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster 1999*. Münster: LIT - Verlag, 2000, p. 41-50.

Heck, R. G., (2000). "Nonconceptual content and the space of reasons". *Philosophical Review*, 109, 2000, pp. 483–523.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*; tradução de Paulo Meneses; colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. – 7ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Hopp, Walter. (2009). "Conceptualism and the Myth of the Given". *European Journal of Philosophy*. 17, (3):363-385.

Hopp, Walter. (2010). "How to Think About Nonconceptual Content". *The New Yearbook for Phenomenology and Phenomenological Philosophy*, 10. (1):1-24.

Houlgate, Stephen. (2006). "Thought and experience in Hegel and McDowell". *European Journal of Philosophy*, Vol.14 (No.2). pp. 242-261.

Hurley, Susan. (1998). "Nonconceptual Self-Consciousness and Agency: Perspective and Access". *Communication and Cognition: An Interdisciplinary Quarterly Journal*. 30, (3-4):207-247.

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*; tradução e notas de Fernando Costa Mattos. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Kelly, Dorrance. (2001a). "Demonstrative Concepts and Experience", *The Philosophical Review*, Vol. 110, No. 3, pp. 397-420.

Kelly, Dorrance. (2001b). The non-conceptual content of perceptual experience: Situation dependence and fineness of grain. *Philosophy and Phenomenological Research*, 62(3): 601–608.

- Lepore, Ernie and Kirk Ludwig (eds). *A Companion to Donald Davidson*. Blackwell Publishing, 2013.
- MacDonald, Cynthia & MacDonald, Graham (eds.), *McDowell and His Critics*, Blackwell, 2006.
- McDowell, John. *Mente e Mundo*. tradução de João Vergílio Gallerani Cuter; ensaio introdutório Hilan Bensusan. – Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.
- McDowell, John. (1998). “Intentionality as a relation”; *The Journal of Philosophy*, Vol. 95, No. 9, Sep., 1998, pp. 471-491.
- McDowell, John. (1998). “Sellars on Perceptual Experience”; *The Journal of Philosophy*, Vol. 95, No. 9, Sep., 1998a, pp. 431-450.
- McDowell, John. (1998). “The Logical Form of an Intuition”; *The Journal of Philosophy*, Vol. 95, No. 9, Sep., 1998b, pp. 451-470.
- McDowell, John. (1986). “Singular Thought and the Extent of Inner Space”. In. *Meaning, Knowledge, and Reality*. Harvard University Press, 1998c, pp. 228-259.
- McDowell, John. (1982). “Criteria, Defeasibility, and Knowledge”. In: *Meaning, Language, and Reality*. Harvard University Press, 1998, p. 369-94.
- McDowell, John. (1984). “De Re Senses”. In: *Meaning, Language, and Reality*. Harvard University Press, 1998, p. 214-27.
- McDowell, John. (1989). “One Strand in the Private Language Argument”. In. *Mind, Value, and Reality*; (a collection of papers); Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1998d, pp. 279-296.
- McDowell, John. (1995). “Knowledge and the Internal”. In: *Meaning, Language, and Reality*. Harvard University Press, 1998, p. 395-413.
- McDowell, John. (1995). “Might There Be External Reasons?”. In: *Mind, Value, and Reality*. Harvard University Press, 1998, p. 95-111.
- McDowell, John. (1996). “Two Sorts of Naturalism”. In: *Mind, Value, and Reality*. Harvard University Press, 1998, p. 167-97.
- McDowell, John. (1998). “Précis of Mind and World”. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol.LVIII, n. 2, junho / 1998, p. 365-8.
- McDowell, John (1998). “Reply to Commentators”. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol.LVIII, n. 2, junho / 1998, p. 403-31.
- McDowell, John. (1998). “Referring to Oneself”. In. *The Engaged Intellect: Philosophical Essays*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009, pp. 186-203.

McDowell, John. (1998). "The Constitutive Ideal of Rationality: Davidson and Sellars". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 207-220.

McDowell, John. (1998). "Intentionality as a Relation". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 44-65.

McDowell, John. (1998). "Sellars on Perceptual Experience". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 3-22.

McDowell, John. (1998). "The logical Form of a Intuition". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 23-43.

McDowell, John (1999). "Scheme-Content Dualism and Empiricism". In: Petr Kotatko, Peter Pagin, Gabriel Segal (eds.). *Interpreting Davidson*. Stanford, California: CSLI Publications, 2001, p. 143-54. Tradução brasileira: "O dualismo esquema-conteúdo e empirismo". Tradução de Plínio Junqueira Smith. In: Plínio J. Smith, Waldomiro J. Silva Filho (eds.). *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 33-50.

McDowell, John. (2000). "Experiencing the World". In: Marcus Willaschek (ed.). *John McDowell: Reason and Nature: Lecture and Colloquium in Münster 1999*. Münster: LIT - Verlag, 2000, p. 3-18.

McDowell, John. (2001). "The Given Regained", *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 62, No. 1, pp. 181-184.

McDowell, John. (2005). "Evans's Frege". In *The Engaged Intellect: Philosophical Essays*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009, pp. 163-185.

McDowell, John. (2006). "Conceptual Capacities in Perception". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, (2009a), pp. 127-144.

McDowell, John. (2005). "Self-Determining Subjectivity and External Constraint", In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, (2009b), pp. 90-107.

McDowell, John. (2008). "Avoiding the Myth of the Given". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, (2009c), pp. 256-275.

McDowell, John. (2009d). "Hegel's Idealism as Radicalization of Kant". In *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*, Cambridge, MA: Harvard University Press, (2009), pp. 69-89.

McDowell, John. (2007). "Response to Dreyfus". In *The Engaged Intellect: Philosophical Essays*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009, pp. 324-330.

- McDowell, John. (2007). "What Myth?", *Inquiry*, Vol. 50, No. 4, 338–351.
- McDowell, John. (2009). "The Given in Experience: Comment on Gupta", *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXXIX No. 2, pp. 468-474.
- McDowell, John. (2011). *Perception as a Capacity for Knowledge*. Marquette University Press, (Aquinas lecture; no. 75), Milwaukee, 2011.
- McDowell, John. (2011). "Tyler Burge on Disjunctivism". *Philosophical Explorations*, 13, (3):243-255.
- McDowell, John. (2013a). "Are the senses silent?". In *Agnes Cuming Lecture II*; University College Dublin, 2013, pp. 1-12.
- McDowell, John. (2013b). "Perceptual Experience: Both Relational and Contentful". *European Journal of Philosophy*, 21:1 (2013), pp. 144-157.
- McDowell, John. (2013c). "The Myth of the mind as detached". In Joseph K. Schear (ed). *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. New York, Routledge: Taylor & Francis Group, 2013, pp. 41-58.
- McDowell, John. (2013d). "Can cognitive science determine epistemology?". In *Agnes Cuming Lecture II*; University College Dublin, 2013, pp. 1-12.
- Michael, Thompson. (1995). "The Representation of Life", In Rosalind Hursthouse, Gavin Lawrence, and Warren Quinn (eds). *Virtues and Reasons: Philippa Foot and Moral Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- Murai, Todayasu. (2010). "Kant on the Duality of Intuition". In *Centre for Advanced Research on Logic and Sensibility*. (CARLS), Keio University, pp. 331-336.
- O'Shea, James. R. "Having a sensible world in view: McDowell and Sellars on perceptual experience". In *Philosophical Books*. Vol. 5, No. 2, April, 2010, pp. 63-82.
- Peacocke, Christopher. (1989). "Perceptual content". In J. Almog, J. Perry, and H. Wettstein (Eds.), *Themes from Kaplan*, New York: Oxford University Press, 1989.
- Peacocke, Christopher. (1992). *A Study of Concepts*, MIT, 1992.
- Peacocke, Christopher. (1994). "Nonconceptual content: Kinds, rationales and relations". *Mind and Language*, 9: 419–429.
- Peacocke, Christopher. (1998). "Nonconceptual Content Defended"; In *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LVIII, N. 2, (June 1998).
- Peacocke, Christopher. (2001a). "Does Perception Have a Nonconceptual Content?"; *The Journal of Philosophy*, Vol. 98, No. 5 (May, 2001a).

- Peacocke, Christopher. (2001b). "Phenomenology and Nonconceptual Content"; In. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXII, N. 3, (May 2001b).
- Peacocke, Christopher. (2004). *The Realm of Reason*; Oxford University Press, 2004.
- Pete, Krisztián. (2005). "McDowell's Project: Is its Ground Really Kantian?". In. János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell's Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 163-170.
- Pólya, Tamás. (2005). "Can the content of experience be non-conceptual?". In. János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell's Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 173-182.
- Putnam, Hilary. (2002). "McDowell's Mind and McDowell's World". In: Smith, N. H. (ed.) *Reading McDowell: on Mind and World*. Routledge, 2002, p. 174-90.
- Quine, W. V. (1953). *De um Ponto de Vista Lógico*; tradução de Antonio Ianni Segatto. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- Quine, W. V. (1960). *Palavra e Objeto*; tradução de Sofia Inês Albornoz Stein e Desiderio Murcho. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- Quine, W. V. (1969). "Epistemologia Naturalizada". In. *Relatividade ontológica e outros ensaios*; trad. O. Porchat e A. Loparic; De um ponto de vista lógico; trad. L. H. Dos Santos e al. São Paulo, Abril, 1980. (Os Pensadores).
- Redding, Paul. "McDowell and the Propositionality of Perceptual Content Thesis". In. *Paper Given to the conferences "Engaging McDowell", Sydney, 13th July, 2010*, pp. 1-14.
- Russell, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*; tradução de Desidério Murcho. – Lisboa, Edições 70, 2008.
- Sellars, Wilfrid. (1956). *Empirismo e Filosofia da Mente*; tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- Sellars, Wilfrid. (1967). *Science and Metaphysics: Variations on Kantian Themes*. Atascadero, California: Ridgeview, 1992.
- Schulting, Dennis. (2010). "Kant, Non-Conceptuele Inhoud En Synthese". *Tijdschrift Voor Filosofie*, 72 (4):679-715.
- Stroud, Barry. "Sense-experience and the grounding of thought". In: Nicholas H. Smith (ed.). *Reading McDowell: On Mind and World*. Routledge, 2002, p. 79-91.
- Thornton, Tim. (2004). *John McDowell*, Acumen Publishing, 2004.
- Tolley, Clinton. (2013). "The Non-Conceptuality of the Content of Intuitions: A New Approach". *Kantian Review*, 18, (1):107-36.

- Travis, Charles. (2004). "The Silence of the Senses", *Mind*, New Series, Vol. 113, No. 449 (Jan., 2004), pp. 57-94.
- Travis, Charles. (2007). "Reason's Reach". In. *European Journal of Philosophy*. 15:2, (2007), pp. 225-248.
- Travis, Charles. (2013). "Affording us the World". In. *Perception: Essays after Frege*, Oxford University Press, 2013, pp. 178-197.
- Tye, Michael. (2005). "On the Nonconceptual Content of Experience". *Schriftenreihe-Wittgenstein Gesellschaft*, 2005.
- Van Mazijk, Corijn. "Kant, Husserl, McDowell: The Non-Conceptual in experience". In. *Diametros* 41 (2014): 99-114.
- Westphal, Kenneth R. "Contemporary epistemology: Kant, Hegel, McDowell". *European Journal of Philosophy*. V. 14 (2): 2006, pp. 274–301.
- Williams, Michael (1996). "Exorcism and Enchantment: Mind and World by John McDowell", *The Philosophical Quarterly*, Vol. 46, No. 182, pp. 99-109.
- Williams, Michael. (2005). "Fatal Attraction: John McDowell's Defence of Empiricism". In. János Boros (ed.). *Mind and World: essays on John McDowell's Mind and World*. Published by Brambauer, Pécs, Hungary, 2005, pp. 185-188.
- Williams, Michael. (2006). "Science and Sensibility: McDowell and Sellars on Perceptual Experience". *European Journal of Philosophy*. Volume 14, Issue 2, 2006, pp. 302-325.
- Wittgenstein, Ludwig. *O livro castanho*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- Wittgenstein, Ludwig. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- Wittgenstein, Ludwig. (1953). *Philosophische Untersuchungen/Philosophical Investigations*. Edição bilíngue. 3. ed. Tradução de G. E. M. Anscombe. Blackwell, 1997. Tradução brasileira: *Investigações Filosóficas*. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- Wittgenstein, Ludwig. (1921). *Tractatus Logico-Philosophicus/Logisch-Philosophische Abhandlung*. Edição bilíngue. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1994.
- Wright, Crispin. (1996). "Human Nature?". In: Nicholas H. Smith (ed.). *Reading McDowell: On Mind and World*. Routledge, 2002, p. 140-59.
- Wright, Crispin. (1998). "McDowell's Oscillation". *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVIII, n. 2, junho/1998, p. 395-402.
- Wright, Crispin. (2004). "Intuition, Entitlement and the Epistemology of Logical Laws". *Dialectica*, 58, (1):155–175.